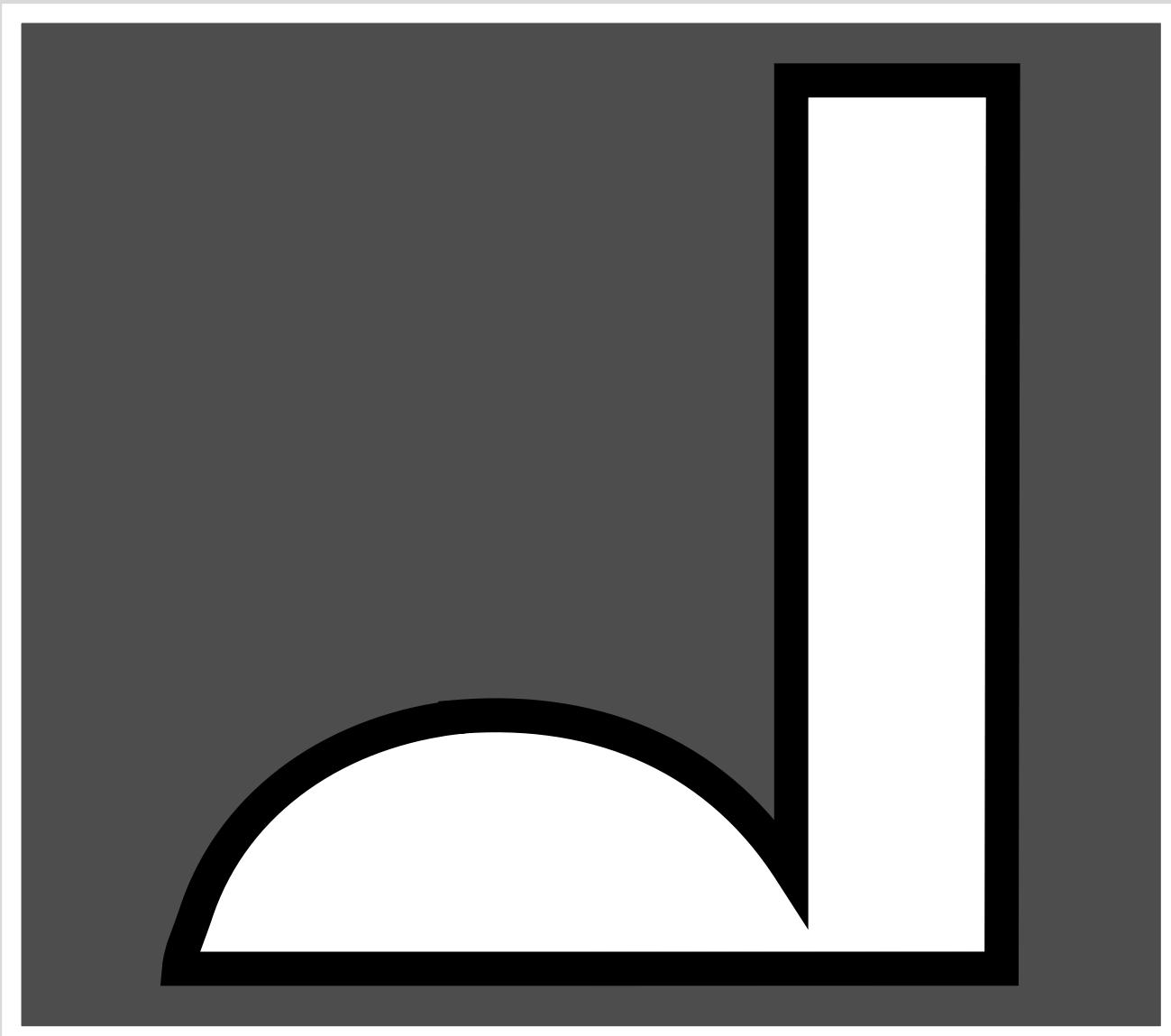




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX - N° 211 - TERÇA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2004 BRASÍLIA DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shlessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella - PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT-13, PSB – 3, PTB – 3) LÍDER – PT Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa – PTB LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino - PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER - PSDB - 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT
EXPEDIENTE		
Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 3ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Discursos do Expediente	
SENADOR HÉLIO COSTA, como Líder – Cumprimentos ao prefeito eleito de Belo Horizonte, Sr. Fernando Pimentel. Auspicioso desempenho das pequenas e micro empresas nas exportações nacionais.	44044
SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Dificuldades enfrentadas pela Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul.	44044
SENADOR PAULO PAIM – Defesa da revo- gação do fator previdenciário, que reduz o valor das aposentadorias dos empregados da iniciativa priva- da. Comentários a projeto de lei de sua autoria, que institui aposentadoria especial aos trabalhadores que atuam em áreas insalubres, penosas e per- iculosa. A questão do reajuste do salário mínimo.	44047
SENADOR VALDIR RAUPP – Elogios ao Su- perior Tribunal de Justiça (STJ) pela implantação do Plano Estratégico 2004/2006, que visa modernizar seus serviços de prestação jurisdicional.	44049
SENADOR PEDRO SIMON – Crise do pacto federativo brasileiro.....	44050
SENADOR MÃO SANTA – Reivindicação da liberação de recursos federais para a conclusão do porto de Luís Correia, no Piauí. Defesa da criação da Universidade do Delta do Parnaíba e da instalação de uma refinaria no sul do Piauí. Precariedade das rodovias federais daquele Estado.	44054
SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Apelo ao governo para aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na manutenção e renovação das rodovias nacionais.	44057
SENADOR NEY SUASSUNA – Elogios à atuação da Companhia Vale do Rio Doce.....	44058
SENADOR AELTON FREITAS – Esforços políticos dos uberabenses para saudar a memória de Chico Xavier.....	44061
1.2.2 – Leitura de requerimento	
Nº 1.620, de 2004, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prefeito da cidade de São Caetano do Sul, Luiz Olito Tortorello, ocorrido na última sexta-feira, dia 17 do corrente. Usam da palavra os autores do requerimento.	44064
1.2.3 – Discursos do Expediente (conti- nuação)	
SENADOR JONAS PINHEIRO – Desempe- nho do agronegócio no Brasil.....	44065
SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Transcurso de um ano de vigência do Estatuto do Desarmamento.	44069
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Registro de encontro realizado no último sába- do em Aracaju/SE com os prefeitos recém-eleitos. Considerações sobre a distribuição de recursos no Orçamento Geral da União para 2005.....	44070
1.2.4 – Comunicação da Presidência	
Recebimento da Mensagem nº 207, de 2004 (nº 909/2004, na origem), de 17 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autoriza- da a concessão de empréstimo-ponte à República do Haiti, com garantia da República Francesa, no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, para possibilitar regularização de dívidas daquele país com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.	44072
1.3 – ORDEM DO DIA	
Item 1	
Projeto de Lei de Conversão nº 61, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 216, de 2004), que dispõe sobre a criação do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrá- rio do Instituto Nacional de Colonização e Refor- ma Agrária – INCRA e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA; altera as Leis nºs 10.550, de 13 de no- vembro de 2002, e 10.484, de 3 de julho de 2002; reestrutura os cargos efetivos de Agente de Inspe- ção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem	

Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e reajusta as parcelas remuneratórias que lhe são devidas; institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN; e dá outras providências. Aprovado, após Parecer nº 1.984, de 2004 – PLEN, tendo usado da palavra a Sra. Heloísa Helena, os Srs. Sibá Machado, Tião Viana, Leonel Pavan, Aloizio Mercadante, José Agripino e a Sra. Ideli Salvatti. À sanção.....

Item 3 (Preferência para apreciação, nos termos do Requerimento nº 1.622, de 2004, lido e aprovado nesta oportunidade)

Medida Provisória nº 218, de 2004, que autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos. Aprovada, após Parecer nº 1.985, de 2004 – PLEN. À promulgação.....

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 62, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 217, de 2004), que abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, para os fins que especifica. (R\$ 1.362.040.894,00). Aprovado com emenda, após Parecer nº 1.986, de 2004 – PLEN, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Siqueira Campos. À Comissão Diretora para redação final.

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 62, de 2004 (Parecer nº 1.987, de 2004 – CDIR). Aprovada. À sanção.....

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 63, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 219, de 2004), que dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS não-cumulativas e dá outras providências. Discussão adiada em virtude de solicitação de prazo, pela relatora, para apresentação de parecer à matéria.....

Item 5

Projeto de Lei de Conversão nº 64, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 220, de 2004), que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.848, de 15 de março de 2004. Apreciação sobrestada em virtude da não deliberação do item anterior.....

Item 6

Projeto de Lei de Conversão nº 65, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 221, de 2004), que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios

44072

44101

44101

44105

44106

44115

44115

do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Apreciação sobrestada.....

44115

Item 7

Projeto de Lei de Conversão nº 66, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 222, de 2004), que atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Apreciação sobrestada.....

44115

Item 8

Projeto de Lei de Conversão nº 67, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 223, de 2004), que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, altera a Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Apreciação sobrestada.....

44115

Item 9

Medida Provisória nº 224, de 2004, que altera dispositivos da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar e os cargos que menciona, da Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA, e da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que reestrutura a remuneração dos cargos das Carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o pró-labore, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das Carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais, de Procuradores do Banco Central do Brasil, de Defensores Públicos da União e aos integrantes

dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências. Apreciação sobreposta.....

44115

1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR FLÁVIO ARNS – Considerações sobre o ato médico.....

44116

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Demarcação das terras indígenas da Reserva Raposa/Serra do Sol.....

44117

SENADOR ROMERO JUCÁ – Preocupação com os dados divulgados no último Boletim Epidemiológico DST e AIDS, publicado pelo Ministério da Saúde.

44119

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa, às 10 horas, com Ordem do Dia designada.....

44120

1.4 – ENCERRAMENTO**SENADO FEDERAL****2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA****3 – SECRETARIA DE COMISSÕES****4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESO NACIONAL****10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 3^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 20 de dezembro de 2004

4^a Sessão Legislativa Extraordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney e Eduardo Siqueira Campos

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:**

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Antônio Carlos Valadares – Augusto Botelho – Cristovam Buarque – Delcidio Amaral – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Geraldo Mesquita Júnior – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Ildon Marques – João Alberto Souza – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A lista de presença registra o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO ZAMBIAZI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a fica inscrito, e a Presidência vai lhe conceder a palavra de imediato, logo após ouvir

as palavras, pela ordem, do Senador Sérgio Zambiasi e da Senadora Heloísa Helena.

O SR. SÉRGIO ZAMBIAZI (Bloco/PTB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar em nome da Bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a fica inscrito após o Senador Hélio Costa, como Líder.

Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a fica inscrita em primeiro lugar, nobre Senadora.

Com a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, o nobre Líder Hélio Costa.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de cumprimentar o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, ontem empossado para assumir seu primeiro mandato eleito. Vice-Prefeito na gestão passada, assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte em razão da lamentável doença do Prefeito Célio de Castro, e será o Prefeito, eleito, a partir do próximo ano. Faço referência ao Prefeito de Belo Horizonte porque meu discurso trata das pequenas e microempresas e o Sr. Fernando Pimentel, Prefeito de Belo Horizonte, deu um exemplo de como se resolve a questão da retirada dos camelôs do centro das grandes ou pequenas cidades.

Em Belo Horizonte, ele criou os espaços populares. Na realidade, são *shoppings* populares onde centenas de trabalhadores que atuavam nas ruas do centro da cidade como ambulantes agora têm um espaço. Agora, podem, sim, ter uma pequena ou microempresa. Ao mesmo tempo em que fazem isso, passam a contribuir com impostos, participam como cidadãos ou empresas que se inseriram no contexto da sociedade brasileira.

Foi realmente uma das mais extraordinárias idéias que teve o nosso Prefeito, que no ano que vem inicia

mais um mandato de quatro anos e certamente fará uma grande administração.

Sr. Presidente, faço essa observação porque o jornal **O Globo** publica no dia de hoje matéria primorosa da jornalista Regina Alvarez sobre as pequenas e microempresas no País inteiro. A matéria trata de uma pesquisa do Sebrae sobre a *performance* das firmas de pequeno porte, que estão aumentando sua capacidade de exportação.

Por exemplo, no primeiro semestre de 2004, 722 pequenas e microempresas estrearam no mercado internacional, muito mais do que se viu no primeiro período de 2003. Na realidade, isso vem ao encontro do que já estava acontecendo no setor de exportação como um todo no Brasil, porque as empresas que exportam e que conseguiram esse extraordinário superávit na balança comercial brasileira já tinham aumentado de 9.272 para 9.780.

Só nos primeiros seis meses deste ano de 2004, mais 110 pequenas empresas – retirando aí as microempresas – começaram a atuar no exterior. No ano passado, 1.303 microempresas venderam seus produtos no exterior contra 935 no ano anterior. Entre as pequenas, o número de empresas que exportou passou de 2.497, em 2002, para 2.899, em 2003, ou seja, mais 598 empresas exportando nesse setor. Entre as microempresas, mais 368 empresas começaram a exportar.

Um grande número de pequenos exportadores, na realidade, são indiretos, porque, por serem muito pequeninos como microempresas, passam a sua produção para grandes empresas ou grandes exportadoras que fazem o papel de exportador, ficando apenas como subsidiárias as pequenas e microempresas, que fornecem os produtos para serem exportados.

O universo exportador de pequenas e microempresas está, portanto, em expansão. E isso é muito importante porque mostra que, a cada dia, as pequenas empresas estão se inserindo no contexto da economia nacional.

Faço essa observação, Sr. Presidente, porque no meu Estado, Minas Gerais, as pequenas e microempresas representam mais de 60% da mão-de-obra disponível. Então, elas são realmente muito importantes para a economia de Minas Gerais. Tenho certeza de que também o são para a economia nacional. Os dados que tenho do Sebrae dizem que 56% do emprego formal em todo o País vêm das pequenas e microempresas, representando cerca de 60 milhões de trabalhadores. Vejam a força que têm essas empresas!

Agora, com a proximidade do Natal, sabemos que muitos pequenos empresários vão estar, na realidade, comemorando mais um ano de sucesso. Fica

aqui a nossa palavra de estímulo aos pequenos e microempresários de todo o País e, em especial, do meu Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder Sérgio Zambiasi, para uma comunicação de interesse partidário. Em seguida, falará o primeiro orador inscrito, o nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Mão Santa.

Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o assunto que me traz ao plenário do Senado Federal é da maior relevância, especialmente para o meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Refiro-me à situação crítica da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio Grande. As dificuldades enfrentadas por essa categoria profissional revelam uma série de processos políticos e administrativos que merecem o conhecimento e a reflexão do Senado Federal.

Segundo análise do Sindicato de Policiais Rodoviários Federais do Rio Grande do Sul, a falta de efetivo é crítica. O sindicato tem por missão reivindicar melhores condições de trabalho, visando aprimorar o desempenho profissional da categoria. Mas reivindica também, e legitimamente, uma ação especial do nosso Governo.

Atualmente, a 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/RS conta com 663 policiais atuando em 44 postos de fiscalização, e com a responsabilidade de fiscalizar 5.350 km de rodovias federais gaúchas.

Para um bom funcionamento dos postos de fiscalização é necessário, no mínimo, para cada escala de serviço, três policiais, dois na ronda e um no posto, atendendo aos chamados e efetuando as demais atividades inerentes à rotina policial. Mas, com a falta de efetivo, alguns postos do Estado funcionam com apenas um policial por escala de serviço e o restante opera com apenas dois agentes.

Sr. Presidente, como exemplo das dificuldades enfrentadas, podemos citar o posto da localidade de Terra de Areia, próximo à fronteira com Santa Catarina, cidade cortada pela BR-101, mais conhecida como rodovia da morte em todo o País, que foi fechado recentemente pela falta de pessoal.

Mesmo o Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Estado – SINPRF/RS sendo contrário ao fechamento de postos rodoviários, teve que admitir que, nesse caso específico, não estavam presentes

as condições mínimas de funcionamento, isto é, o necessário efetivo pessoal.

Quando comparamos a realidade de 2004 com a de 1994, constatamos que o contingente policial diminuiu aproximadamente 30%. Dez anos atrás, eram 859 policiais e hoje são apenas 663. Em contrapartida, o número de veículos nas rodovias teve um crescimento de aproximadamente 40%, passando dos então 2.300.000 para 3.209.000.

A falta de efetivo nas polícias rodoviárias federal e estadual no Rio Grande do Sul foi, inclusive, tema de reportagens divulgadas pela Rádio Gaúcha, no Jornal **Zero Hora**, e na RBS TV, de autoria do competente repórter investigativo Giovani Grizotti, seu companheiro cinegrafista Luiz Felipe Silveira e sua equipe. Em uma série denominada **Impunidade no Trânsito**, o jornalista aborda os principais problemas registrados nas estradas gaúchas, como a falta de investimentos e de fiscalização. Segundo a reportagem, nenhum motorista flagrado dirigindo com habilitação suspensa teve sua carteira cassada no Rio Grande do Sul desde a entrada em vigor do Código Nacional de Trânsito, há sete anos.

O repórter constatou também que, só no Rio Grande do Sul, mais de 13 mil motoristas estão sendo procurados pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran), por estarem com a carteira de habilitação suspensa após completar 20 pontos. Durante a reportagem, Grizotti localizou a casa de um motorista que acumulou inacreditáveis 159 pontos e 88 infrações. Esse motorista deve mais de R\$23 mil em multas, e, por incrível que pareça, nunca foi ao Detran para tentar regularizar sua situação.

O Estado do Rio Grande do Sul faz fronteira com a Argentina e o Uruguai. O serviço aduaneiro informa que deverão entrar no Estado cerca de 300 mil veículos estrangeiros nos próximos meses. Cruzarão nossas estradas para a temporada de veraneio, o que exigirá esforço redobrado dos agentes fiscalizadores. Nessa época do ano, o índice de acidentes tende a aumentar consideravelmente.

Sr. Presidente, com a falta de efetivo fica praticamente inexequível a prática de atividades preventivas.

A fiscalização também é prejudicada por não ser possível a cobrança das infrações cometidas pelos visitantes.

Para funcionar a fiscalização e não deixar pairar uma “idéia de impunidade”, é necessário um contingente maior que fiscalize a entrada e saída desses veículos no Estado.

Não se pode esquecer que aproximadamente 40 policiais desenvolvem atividades administrativas indis-

pensáveis ao funcionamento da Regional. Isso ocasiona um déficit de efetivo ainda maior nas estradas.

O Núcleo de Operações Especiais, responsável pelas atividades táticas de combate à criminalidade, conta hoje com apenas 12 homens, quando o ideal seriam 25 agentes.

Já o Grupo de Choque, utilizado em manobras emergenciais, que necessita de treinamento específico e exclusivo, tem seu efetivo espalhado por todo Estado; cada vez que é necessária sua intervenção, os policiais têm de se deslocar dos seus locais de serviço, ocasionando maior desequilíbrio na atividade de fiscalização diárias das nossas rodovias.

A arrecadação da Unidade gaúcha da Polícia Rodoviária Federal é a maior do País. Apenas no primeiro semestre de 2004, arrecadou, em multas e infrações, praticamente o dobro de Minas Gerais, o segundo colocado. Cito este exemplo na presença do nosso querido Senador Hélio Costa, que se pronunciou há poucos minutos.

Conforme levantamento realizado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, até o final de agosto, o Rio Grande do Sul já tinha arrecadado R\$13.625.853,00.

No que se refere a atividades de Corregedoria, a 9º Superintendência apresenta o menor índice de corrupção em todo o País. Para ilustrar alguns dos apontamentos citados, Sr. Presidente, destaco alguns dados relevantes, obtidos em levantamentos realizados até o último mês:

Em 2004, ocorreram nas rodovias federais gaúchas 9.952 acidentes, com 5.217 feridos e 308 mortes;

Foram fiscalizados 674.552 veículos, realizadas 115.294 notificações, extraídos 109.824 autos de infrações e recuperados 195 veículos roubados, apreendidos 16.561 veículos irregulares, retidas 1.583 carteiras de habilitação e detidas 876 pessoas;

Sr. Presidente, para que a Polícia Rodoviária Federal possa cumprir as atividades de prevenção e apreensão de produtos contrabandeados é necessário um contingente de policiais treinados e aptos.

Cito, como exemplo, para concluir, Sr. Presidente, operação realizada no início deste ano. Em uma abordagem de rotina durante a madrugada, os policiais a 11ª Delegacia de Santana do Livramento interceptaram três carretas, que continham equipamentos de informática e médico hospitalares. Esta apreensão, segundo levantamento da Receita Federal, totalizava R\$9.800.000,00.

Sr. Presidente, o povo gaúcho e o sindicato da categoria reivindicam, visando a proteger os policiais que se encontram nas estradas e a melhor cada vez mais o trabalho realizado pela Polícia Rodoviária Fe-

deral, sejam lotados – em caráter emergencial – novos servidores para atuar no Rio Grande do Sul.

O quadro ideal para o Rio Grande do Sul seria aumentar uma vez e meia o efetivo que hoje atua, já que estão para serem nomeados e lotados novos policiais, dentre eles os capacitados no próprio Estado.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a o apoio a esse pleito que a Bancada gaúcha está encaminhando ao Exmº Sr. Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomas Bastos.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB –TO) – De acordo com o que havia anunciado, Senador Mão Santa, não estando V. Ex^a no plenário, a Presidência, no intuito de preservar o uso da palavra por V. Ex^a, permutou-o com o Senador Paulo Paim, e fica esta Presidência com a responsabilidade de colocar V. Ex^a na tribuna no menor espaço de tempo possível.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra por 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tentarei ser o mais breve possível para assegurar a palavra ao Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna no dia de hoje é o fator previdenciário. Sr. Presidente, a Lei nº 9.876, foi criada em 1999. Na verdade, o fator previdenciário é uma complicada operação matemática, cujo objetivo, sem sombra de dúvida, é reduzir os valores das aposentadorias dos trabalhadores da iniciativa privada. Aqueles que passaram toda a sua vida recolhendo para o INSS, com o sonho de ter uma aposentadoria decente, estão vendo, agora, que, com o fator previdenciário, não terão o direito a se aposentar segundo o princípio da integralidade.

Desde que o fator previdenciário foi proposto, ainda naquela época, 1999, fomos contra e votamos nesse sentido. Infelizmente, uma vez aprovado e tornado lei, temos trabalhado ao longo dos últimos anos para a sua revogação, mas isso não aconteceu. Apresentamos o Projeto de Lei nº 296, de 2003, também aqui no Senado, visando a aprovar o mesmo projeto que havíamos apresentado na Câmara dos Deputados.

Sempre trabalhamos contra o fator previdenciário, e, desde que surgiu a primeira idéia para a sua implementação, denunciamos que os seus efeitos seriam perversos para os trabalhadores. Infelizmente, ele foi criado em 1999.

O fator previdenciário, Sr. Presidente, funciona, na verdade, como um redutor dos benefícios. Obriga o trabalhador a aumentar o tempo de serviço e, por consequência, o tempo de contribuição, se quiser sonhar com o princípio da aposentadoria integral.

Quem adia a aposentadoria automaticamente aumenta o tempo de contribuição, com a promessa de que também verá o seu benefício aumentado. Mas esse aumento de benefício, Sr. Presidente, fica somente na promessa; ele não se confirma também devido ao aumento da expectativa de vida da população brasileira.

O fator previdenciário é calculado com base na alíquota de contribuição, na idade do trabalhador, no tempo de contribuição à Previdência e na expectativa de sobrevida do segurado, conforme tabela de vida do IBGE no dia em que o trabalhador se aposenta. Como V. Ex^{as} podem constatar, só essa explicação já é complicada! Infelizmente, Sr. Presidente, esse alongamento da expectativa de vida da população, que deveria ser festejado por todos, acaba, no cálculo final, reduzindo a aposentadoria. Por isso, entendemos que seria fundamental a revogação do fator previdenciário via projeto de lei.

O trabalhador, Sr. Presidente, fica sempre correndo atrás, porque, devido ao fator previdenciário, quanto mais tarde ele se aposentar, maior será o seu benefício.

Neste fim de semana, os jornais informaram que o Conselho Nacional da Previdência Social aprovou a realização de um estudo a ser feito pelo governo para avaliar os impactos do fator previdenciário sobre os benefícios dos aposentados, em função, principalmente, do aumento da expectativa de vida da população brasileira. Sr. Presidente, estou convencido de que não é preciso mais estudo algum, o que é preciso é termos a ousadia de revogar, repito, o fator previdenciário. E isso pelo simples fato de que o fator previdenciário representa uma quebra de contrato, um desrespeito ao trabalhador, que, quando começou a trabalhar, ouviu que, se trabalhasse durante trinta anos, a mulher, ou trinta e cinco anos, o homem, poderia se aposentar com salário integral, algo que, infelizmente, com a mudança em 1999 e a implementação do fator previdenciário, não é mais verdadeiro.

Sr. Presidente, com a aplicação do fator previdenciário, o homem tem uma perda de algo em torno de 30% de seu benefício, e a mulher, de 35%. É preciso dar outro rumo à Previdência Social, um rumo que não seja o apresentado até o momento. Repito, o caminho é a revogação do fator previdenciário, a aprovação da PEC Paralela, que, mais uma vez, infelizmente, não foi aprovada. Conforme informa a Câmara dos Deputados, a sua votação foi adiada para a primeira semana de trabalho em fevereiro – como não houve entendimento quanto à reforma tributária e pretendiam votar as duas matérias ao mesmo tempo, a decisão ficou para fevereiro; o acordo firmado pelos líderes é

que voltariam, agora em fevereiro, a deliberar sobre esses dois temas.

Hoje pela manhã, em conversa com o Ministro Amir Lando, dizia que a melhor forma de resolver os problemas da Previdência é fazermos uma ampla campanha para combater as fraudes, os desvios, a sonegação e as aposentadorias milionárias fantasmas. O Ministro Amir Lando disse-me que vai provar, em breve, que existem milhares de aposentadorias fantasmas que estão se acumulando – está sendo feito um estudo sério, com a devida fiscalização sobre o assunto –, e aqueles que estão desfrutando indevidamente dos benefícios da Previdência serão autuados. Enfim, S. Ex^a está fazendo um belíssimo trabalho e, segundo o que me informava hoje pela manhã, será anunciado em breve o combate à fraude, enfim, ao desvio do dinheiro da Previdência.

Nós, que tanto falamos aqui nos aposentados e pensionistas, estamos preocupadíssimos, pois mesmo agora, por ocasião do debate do salário mínimo – caminhamos, inclusive, para uma alternativa muito positiva –, não se conseguiu ainda apontar qual será a situação daqueles aposentados e pensionistas que recebem mais do que um salário mínimo. Eu me reuni, hoje pela manhã, com cerca de trinta representantes dos aposentados e pensionistas de todo o País. Eles articulam uma grande mobilização que irá acontecer a partir de fevereiro. Eles virão ao Congresso Nacional para buscar um entendimento que lhes permita ter seus benefícios reajustados com base nos mesmos parâmetros utilizados para o reajuste do salário mínimo.

Eles também diziam, fazendo coro com o Ministro Amir Lando, que a melhor forma de garantir um reajuste decente para os 22 milhões de aposentados e pensionistas passa por uma fiscalização muito firme e clara dos chamados desvios de recursos da nossa Previdência. Além disso, também falamos hoje pela manhã sobre o fator previdenciário, mecanismo que reduz muito a aposentadoria daqueles que estão encaminhando requisições para receber esse benefício, principalmente os trabalhadores da iniciativa privada.

Na mesma linha, Sr. Presidente, quero comentar aqui um projeto de nossa autoria, que está pronto para ser votado na Câmara e no Senado. Esse projeto trata das aposentadorias especiais, das aposentadorias daqueles trabalhadores que atuam em condições consideradas insalubres, penosas ou perigosas. Essa regulamentação terá de ser feita com muita rapidez, porque esses trabalhadores estão na expectativa de poder se aposentar após um período de contribuição menor do que o daqueles que contribuíram durante 35 ou 30 anos. A aposentadoria especial para os metalúrgicos, por exemplo, que atuam em áreas penosas,

perigosas e insalubres é de 25 anos. Ocorre que, por falta de regulamentação, eles ainda têm apenas a expectativa de ver reconhecido esse direito. A melhor forma de combater o prejuízo na vida deles é conceder-lhes aposentadoria mais precoce, evitando que fiquem expostos a essas condições por muito tempo.

O Sr. Aelton Freitas (PL – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Aelton Freitas (PL – MG) – Senador Paulo Paim, peço este aparte para parabenizá-lo, e o faço em nome dos brasileiros e do povo mineiro, que têm o maior reconhecimento pelo trabalho de V. Ex^a e pela bandeira que sempre levantou e defendeu, tanto na Câmara como no Senado. V. Ex^a trouxe grandes benefícios a milhões de brasileiros. Quero lhe dizer que, para defender projetos dessa natureza, faço questão de engrossar fileiras com V. Ex^a. Parabenizo-o também por ter assumido essa bandeira desde o início de sua vida pública, trabalho hoje coroado pelo Estatuto do Idoso e por essas leis em benefício dos trabalhadores, idosos e aposentados de forma especial, como os que merecem adicional de insalubridade. Em nome do povo brasileiro, particularmente do povo mineiro, trago o agradecimento e os parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Aelton Freitas, agradeço o aparte de V. Ex^a. Sei que V. Ex^a também é um estudioso dessa matéria e tem se pronunciado seguidamente no Senado da República para que essas questões efetivamente sejam resolvidas; tem falado desde o fator previdenciário, que vai garantir uma aposentadoria decente para o trabalhador da área privada, até essa questão das aposentadorias especiais – se elas existem, é porque, de fato, os trabalhadores estão em atividades que prejudicam suas vidas; por isso, o nome é aposentadoria especial.

Neste fim de semana, conversei com os senadores Sibá Machado e Romero Jucá, ambos relatores do Orçamento. Percebi que estão trabalhando de forma a que o valor do salário mínimo seja bem melhor do que aquele fixado num primeiro momento, que seria de R\$281,00. Fala-se muito na possibilidade de R\$300,00 em 1º de maio ou até de uma antecipação, mediante um amplo entendimento. É fundamental que, neste ano, concluamos bem esse debate, já que a perspectiva é positiva. O aumento real em discussão é na faixa de 10% a 11%, bem maior que o do ano passado, que ficou em torno de 1%.

Ainda sobre esse tema, eu gostaria de insistir que fossem indicados os representantes junto à comissão especial. No Senado Federal, todos os partidos já indicaram seus representantes. Só falta a Câmara dos

Deputados indicar o representante de cada partido. Sei que há uma vontade do Executivo, do Legislativo, dos empresários e dos trabalhadores no sentido de que essa comissão seja implantada o mais rapidamente possível, a fim de passarmos a discutir com tranquilidade, inclusive, o salário mínimo para 2006, mediante uma política permanente, já que em 2005 estamos caminhando para um grande entendimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir minha inscrição para uma comunicação inadiável, se possível, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a está inscrito em segundo lugar, logo após a nobre Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência convoca o segundo orador inscrito, o nobre Senador Valdir Raupp.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, modernizar o Estado. Eis um desejo que nos persegue há muito tempo. Porém, modernizar o Estado significa exatamente o quê? A resposta é bastante simples: a um custo menor, conseguir prover melhores serviços para o cidadão.

É fato que o brasileiro é muito mal atendido pelos serviços públicos, Sr. Presidente. Os problemas são muitos, as reclamações imensas, a qualidade do que o Estado oferece, salvo exceções, é muito ruim. De outro lado, o custo do Estado para o bolso do cidadão é sempre crescente. O aumento da carga tributária é fato incontestável. Em suma, a situação é a pior possível: paga-se muito por serviços de baixa qualidade.

Dante desse quadro exasperante, é um bálsamo saber que parcelas do Estado brasileiro estão se mobilizando para oferecer serviços de melhor qualidade para o cidadão. Refiro-me ao Superior Tribunal de Justiça, cujo Plano Estratégico 2004/2006 tive a oportunidade de ler.

De acordo com a apresentação do Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ, o plano visa a criar, naquela Casa, um novo modelo de gestão, baseado nos conceitos de agilidade, transparência, inovação tecnológica, criatividade e qualidade do trabalho.

A idéia é estabelecer uma visão estratégica de longo prazo, com diretrizes claras, bem como um sistema

de medição do desempenho baseado em indicadores que verifiquem se o plano está sendo adequadamente realizado e evitem o desperdício de esforços em ações de pouco ou nenhum impacto.

Para a concepção do plano, foi utilizada uma metodologia já consolidada, o BSC – *Balanced Scorecard*. Essa metodologia foi criada por professores da Harvard Business School e tem se mostrado bastante eficiente na elaboração de estratégias administrativas para organizações públicas e privadas.

Em primeiro lugar, foram elaborados possíveis cenários futuros em que são estabelecidas as oportunidades e as ameaças potenciais para a organização. Ameaças são situações que podem deixar a organização em risco, e oportunidades são situações que devem ser aproveitadas.

Como ameaças estavam, por exemplo, a legislação processual desatualizada, a desvalorização do servidor público, a escassez de recursos orçamentários e o excesso de recursos a protelar as decisões judiciais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Congresso Nacional – ou seja, este Parlamento, o Senado Federal, e a Câmara dos Deputados – muito contribuiu recentemente para a celeridade da Justiça neste País tanto em nível federal quanto nos níveis estaduais mediante a aprovação da Reforma do Judiciário.

Como oportunidades, arrolaram-se a criação dos Juizados Especiais, a tendência à integração dos sistemas informatizados e a uniformização dos procedimentos no âmbito da Justiça Federal.

Depois disso é que o plano foi propriamente elaborado. Explicitou-se a missão daquela Corte de Justiça, a saber: “Garantir à sociedade uma Justiça célere, acessível e efetiva, zelando pela autoridade e uniformidade na interpretação e no cumprimento das normas infraconstitucionais”.

Para o cumprimento dessa missão, quatro estratégias foram estabelecidas, a saber: agilizar a prestação jurisdicional; aproximar o Tribunal da sociedade; garantir uma prestação jurisdicional efetiva e transparente; e contribuir para a expansão e modernização do Judiciário.

A partir dessas estratégias, estabeleceram-se alguns objetivos estratégicos, como, por exemplo, oferecer serviços com qualidade, ampliar a responsabilidade sócio-ambiental, prover os recursos orçamentários necessários, otimizar a utilização dos recursos orçamentários e otimizar os processos de trabalho.

Com missão, estratégias e objetivos definidos, 15 metas e os seus respectivos indicadores foram estabelecidos. Vejamos algumas das metas: alcançar 99% de aplicação dos recursos orçamentários ao final do

exercício; economizar 3% dos recursos financeiros ao final do exercício; reduzir em 50% o número de processos em tramitação até novembro de 2005; e 20 horas anuais de treinamento por servidor, o que é muito importante – um contínuo treinamento dos servidores não só do Judiciário, mas de todos os órgãos brasileiros. Seria muito bom que cada órgão, cada entidade, cada Poder pudesse dar esse aperfeiçoamento aos seus quadros, aos seus servidores.

As metas incluem, também, 35 projetos estratégicos, como, por exemplo, protocolo postal integrado; conversão e validação eletrônica de documentos; atendimento aos portadores de necessidades especiais; modernização dos serviços administrativos do STJ; corte virtual; e escola de formação e aperfeiçoamento dos Magistrados.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é das mais louváveis a iniciativa do STJ. Visa a modernizar o serviço daquela Corte de forma que o cidadão tenha maior rapidez na prestação jurisdicional. Creio que medidas como essa são necessárias em outras Cortes de Justiça, sejam federais, sejam estaduais.

A Corte de Justiça do meu Estado vem se modernizando há muito tempo. Inclusive, quando fui Governador de Rondônia, pude dar condições ao Tribunal de Justiça do meu Estado para sua plena informatização em todas as comarcas do Estado, obtendo, pela sua modernização, a certificação ISO 9000.

Parabenizo o Superior Tribunal de Justiça bem como os tribunais que se modernizaram, dentre eles, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Além disso, os outros Poderes do Estado, o Executivo e o Legislativo, devem se mirar no exemplo e partir para a modernização de seus serviços. Com isso, Sr. Presidente, faremos, sem sombra de dúvida, um País melhor, com uma justiça mais rápida e mais célere para os nossos cidadãos.

Era o que eu tinha a dizer no momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência destaca a presença de assentados do Incra do Estado de Minas Gerais que visitam a presente sessão deliberativa ordinária.

Para nós, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é sempre uma honra e uma alegria a presença de V. S^{as}s nas nossas galerias.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como muitos outros brasileiros, estou profundamente preocupado com a grave crise que atinge o pacto federativo deste País. O quadro que me leva a essa inquietação é a quebra-deira geral dos Estados e de vários dos Municípios mais importantes. Enquanto isso, a União “engorda” às custas da criação de contribuições que, na maioria das vezes, não revertem em bons serviços para a população.

É evidente que muita coisa está profundamente errada no federalismo brasileiro.

Alguns estudiosos enxergam problemas no nosso federalismo desde a sua implantação, que se confunde com a Proclamação da República – que, na verdade, foi um golpe de Estado.

O paradigma federativo com o qual somos freqüentemente comparados nos é francamente desfavorável: os Estados Unidos da América do Norte. Mas um estudo mais aprofundado acabará nos levando a conclusão diversa do senso comum: não existe apenas um modelo de federação. Na realidade, existem pelo menos quatro formações políticas distintas que resultaram em modelos federativos nos dias de hoje.

Existe o modelo norte-americano, o mais conhecido e mais debatido, no qual há uma pluralidade política interna de seus membros, resultando em fortes identidades regionais que igualam, quando não ultrapassam, a identidade nacional, mas cuja sobrevivência depende da coexistência e cooperação com os outros membros.

Existe o modelo alemão, onde o federalismo apareceu como solução para a fragmentação de um império decadente. Nesse paradigma é ressaltada a ação de vontades prévias, que, em uma manobra de concertação, mantém a unidade sob nova forma federalista, que permite o respeito às diferenças.

Existe um modelo característico de Estados plurinacionais, resultado do processo de descolonização do século XX, normalmente obrigando a coexistência de profundas divergências étnicas, religiosas, culturais. Para esse modelo, a referência seria a Índia.

E existe o caso de países onde o federalismo apareceu em substituição a experiências fracassadas de Estado unitário, que tem como referência histórica países como o Brasil e a Argentina. O Brasil era um Império Unitário; hoje, é uma República Federativa.

E, não se iludam V. Ex^{as}s, são poucas as experiências federativas, e menos ainda as efetivamente estáveis. O professor Otávio Dulci nos lembra que a lista de federações é composta, nos dias de hoje, apenas por Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Argentina, Venezuela, Austrália, Malásia, Índia, Nigéria, África do Sul, Áustria, Alemanha, Suíça e Rússia.

Desse modo, acaba sendo mais produtiva a análise do federalismo “à brasileira” do que a comparação com os outros paradigmas.

E qual é a história do federalismo em nosso País?

A idéia federal foi apresentada como uma das possibilidades já no momento da Independência. Fundamentalmente, os estudiosos apresentam duas razões para o federalismo não ter sido adotado no início de nossa vida autônoma: o risco de desagregação territorial, como efetivamente veio a acontecer em quase toda a América Colonial Espanhola; e a existência da escravidão, que era um foco permanente de tensão.

Como resultado disso, iniciamos nossa vida nacional como uma monarquia unitarista, que garantiu a integridade territorial e a manutenção dos direitos de propriedade da elite escravista.

Quando a questão federalista foi recolocada, na fase dos conflitos originados pela Regência, apresentou-se muito mais como manifestação de interesses prejudicados pelo centralismo monárquico do que como possibilidade de concertação dos diferentes interesses regionais.

O fracasso do regime monárquico em abrir espaço político para os novos grupos sociais que surgiram no Império – os cafeicultores capitalistas, as camadas médias urbanas, em especial os militares, e mesmo o trabalhador assalariado – resultou na sua extinção. Especialmente após sua base econômica ser paulatinamente corroída, com a eliminação gradual da escravidão, coroada pela Lei Áurea, em 1888.

Surgiu, assim, a oportunidade não só para a instituição do regime republicano, como também para um federalismo construído de cima para baixo, sobre uma base estritamente conservadora.

A federação foi adotada na medida em que o unitarismo monárquico era confundido com o “atraso”, com a estagnação política do final do Império.

A dinâmica política da nossa primeira República foi bastante peculiar, com a estabilidade sendo alcançada por meio de um pacto político estabelecido entre as várias elites locais, organizadas numa miríade de partidos de base estadual.

O pacto federativo pode ser entendido como as regras de coexistência entre poderes da base nacional e poderes da base regional. No nosso caso pioneiro, foi pouco mais do que um acerto entre setores mais tradicionais do Norte e do Nordeste e Governadores representantes de setores mais dinâmicos do Sul e do Sudeste, interessados no uso prático que poderia ser dado ao poder central, especialmente na viabilização do comércio exterior.

A descentralização de ações – característica essencial de um sistema federativo – acabou confundida com uma autorização para o uso indiscriminado do Estado, em nível local, pelas elites pactuantes. A partir daí, nota-se um caráter francamente pendular nas várias reorganizações pelas quais passou o Estado brasileiro.

Pobre federalismo... Acabou, na virada da década de 1920 para a de 1930, seguindo o mesmo caminho da monarquia. Incapaz de dar conta da nova dinâmica social, estabelecida pelo avanço da indústria e da urbanização, foi acusado, a partir do movimento tenentista, de ser responsável pelo “atraso”, pela estagnação política e econômica.

A Revolução de 1930 trouxe mais um elemento à vida política nacional. Getúlio Vargas representou o modelo mais bem acabado de estadista com visão nacional, capaz de reinventar-se a todo momento, conforme a conveniência dos seus projetos políticos. Foi assim que o Líder gaúcho viu-se à frente de um movimento de amplitude nacional para remoção da arcaica estrutura política da República Velha. Logo em seguida, aparece como pessoa capaz de conduzir o País na construção de uma sociedade mais democrática, dentro dos padrões da época, refletida na Constituição de 1934.

Do ponto de vista do nosso federalismo, Vargas estabeleceu um modelo absolutamente centralizado, que apostava na construção de um Estado indutor do desenvolvimento econômico. Assim, a regulamentação do comércio interno e externo – que, na fase anterior, era função dos Governos estaduais – passou ao Governo central. Apesar disso, foi mantida a capacidade dos Estados para aplicar e, eventualmente, criar novos tributos.

Inviabilizada a continuidade de Getúlio no poder, a redemocratização do País, em 1945, significou uma nova fase de descentralização federativa, uma vez que o centralismo, novamente, via-se confundido com o “atraso” das instituições políticas.

A República liberal instituída em 1946, mesmo reconstruindo e dando autonomia aos Governos subnacionais, pouco afetou a estrutura administrativa central montada por Getúlio Vargas. Tampouco foi revertida a concentração industrial no Sudeste, gerando grandes rivalidades políticas entre os Estados e colocando a União em um novo papel de combater as agravadas desigualdades regionais. Inaugura-se, aqui, a fase dos incentivos fiscais para o Nordeste, como fator fundamental de desenvolvimento, modernização e industrialização.

O Regime Militar puxou novamente o pêndulo político na direção da preponderância de um forte po-

der central, detentor quase exclusivo da capacidade de legislar e tributar. O aumento da carga tributária foi justificado pela necessidade de financiamento da modernização infra-estrutural, não sendo eliminada, entretanto, a competência tributária dos Estados, e sendo instituído mecanismo de partilha de receitas, viabilizando unidades subnacionais de base tributária estreita.

A nova democratização empurrou o pêndulo de volta aos Estados. A Constituição de 1988 foi franca-mente municipalista, em oposição ao planejamento excessivamente centralizador da tecnocracia do período anterior. O reforço da posição do Município foi colocado como panacéia para o combate do “atraso” advindo das desigualdades regionais, diante do fracasso tec-nocrático em atingir os chamados grotões. Ademais, o Município foi alçado ao nível de ente federado, fato inédito no mundo.

Já podemos notar que as várias formas federati-vas, mais menos centralizadas, ainda não foram capa-zes de resolver, de forma permanente, os problemas e desigualdades que o Brasil apresenta.

É importante ressaltar, também, que nossa Constituição estabelece uma Federação estritamente simétrica, quando observada nas três esferas do poder pú-blico – União, Estados e Distrito Federal e Municípios. Isso significa dizer que não existe respeito às diferen-tes capacidades dos Estados, cobrando de todos as mesmas funções e serviços. Como resultado, a oferta de serviços públicos é bastante diferenciada, mesmo dentro das mesmas macrorregiões. O mesmo ocorre no nível dos Municípios, onde a questão se apresenta de forma ainda mais grave.

É necessário fazermos um balanço da situação atual do nosso pacto federativo, focando essencial-mente a questão da sustentação dos entes federados. Para isso, existe farto material disponível no *site* do Banco Federativo do BNDES, com a análise da situa-ção financeira e tributária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O que podemos constatar é isto: logo depois da Constituição de 1988, identificamos uma diminuição relativa da participação de Estados e da União no con-junto da receita, em favor dos Municípios.

A União saiu de uma confortável posição de re-presentar 70% da carga tributária nacional, pré-Constituição, atingindo o nível mais baixo em 1991, com 63%. Entretanto, recolocou-se, nos últimos anos, num patamar bastante próximo ao original, 69%, graças ao expediente de criar contribuições de variadas ordens, como a CPMF e a Cide, que não distribui com os Es-tados nem com os Municípios.

Ao mesmo tempo, a carga tributária global pas-sou dos 29,6% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1988, para os 35,7% do ano passado, e a projeção, que infelizmente parece se confirmar, é de 36,2%, para 2004. Tudo isso bem acima dos pouco mais de 13% do pós-guerra e, mesmo, dos 25% ou 26%, de quase todo o período militar.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a faz uma análise que deixa a todos estarrecidos, porque é a verdade. Mas há um agravante em relação aos Municípios, que não apenas tiveram diminuição após a Constituição de 1988, como tam-bém receberam mais atribuições, como, por exemplo, os bloqueios de educação e saúde, que penalizam muito. E o INSS também passou a ser um outro pro-bлемa sério. E mais seria ainda é a questão dos pre-catórios, porque, a toda hora e a todo instante, vem uma avalanche de precatórios sobre os Municípios. V. Ex^a fala que a União está realmente desequilibrada, mas, no caso dos Municípios, o desequilíbrio é ainda maior. As contribuições chegam a R\$110 bilhões, que não entram na cesta a ser dividida com Estados e Mu-nicípios. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obri-gado pelo importante aparte de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Permite-me V. EX^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com muita alegria, concedo-lhe o aparte.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Pedro Simon, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. É extremamente constrangedor para esta Casa, que só existe para representar a Federação – porque, se não fosse para representar a Federação, não haveria razão para estarmos aqui, três representantes por Estado, tudo igual –, é vergonhoso para esta Casa não ter pensado em um modelo de federalismo como muito bem denuncia V. Ex^a, se federalismo competitivo ou cooperativo. Pelo menos dever-se-ia viabilizar esse debate para se fazer uma proposição concreta. Quero fazer uma referência não para ajudar V. Ex^a, porque o seu pronunciamento é extremamente completo, muito positivo e interessante, mas apenas para trazer tam-bém ao debate que foi justamente o aumento da carga tributária – causado pelo aumento do percentual de alíquotas ou pela ampliação da base tributária – na-quele tributo que é centralizado no Governo Federal, e daí a gravidade do tema. Outra gravidade é justa-

mente o percentual de comprometimento da receita líquida real que os Estados e Municípios estão tendo para financiar a agiotagem internacional, em função dessa política econômica do Governo Federal. Esse tipo de política econômica, que joga na lama da especulação 70% do Orçamento público, é financiada com o caos administrativo e com o caos da ausência de prestação de políticas públicas e de políticas sociais pelos Estados e Municípios. Por isso, seria bom que esta Casa fosse independente, porque, quando o Governo estabelece a promiscuidade entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, os Congressistas acabam viabilizando a sua voracidade de se lambuzar no banquete farto do poder, em vez de, como V. Ex^a, ouvirem e terem sensibilidade para com os problemas gravíssimos que acometem hoje Estados e Municípios. Portanto, parabenizo V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a, que veio se somar – e bem – ao meu pronunciamento.

Repto: ao mesmo tempo, a carga tributária global passou de 29,6% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1988, para 35,7% no ano passado, e a projeção que infelizmente parece se confirmar é de 36,2% para 2004.

Os Estados, de sua parte, sofreram redução em sua participação, dos 26,5% de 1988 para os 26,1% estimados para este ano. Aumentando um pouco o horizonte de análise, de volta a 1960, por exemplo, enxergamos melhor o problema. Naquele ano, os impostos dos Estados representavam 31,3% da carga nacional e hoje representam 26%.

Por fim, a situação dos Municípios parece, a princípio, muito mais confortável. Em termos de arrecadação, representou respectivamente 4,8%, 2,9% e 4,8% nos anos de referência 1960, 1988 e 2004. Para a receita disponível, encontraremos uma variação que vai de 6,6%, passando por 10,8% e chegando aos 16,2% projetados para o corrente ano.

A Constituição de 1988 facilitou, até a edição da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, o processo de criação de novos Municípios, muitos dos quais ainda são visíveis do ponto de vista de sustentação, visto que se agarram quase que exclusivamente ao FPM para sua sobrevivência.

A relativa demora em estabelecer um mecanismo de controle para os Entes Federados – representada hoje pela Lei de Responsabilidade Fiscal – permitiu a propagação dos efeitos deletérios da má gestão dos recursos públicos.

Sabemos, pelo noticiário, que existem cidades hoje que se sustentam sobre o binômio FPM, para os gastos públicos, e os programas de renda mínima

do Governo Federal ou formas de benefícios de prestação continuada, no caso do consumo privado. Que sentido existe em dar ou manter a autonomia de tais Municípios?

O mesmo parece acontecer com alguns Estados, que se sustentam no respectivo Fundo de Participação. Entretanto, a estrita simetria de funções proposta no Texto Constitucional força Municípios e Estados menos aparelhados a oferecerem serviços no mesmo nível e responsabilidade de outros mais aparelhados, às custas, muitas das vezes, de sua estabilidade administrativa e fiscal.

Por outro lado, as regras de partilha das transferências da União muitas vezes não têm como base a questão populacional, repetindo o desequilíbrio, que já é sobejamente conhecido, na representação política.

Uma regra realmente interessante de partilha deveria ser baseada no cálculo de uma base orçamentária **per capita**, disponível para cada Estado e Município, rigorosamente equilibrada. A partir dessa base, seria permitida a introdução de um fator voltado para a diminuição das diferenças regionais, mas que não ultrapasse, como acontece hoje, um limite de, digamos, 30% da base **per capita** nos casos extremos.

A contrapartida dos que receberam valores diferenciados seria a obrigação de cumprimento de metas de atendimento de serviços públicos, por exemplo, e a definição de um horizonte temporal para demonstrar sua viabilidade de sustentação como Ente Federado – exceções apenas para atendimento de calamidades públicas.

Também é necessário definir as funções de cada nível federativo. Com mais de um século de experiência republicana, continuamos esbarrando no mais rasteiro primarismo administrativo de repetir funções nos três níveis, resultando não em cooperação, mas em competição entre os Entes Federados, agravada, em alguns casos, pela incompetência.

Por que motivo os principais eixos rodoviários do País continuam sob a responsabilidade quase exclusiva do Governo Federal, servindo, inclusive, de pretexto para a instituição de mais uma contribuição? Será que não existe a confiança de que a função de gerenciar estradas ficaria mais bem localizada nos Entes Federados subnacionais? Deveria estar sob a tutela da União exclusivamente o planejamento macro do sistema rodoviário e, no máximo, a implantação de novas artérias. Da maneira que está, o orçamento fica na União e acaba não sendo utilizado, vitimado pelos freqüentes contingenciamentos destinados a “fazer caixa” para os superávits escorchantes.

Por último, cabe, certamente, nessa discussão sobre o federalismo “à brasileira”, a questão do dese-

quilíbrio da representação e, mesmo, o nosso papel na Federação. Certamente, cabe ao Senado o papel da “Casa da Federação”. Mas um Senado de pauta permanentemente trancada pela avalanche de medidas provisórias do Executivo, com prazos exígues para opinar, não desempenha bem sua missão. É preciso refletir sobre isso.

E a questão das emendas parlamentares? Frequentemente são utilizadas como moeda de troca pelo Executivo, uma vez que, no atual sistema de execução orçamentária, apenas ele tem o condão de tornar realidade o atendimento das necessidades locais refletidas nessas emendas. Sem falar na maneira grotesca como a questão é tratada pelo próprio Executivo e por parte da mídia, que acabam passando a impressão de que os parlamentares embolsam esses recursos. No fundo é uma estratégia da ilusão. Qualquer um, com experiência na administração pública, sabe que a verba liberada em final de ano dificilmente é executada, especialmente se destinada a obras e programas de certo porte.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, nosso sistema federativo necessita de uma revisão urgente. Precisamos esclarecer e separar as funções e as ações, de forma que a Federação realmente se realize na prática. Precisamos garantir um nível de oferecimento de serviços públicos que resolva o problema do cidadão, e não dos que deveriam estar servindo a ele. Precisamos estabelecer sérios critérios de viabilidade econômica para admitir a criação de novos Estados e Municípios e para a continuidade da autonomia dos atuais. Precisamos restabelecer a justeza orçamentária voltada para o cidadão. E precisamos, ademais, rediscutir a questão da representação política, que deve ser refletida na composição, funções, atividades e formas de funcionamento das duas Casas do Parlamento.

É o apelo que faço aos meus Pares, em defesa da Federação.

Acredito, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que a sobrevivência do pacto federativo e o reequilíbrio da Federação só será conseguido voltando um passo, quando recolocarmos a **res publica** – o trato da coisa pública – acima de projetos e ambições individuais. Restauremos a República e, com isso, salvaremos a Federação.

É o que falo hoje, pretendendo voltar aqui para mostrar a situação dramática que vive o meu Estado, o Rio Grande do Sul. A dramaticidade desta hora da política rio-grandense está a exigir um atendimento tanto por parte do meu Estado quanto por parte do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador

inscrito, o nobre Senador Mão Santa, do PMDB, do Piauí.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as}s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem, nesta sessão de segunda-feira, vinte de dezembro, por meio do sistema de comunicação do Senado Federal.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a e eu aqui estamos pela força do Piauí. Venho a esta tribuna, Senador Ney Suassuna, dar a minha colaboração ao Presidente Lula, bem como a do PMDB que quer bem ao Brasil, que acredita, ainda, naqueles ideais que garantiram a Anistia, as Diretas Já, a redemocratização, e que ainda escuta o eco de Ulysses Guimarães: “Escutai a voz rouca das ruas”. Quem está na rua, Heloísa Helena, não está no Palácio da Alvorada: é o povo.

Entendo ser muito oportuno, porque é antevéspera de Natal, Senador Ney Suassuna, que o Presidente Lula dê o Natal ao Piauí, em gratidão a sua eleição e ao povo do Piauí ter acreditado no PT, elegendo um Governador dessa legenda.

Senadora Heloísa Helena, talvez V. Ex^a não tivesse nascido, tanta é a sua juventude, mas em agosto de 1950, na praça Nossa Senhora da Graça, na minha cidade de Parnaíba, do Piauí, às 10 horas da manhã, ouvi Getúlio Vargas: “Se eleito for, construirei o porto de Luís Correia.” Luís Correia, até então, era a única cidade litorânea do Piauí.

Getúlio Vargas foi eleito há precisamente 54 anos. Isso traduz o Brasil.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a representa o PMDB do Palácio e eu, o PMDB do povo, e aqui nos encontramos. Atentai bem! As palavras de Getúlio Vargas têm 54 anos.

O Piauí deu a este País, sem dúvida alguma, o mais extraordinário Ministro de Planejamento: João Paulo dos Reis Velloso. Ele foi a luz no período revolucionário ditatorial. Senadora Heloísa Helena, falo com orgulho desse homem, porque, durante dez anos, João Paulo foi a luz, sem praticar qualquer ato de indignidade, de imoralidade ou de corrupção. Essa é uma virtude da gente do Piauí. Ele avançou muito.

Quando Deputado Estadual, Senador Ney Suassuna, surgiu até um convite para a inauguração do porto. No entanto, a tecnologia falhou e houve um assoreamento, um aterramento. O rio Parnaíba trouxe areia e o calado não foi inaugurado; está lá, onde foram encravados US\$100 milhões. Senador Ney Suassuna, faltam dez milhões.

O Governador Alberto Silva privatizou e foram boas as suas intenções para um empresário do Ceará, proprietário de uma marina e de um estaleiro. Depois de Alberto Silva, governaram o Estado Freitas Neto, Guilherme Melo, eu, Hugo Napoleão e, agora, Wellington Dias, do PT. Não houve nenhum avanço. O empresário pretendia apenas beneficiar-se do patrimônio e do contrato.

O PT poderia perguntar: "Mas V. Ex^a governou o Estado do Piauí. Porque não concluiu?" Não conclui porque ele foi privatizado e pode ser desfeito por não ter havido avanço. Eu não dispunha dos US\$10 milhões, mas mandei fazer o projeto. No projeto simplificado, o custo é de US\$10 milhões.

Quero orientar o Presidente Lula.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a aproxima-se de Shakespeare na intelectualidade, na poesia e no espírito artístico. Eu, agora, aproximo-me de Rui Barbosa, que ensinou: "Não troco a trouxa das minhas convicções por um Ministério". Não busco nenhum cargo, mas as necessidades do Piauí. Resolvê-las é muito fácil para o Presidente da República.

Senador Ney Suassuna, são US\$10 milhões para terminar um porto que, neste País, seria o mais próximo da Flórida e da Europa. Esse seria um bom presente de Natal para o Piauí.

No Governo do Presidente José Sarney, iniciou-se um programa de irrigação nos tabuleiros Litorâneo e Guadalupe. Já faz tanto tempo, Senadora Heloísa Helena, que Sarney deixou o Governo, mas os projetos do Piauí, Litorâneo e Guadalupe, estão à espera de ações efetivas que os concluam e tragam a produção, podendo transformar essas regiões como ocorreu, no São Francisco, com as cidades de Petrolina e Juazeiro. Essas seriam boas ações do Presidente da República.

Senador Ney Suassuna, quando criança, andei nas ferrovias do Piauí. Que vergonha! Sei que foi uma opção histórica do transporte no Brasil, errada, que deixou em descaso o transporte ferroviário, muito mais barato. Recordo-me de ter ido a Fortaleza e a São Luiz do Maranhão quando garoto. Que vergonha!

Choramos para o Governo Federal inaugurar um hospital universitário. Ele atendeu em parte, Senador Leonel Pavan. Com o esforço do magnífico Reitor Pedro Leopoldino, foi aberta a parte ambulatorial e o Piauí ainda espera a conclusão daquele sonho de ter um hospital universitário.

Olha, isso vai fazer quase 25 anos! E o Piauí sonhava com a eleição do Lula, Sr. Presidente, com a esperança. O Piauí deu o Governo do Estado ao PT nesse sonho de esperança, de reconhecimento e de gratidão há dois anos...

Está em tramitação um projeto de lei, de minha autoria, com parecer favorável do Senador Alvaro Dias, para instalar, na cidade de Parnaíba, um Campus Avançado Reis Veloso, da Universidade do Delta. Isto é o que queremos. Esta é a proposta do PMDB. O PMDB não quer cargos pessoais. Nós não vamos deixar jamais, Presidente Lula, o PMDB se entregar por trocas.

Em Teresina, Senador Leonel Pavan, há um troca-troca. Troca-se qualquer utensílio por um outro. Por exemplo, uma geladeira pode ser trocada por uma bicicleta. Mas o nosso PMDB, jamais! O PMDB de Ulysses, de Tancredo, de Teotônio, o nosso, jamais vai servir de troca-troca para apoiar Governo do PT. Ele vai sempre estar apoiando o povo e o Brasil. O nosso mandato pertence ao povo.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a, um dos mais experimentados Parlamentares desta Casa, é uma pena, é uma pena! V. Ex^a é mesmo um Líder lá em Santa Catarina. V. Ex^a tem o mais honroso cargo de todos os Parlamentares aqui. Eu já fui Governador do Estado por duas vezes! Mas V. Ex^a é um campeão! V. Ex^a foi o único daqui que conseguiu ser Prefeito três vezes de sua cidade! Senadora Heloísa Helena, eu fui prefeitinho! Prefeitinho é aquele que administra a sua esposa, os seus filhos, a sua avó, o seu avô, seu tio, seus amigos. É, sem dúvida alguma, o mais importante agente administrativo de toda a estrutura democrática. E Leonel Pavan tem essa experiência.

Mas eu queria dizer que, no Piauí, temos 11 milhões de hectares de cerrado. É a última fronteira agrícola. Foi a última no Governo passado – e temos que agradecer ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso é para mostrar ao Presidente Lula que o povo do Piauí é agradecido, por este seu filho, mas nós não temos nada a agradecer ao Presidente Lula até então!

O Presidente Fernando Henrique Cardoso deu ao Piauí, em uma reunião da Sudene – que está fechada –, porque eu interpelei, quando ele discursava, quebrando o protocolo, a energia do cerrado: 230 quilowatt, a eletrificação do cerrado de São João, Canto do Buriti, Eliseu Martins se espraiando. E mudou. Graças a isso, buscamos, lá no Estado de Leonel Pavan, a indústria Cerval, hoje Bunge, e já se consolidou no Piauí. Em razão da eletrificação, conseguimos ampliar de 10 mil toneladas para quase 500 mil toneladas a produção de grãos de soja. Graças à eletrificação.

Agora, queremos as estradas. Sonhamos com as estradas. E começamos a trabalhar nisso com o meu Secretário de Agricultura, Marcelo Castro, com a Transcerrado. Lamento, aqui, falar em estradas, Senador Leonel Pavan, pois, das dez piores estradas deste

País, três estão no Piauí. É o trabalho da Confederação Nacional do Transporte.

Senador Eduardo Siqueira Campos, é a Araguaína/Picos, lá do seu Tocantins. Deus criou o mundo, mas foi o pai de V. Ex^a que criou o Estado do Tocantins. A estrada que liga Araguaína, no Tocantins, a Picos, no Piauí, é uma das piores do País; também há a que liga Picos a Barreiras e uma BR-020, planejada para ligar Fortaleza a Brasília, passando pelo Piauí. Das dez, as três piores estão no Piauí, Presidente Lula.

Entendo, Presidente Lula, que a Ministra Dilma Rousseff pode ser boa para os gaúchos, mas para o Piauí S. Ex^a não foi ainda. Entendo que Vossa Excelência, Presidente Lula, não precisa ficar viajando por aí, dia e noite, de janeiro a dezembro. Dom Pedro II governou o Brasil por 49 anos e os franceses afirmaram que, se fosse o rei da França, jamais o teriam derrubado. O povo jamais teria ido às ruas gritar liberdade, igualdade, fraternidade. Ele quase não viajou. E na viagem que fez, escreveu para sua filha, dizendo-lhe: "Isabel, lembre-se de que estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo". É disso que me recordo.

As estradas do Piauí estão aí. Há o metrô, e quero parabenizar o Senador Alberto Silva por sua ampliação. Mas o Presidente não precisa viajar. O exemplo está aqui: Juscelino. Estamos aqui. José Bonifácio sonhou, mas Juscelino implantou aqui um grande benefício, que não foi só a beleza da Capital, mas a integração, a interiorização do Brasil, que só era litoral – Rio e São Paulo. Hoje, o Brasil é grande por Juscelino.

Quero dizer que reivindico para o sul do Piauí: Presidente Lula, olhe o mapa do Brasil. O Piauí é comprido; o sul do Piauí está no meio do Estado. Então, na cidade Paulistana, os técnicos dizem que seria o melhor local para uma refinaria. O Brasil tem petróleo, mas está faltando, no Norte e Nordeste, o refino. Então, o Piauí é eqüidistante de todas as capitais – Boa Vista, Amapá, Fortaleza, São Luís, Natal, Recife – e interiorizaria o progresso. Isso seria uma ação de um homem dinâmico, como Juscelino. O melhor local da refinaria é o sul do Piauí, que fica eqüidistante de todas as capitais, onde o refino é deficitário.

Com a palavra o extraordinário Senador Leonel Pavan – e quis Deus estar a seu lado o Senador Tasso Jereissati, tricampeão Governador; V. Ex^a é o tricampeão Prefeito, construindo, como o Tasso, um grandioso Estado, a sua bela cidade praiana turística.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Meu querido amigo, Senador Mão Santa, Santa Catarina tem grande admiração por V. Ex^a. Sempre que percorro o meu Estado, em todas as reuniões de que participo, sempre há alguém que fala dos pronunciamentos de V. Ex^a, de sua inteligência e de sua luta pelo Piauí.

Isso demonstra o carinho e a admiração que V. Ex^a tem pelo Piauí e a que o povo tem por V. Ex^a. Santa Catarina o admira muito. V. Ex^a citou vários atos falhos e promessas do Governo Lula, que está terminando seu segundo ano de mandato.

No ano passado, já aprovamos recursos para 2004; este ano, nós os estamos aprovando para o ano que vem, para serem investidos nas universidades do País, a fim de interiorizá-las. Recursos são colocados no Orçamento e aprovados, e infelizmente o Governo não investe. V. Ex^a iniciou seu pronunciamento com um assunto e acabou por conduzi-lo a outro: a questão das estradas, que diz respeito ao Estado de V. Ex^a, ao meu e ao do Senador Tasso Jereissati, assim como a qualquer outro. O Governo Federal encerra seu segundo ano de mandato, entrando no seu terceiro ano; sabemos que pouco poderá ser feito no quarto, por se tratar de um ano com eleições presidenciais. Quero dizer que, para o meu Estado, infelizmente, só há promessas. Aprovamos projetos para a instalação da Unoesc, uma universidade no interior, no Oeste de Santa Catarina, com a finalidade de evitar o êxodo rural, ou seja, que os filhos abandonem suas famílias, suas terras, as cidades do interior em busca dos centros urbanos. Estamos trabalhando nisso há dois anos, aprovamos no Orçamento recursos nossos, e até hoje o Governo Federal não se pronunciou em uma de suas principais promessas de campanha, a de investir no ensino, nas universidades, para atender aos trabalhadores, aos filhos de agricultores, à grande maioria de nossos estudantes, que são carentes e não têm condições de pagar o estudo em universidades particulares. O Governo Federal não investe! Aprovamos recursos no Orçamento, e existe um discurso fantástico. Não sei como ainda conseguem enganar a população, porque já se vão 24 meses, e não há um centavo, por parte do Governo, de investimento em universidades no interior do nosso Estado. Estou reivindicando, há meses, que haja uma universidade no extremo Oeste de Santa Catarina e outra no Meio-Oeste, e até agora é apenas balela, promessa e discurso. V. Ex^a poderia até falar, com mais propriedade, dessa questão, mas é assim no seu Piauí e também em Santa Catarina.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço, Senador. Quero testemunhar a beleza de Camboriú, que V. Ex^a administrou; é um dos pontos mais agradáveis do Brasil. E quis Deus que estivesse ao lado de V. Ex^a o Senador Tasso Jereissati, que fez avançar a administração pública e cujo modelo iguala-se à competência administrativa do livro **Reinventando o Governo**, de Ted Gaebler e David Osborne, que diz que o governo não pode ser grande demais.

Senador Leonel Pavan e Senador Antonio Carlos Valadares, nas medidas provisórias que vão chegar à Casa, há uma enxurrada de nomeações, de gratificações em nível de DAS para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Centenas de apaniguados, quase sempre incapazes, entrarão pela porta larga da desmoralização, do apadrinhamento, sem concurso, para fazer o caixa do PT nas eleições que se aproximam. Serão, mais ou menos, 500 nomeações para o Ministério da Agricultura. Entrarão pela porta larga da falta de vergonha, do descaramento, do protecionismo, da incompetência e farão caixa para as futuras eleições do PT. Cada salário alto será vinculado ao Partido. Falamos muito em universitários. Há tantas pessoas formadas em agronomia neste País! Mas escolheram, como está na Bíblia, a porta larga da falta de vergonha. É um carnaval em pleno natal. Vamos homologar, nesta Casa, centenas e centenas de presentes de Papai Noel.

Para o grandioso Piauí, gostaríamos de ver esforços deste Governo no sentido de viabilizar a existência de mais linhas aéreas e aeroportos, não só na capital, mas também em Parnaíba, onde estão as maravilhas do Delta. Em São Raimundo Nonato, atualmente, a serra da Capivara é reconhecida como o berço do homem americano. Uma pesquisadora francesa, Niède Guidon, construiu, com recursos internacionais, monumentos que recordam que o homem americano passou, há 40 mil anos, pela serra da Capivara.

Essas são as reivindicações do povo do Piauí. Senador Ney Suassuna, grande Líder Tião, pronto! Atendendo-as o Presidente da República, saberá o Piauí agradecer, e, neste Natal, até rezaremos todos juntos, para que Sua Excelência continue, com felicidade, seu Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência prorroga a Hora do Expediente para que possamos ouvir os três Senadores inscritos para fazer comunicações inadiáveis.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu gostaria, também, de me inscrever para uma comunicação inadiável, havendo a terceira vaga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência, sabendo que V. Ex^a o solicitaria, já lhe reservou esse direito.

A primeira inscrita é a Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

A Presidência concederá a palavra ao Senador Leonel Pavan, que fará, pela Liderança do PSDB, uma comunicação de interesse partidário. Em seguida, iniciará a lista dos oradores inscritos para comunicações inadiáveis.

Estão inscritos os Senadores Ney Suassuna, Aelton Freitas e Eduardo Suplicy.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, está em diversos órgãos de imprensa matéria que traz o título “6.800 pessoas devem morrer nas estradas em 90 dias”.

Brasília – Seis mil e oitocentas pessoas devem morrer nos próximos 90 dias, vítimas de acidentes de trânsito nas estradas brasileiras. A informação é do coordenador do Programa de Acidentes SOS Estradas, Rodolfo Alberto Rizzotto. “Nós fizemos uma previsão bastante cuidadosa que, provavelmente e infelizmente, é até inferior da realidade que ocorre no País”, explica. O levantamento faz parte do estudo Morte no Trânsito: Tragédia Rodoviária, realizado pelo SOS Estradas ao longo do ano.

Segundo, Rizzotto, cerca de 24 mil pessoas perdem a vida todos os anos nas estradas brasileiras. Ele explica que nos próximos três meses serão cerca de 70 mil acidentes nas rodovias de todo o país, resultando em aproximadamente 40 mil feridos. Desse total, 13 mil devem ficar em estado grave.

O coordenador lembra que muitas pessoas ainda acham que as condições das estradas são as maiores causadoras de acidentes. “Isso não procede. Somente cerca de 5% dos acidentes ocorrem em função das condições da rodovia”, afirma. Aproximadamente 90% dos acidentes, segundo ele, são causados pela imprudência dos motoristas.

Concordo com ele quando diz que os acidentes ocorrem pela imprudência dos motoristas. Mas acrescento que ocorrem também pela imprudência do Governo – não dá para jogar a batata quente somente nas mãos de quem é motorista. No que diz respeito à imprudência, concordamos.

O levantamento aponta ainda que, do total dessas 6.800 mortes que devem ocorrer nos próximos meses, cerca de quatro mil devem acontecer no local do acidente. As outras 2.800 são correspondentes a feridos em estado grave que morrem depois, a caminho do hospital ou após a internação.

Srs e Srs. Senadores, como pode alguém ter vontade de andar nas ruas do nosso País, com a previsão de 6.800 mortes em acidentes?! O número de mortes é tão grande que existe um estudo prevendo quantas pessoas morrerão no período de férias. É um absurdo! Isso nos deixa com medo de transitar. Será que estou no meio dos 6.800? Será que está alguém

da minha família? Algum amigo meu? Alguém que gera emprego? Alguém que trabalha? Quem vai ser uma dessas 6.800 pessoas?

E dizer que apenas 5% dos acidentes acontecem em função das estradas, da precariedade das estradas, é um absurdo!

Na verdade, a imprudência existe às vezes porque o veículo, na hora de ultrapassar, o faz em lugar que não é apropriado, porque não há sinalização; às vezes não está sinalizado que existe uma curva perigosa mais à frente, ou um declive; que existe um buraco, uma panela. Não há uma placa alertando: "Cuidado, aqui o Governo não investiu! Cuidado!"

Há imprudência do Governo, que não aplica nas rodovias os recursos que existem no Orçamento destinados a elas. Não dá para acusar apenas os motoristas e dizer que somente 5% dos acidentes ocorrem em função da precariedade das nossas rodovias. Elas não têm sinalização! Elas não têm segurança!

Há anos, as rodovias foram construídas com apenas duas pistas. E a cada dia, a cada mês, mais veículos são colocados nas estradas. As famílias vão crescendo e compram mais carros, para um filho e para outro. Aumenta o número de veículos nas estradas e, no entanto, a infra-estrutura que o Governo deve prover não acompanha essa situação. O Governo não oferece ao usuário uma rodovia condizente, não investe na duplicação, na sinalização e na conservação.

Fico realmente com medo quando vejo que há previsão, Senador Mão Santa, de morte de 6.800 pessoas nos próximos dias e se diz que apenas 5% em função da precariedade de nossas estradas. Não podemos oferecer um presente como esse à população brasileira, de jeito nenhum.

A Cide arrecada R\$10 bilhões. O Orçamento para o ano que vem é de R\$6 bilhões. Houve arrecadação de R\$10 bilhões com a Cide e não estão colocando no Orçamento aquilo que é cobrado de imposto no preço do combustível, da gasolina e do óleo diesel. Deveria ser colocado no Orçamento pelo menos aquilo que pagamos todos os dias quando vamos ao posto de gasolina. Com esse imposto, com 54 centavos da gasolina e com 22 centavos do óleo diesel, com o que pagamos, apenas, dá para investir os mais de R\$6 bilhões que estão anunciando para este ano na conservação das nossas rodovias.

Aliás, daria para duplicar, para iniciar, realmente, a duplicação do trecho sul da BR-101 em Santa Catarina; iniciar realmente, com as máquinas na estrada, e não só no gogó, só no papel, só no discurso. Porque com apenas R\$1 bilhão daria para fazer o trecho sul da BR-101, de Santa Catarina, e outros trechos que

existem Brasil afora, como o Senador Mão Santa falou, no Piauí e em todos os outros Estados do Brasil.

Lamento profundamente que estejamos encerrando o segundo ano do Governo Lula, vinte e quatro meses do Governo Lula, e ainda fiquemos nas promessas, e que ainda estejam olhando pelo retrovisor, culpando o passado, sem olhar o seu próprio nariz.

Porque a situação é a seguinte: o PIB aumenta, a arrecadação aumenta, a exportação aumenta, tudo aumenta, no Brasil, o caixa aumenta, e estão gastando com a contratação de funcionários para o Ministério, estão inchando a máquina, gastando dinheiro do povo. E não se faz nada para que essas 6.800 mortes sejam evitadas nos próximos noventa dias! E o Governo deverá comemorar o final do ano com muito champanhe, com a desgraça do povo brasileiro. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tendo já o Presidente prorrogado a Hora do Expediente e estando o próximo orador na tribuna, vou conceder a palavra a V. Ex^a para uma comunicação inadiável, de acordo com o Regimento Interno, por cinco minutos, nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Presidente.

Quero agradecer a Senadora Heloísa Helena. Sendo obediente ao pedido dela, falarei sobre outro assunto. Eu ia falar sobre o São Francisco, mas falarei sobre outro assunto e deixarei aquele para outro momento.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o nobre Senador Mão Santa foi à tribuna e falou da vergonha que é a situação das ferrovias brasileiras. Realmente, é um vexame! Na nossa infância, andávamos de trem pelo Brasil todo – havia estradas de ferro. Hoje, a maioria está desativada.

O nobre Senador que me antecedeu falava do problema das estradas. A situação das estradas está passando por um vexame: de 60 mil quilômetros de estradas, 52 mil quilômetros precisam de recuperação a curtíssimo prazo.

E só ouvimos más notícias. Quando não é a violência, é o desmanchar das ferrovias, é o desmanchar das rodovias. E por aí afora. Até os portos têm problemas. O porto – dizia o Senador Mão Santa – que tanta falta faz ao Piauí, de novo está assoreado. E isso é uma coisa constante, porque o rio vai depositando matéria.

Mas há fatos bons acontecendo neste País. E um deles, Sr. Presidente, sobre o qual eu queria falar neste momento, é a Vale do Rio Doce. Muitas pessoas foram contra a privatização da Vale do Rio Doce. Mas, hoje, ela está presente em treze Estados. Ela é

a maior prestadora de serviços de logística no País e a maior produtora global de minério de ferro.

Essa empresa, que é presidida pelo jovem e empreendedor Roger Agnelli, tinha como meta alcançar US\$25 bilhões em exportações daqui a três anos; e o fez este ano. Hoje, ela vale algo em torno de US\$25 bilhões no mercado.

É uma empresa que administra as suas estradas de ferro, que são um primor. Essas estradas de ferro são grandes e importantes para o Brasil. Só para V. Ex^{as} terem uma idéia, essa empresa, hoje, cuida da estrada de ferro da área atlântica, da estrada de ferro em Tucuruí e de três grandes estradas que estão levando para os nossos portos, para exportação, milhões, milhões e milhões de toneladas de minério.

A Vale do Rio Doce, Sr. Presidente, tem empresas coligadas ou controladas nos Estados Unidos, Argentina, Chile, Peru, França, Noruega e Bahrein. Desenvolve negócios e realiza a venda de minério de ferro e pelotas diretamente aos seus clientes por meio de suas empresas: RDA, responsável pela América do Norte e América Central; RDI, responsável pela Europa, África, Oriente Médio, Irã, Índia e Paquistão; RDAsia Tóquio, responsável pela Ásia, com exceção da China; RDAsia Xangai, responsável pela China; e a Gevac – Gerência Geral de Vendas para a América do Sul. Ou seja, é uma empresa que conquistou respeito mundial e que faz bem o seu papel.

Só para se ter uma idéia, o superávit comercial brasileiro recebeu grande contribuição da Vale, que, sozinha, exportou US\$3,95 bilhões, em 2003, com quase 50% de aumento em 2004. Com toda a certeza, essa empresa continuará crescendo e recebendo prêmios em todo o mundo pelo crescimento e pelo importante papel, não só na mineração do Brasil como na de todo o mundo, como acabei de falar.

Falei das ferrovias e terminais de escoamento. Hoje, há três ferrovias sob seu controle, Vitória-Minas, Carajás e Centro-Atlântica, que respondem por uma quantidade enorme de tonelagem, pois é o maior conjunto ferroviário do País e, com toda a certeza, continuará sendo, uma vez que está investindo mais R\$400 milhões só no ano de 2004.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não, nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me interrompê-lo, tendo em vista que o tempo já quase esgotou, mas esse é um assunto pelo qual tenho entusiasmo especial. Há muito tempo, quando eu ainda estava na Polícia Federal, houve várias diligências, pois era sempre uma luta com garimpeiros e a admi-

nistração das minas. Fui aprendendo um pouco da importância que representava para a economia brasileira a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, quando interligadas em operações. O que me deixou bastante entusiasmado foi a viagem do Presidente à China. Recebi algumas comissões de chineses, num desespero inexplicável. Lá, construíram nove siderúrgicas, entre as mais modernas do mundo. Entretanto, não tinham minério de ferro e precisavam comprá-lo do Brasil, que estava vendendo, com exclusividade, para uma só siderúrgica. A Companhia controla também o porto exportador de minérios. Sinto nas suas palavras que há necessidade de se agregarem valores, não se exportando somente o minério **in natura**. O Brasil também está precisando de aço e de ferro, e a agregação com as siderúrgicas nacionais tem importância vital. Não sei se V. Ex^a citou isso. Tentei prestar bastante atenção ao seu discurso, mas, como V. Ex^a estava no final, vim aqui cumprimentá-lo. Penso que V. Ex^a deve continuar nesse bom combate. Ao lado do Senador Paulo Octávio, estou na Frente Parlamentar em Defesa da Ferrovia. Entendemos que se deveriam recriar as ferrovias brasileiras, que estão dando um tremendo prejuízo para o Brasil com as suas privatizações, pois estão praticamente esfaceladas. Quem sabe V. Ex^a consegue com sua vivência, na economia e na indústria, colaborar para a melhora desse estado de coisas, agregando-se valores a esses produtos brasileiros **in natura**. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador Romeu Tuma.

Encerrando, Sr. Presidente, lembro que resolvi tratar desse assunto em razão dos investimentos feitos na área de ferrovias. Não queria falar do São Francisco e gostaria de dar uma boa notícia. A Companhia Vale do Rio Doce está investindo R\$400 milhões, este ano, nas suas ferrovias.

Por último, quero dizer que, só para a China, enviaram 30,5 milhões de toneladas de aço. Trata-se de uma empresa incrível, que está em 13 Estados do País e em todos esses países que acabei de citar.

Peço que meu discurso seja publicado na íntegra, Sr. Presidente.

Depois de tantas notícias ruins, tínhamos a obrigação de falar alguma coisa boa, e a Vale do Rio Doce é uma das grandes empresas e uma coisa boa nesse cenário de dificuldades em que o Brasil vive.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR NEY SUASSUNA.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

1. No ardor do período de industrialização do Brasil, foi criada, no dia 1º de junho de 1942, a Companhia Vale do Rio Doce, para a exploração das minas de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

2. Depois de enorme sucesso como empresa estatal, durante décadas, seu atual grupo de acionistas controladores é composto por investidores de varejo brasileiro, instituições nacionais e estrangeiras, além de parte dos empregados da empresa.

3. A Vale é líder mundial no mercado de minério de ferro e pelotas, segunda maior produtora global de manganês e ferroligas, além de maior prestadora de serviços de logística do Brasil. Presente em 13 Estados brasileiros e em quatro continentes (Américas, Europa, África e Ásia), é um dos mais importantes e produtivos grupos empresariais brasileiros.

4. Para que se tenha uma idéia do dinamismo da empresa, basta destacar um fato: a atual diretoria, presidida pelo jovem e empreendedor Roger Agnelli, tinha como meta alcançar valor de mercado de US\$25 bilhões, até 2010.

5. Pois bem, já neste mês de novembro de 2004, a empresa atingiu o patamar de US\$26,6 bilhões. Não há como não louvar esta incrível ascensão, sobretudo se recordarmos que, há apenas dois anos, a Vale não atingia, ainda, o valor de mercado de US\$10 bilhões.

6. Grandes reservas minerais de qualidade extraordinária, infra-estrutura de primeira magnitude e um sistema logístico extremamente eficiente. A associação desses fatores permite à Vale projetar-se como uma das três maiores mineradoras do mundo até o final desta década, passando a ser reconhecida como líder mundial em mineração.

7. A Companhia vem conquistando uma participação cada vez mais sólida no disputado cenário mundial. Sua moderna e ousada gestão de governança corporativa a impulsiona para a multiplicação de resultados. Ao concentrar sua atuação nas áreas de mineração e logística, a Vale abre novas frentes de desenvolvimento no Brasil e no mundo, trilhando caminhos cada vez mais promissores.

8. A Companhia Vale do Rio Doce abastece o mercado global com produtos que dão origem a uma infinidade de elementos presentes no dia-a-dia de milhões de pessoas ao redor do mundo – de carros a aviões, de fogões a computadores, da construção de estruturas às fundações.

9. Mais do que uma fornecedora de matéria-prima, a Vale do Rio Doce é uma empresa com visão de

futuro e sempre atenta às oportunidades para a melhoria dos seus negócios internacionais.

10. A Vale tem empresas controladas e coligadas nos Estados Unidos, Argentina, Chile, Peru, França, Noruega e Bahrein. Desenvolve negócios e realiza a venda de minério de ferro e pelotas diretamente aos seus clientes através de suas empresas: RDA, responsável pela América do Norte e América Central; RDI, responsável pela Europa, África, Oriente Médio, Irã, Índia e Paquistão; RDASIA Tóquio, responsável pela Ásia, com exceção da China; RDASIA Xangai, responsável pela China; e Gevac – Gerência Geral de Vendas para a América do Sul.

11. O crescimento global da empresa reflete, de maneira direta, no desenvolvimento do Brasil e reforça o quanto a Vale está em sintonia com o País. Como grande geradora de divisas e de empregos, a Companhia tem plena consciência do papel que desempenha junto à sociedade brasileira.

12. A Vale contribuiu de forma destacada para o superávit comercial do Brasil, com exportações de 3,95 bilhões de dólares em 2003. Com um resultado consolidado de 3,4 bilhões de reais na balança comercial em 2003, a Vale foi a empresa que mais contribuiu para a redução das necessidades de financiamento externo do Brasil.

13. Tal eficiência empresarial se refletiu nos diversos prêmios internacionais que a empresa granjeou nos últimos anos: Melhor Companhia da América Latina em Mineração e Metais – *Global Finance e Reuters Institutional Investor Survey* 2002; Excelência Industrial – Revista *L'Usine Nouvelle, Insead* e Revista *Wirtschaftswoche – Excellence Industrielle Top Usine* 2002, concedida à subsidiária RDME, na Noruega; Melhor em Transparência, Vencedora do VI Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa 2002; Troféu Transparência de Melhor Demonstração Contábil de 2001.

14. O desenvolvimento do grupo Vale do Rio Doce é uma demonstração de que empresas de origem brasileira podem se tornar grandes corporações em nível mundial, à altura dos maiores conglomerados de origem estrangeira já existentes.

15. A sua concentração em objetivos, de forma muito clara, permitiu à empresa evoluir rapidamente no mercado internacional. A prova está, por exemplo, no crescimento das vendas de minério de ferro de 2000 a 2003. Partindo de pouco menos de 120 milhões de toneladas, a Vale ultrapassou as 186 milhões de toneladas no breve espaço de 4 anos.

16. Ou seja, um crescimento de vendas de mais de 50%, feito inegavelmente espantoso para qualquer empresa de cunho industrial. Acrescente-se, Senhor Presidente, que a companhia deve ultrapassar as 200

milhões de toneladas, em 2004, batendo novo recorde histórico.

17. Conjugando eficiência produtiva e logística sofisticada e adequada ao escoamento de sua produção, a Vale consegue se colocar nos mercados nacional e internacional a preços competitivos.

18. Operando importantes ferrovias e terminais de escoamento, seja de sua propriedade, seja por acordos com outros empreendedores, a Companhia Vale do Rio Doce é uma das maiores operadoras de logística do País.

19. Três ferrovias sob seu controle – a Vitória-Minas, a Carajás e a Centro-Atlântica – respondem por importante parte do escoamento de minério e produtos do interior do Brasil para os portos de Vitória, São Luiz e Santos. Consciente da importância da logística no sucesso de sua estratégia empresarial, a Vale continuou a investir maciçamente nesse setor, em 2004, reservando-lhe R\$460 milhões.

20. Sr^{as}s e Srs. Senadores, a pujança da Vale do Rio Doce se reflete também no setor de infra-estrutura, já que demanda forte fornecimento de energia para suas plantas industriais e extrativistas.

21. A Vale é o maior consumidor individual de energia do País, o que a tornou um investidor estratégico compulsório no setor de energia, para o que se associou a outros grupos na construção de usinas hidrelétricas que garantam seu suprimento.

22. Especialmente após sua privatização, a Vale do Rio Doce tem acelerado fortemente seu crescimento. Além de implantada em 13 Estados brasileiros, opera, também, nos quatro continentes, como já mencionei no início deste pronunciamento.

23. E o investimento da empresa na expansão de seus mercados não pára, sejam eles os já tradicionalmente seus compradores, sejam novos clientes. Só para a China a companhia exportará, em 2004, 30,5 milhões de toneladas de minério de ferro, que se somarão a outras 12,8 milhões de toneladas de empresas do Grupo.

24. Como a maior mineradora do mundo, a Vale continua firmemente decidida a manter sua liderança, para o que pesquisa novos sítios de extração. A pesquisa geológica faz parte de seus investimentos estratégicos, e a ela reservou R\$80 milhões, em 2004.

25. Sr. Presidente, a agressiva política de gestão corporativa que adotou tem feito a Vale crescer contínua e velozmente. Sua receita operacional, nos três primeiros trimestres de 2004, ultrapassou os R\$10 bilhões, batendo largamente a marca dos 7,5 bilhões do mesmo período de 2003.

26. O resultado é que sua receita bruta consolidada quase dobrou no mesmo período, passando

de US\$3,9 bilhões, em 2003, para US\$6,1 bilhões no período janeiro a setembro deste ano.

27. Fortemente ancorada em uma vasta rede de acionistas, a empresa tem sido pródiga em lucros para seus investidores. Só em 2004, já distribuiu R\$1,96 por ação, o que representa um total de cerca de 2,3 bilhões. O lucro líquido apresentado nos 9 primeiros meses de 2004 é de R\$4,9 bilhões, contra 3,7 bilhões no mesmo período do ano passado.

28. Sr. Presidente, é assim que se constrói uma grande empresa brasileira. Eficiência empresarial, planejamento estratégico, valorização de seus quadros, esses são pilares do sucesso da Companhia Vale do Rio Doce.

29. Desse modo, Sr^{as}s e Srs. Senadores, deveriam ser conduzidos os negócios no Brasil. Destemor e confiança. O resultado é sempre positivo para os que confiam em sua capacidade de empreender. O sucesso da Vale do Rio Doce é o exemplo acabado desse axioma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Ney Suassuna, a Presidência defere o pedido de transcrição solicitado por V. Ex^a e lembra que deixou de mencionar que V. Ex^a falava por cessão da nobre Senadora Heloísa Helena. Portanto, a Mesa faz esse registro. V. Ex^a, inclusive, mudou o teor do seu pronunciamento, para que ficasse mais palatável de acordo com os pronunciamentos proferidos nesta Casa pela nobre Senadora Heloísa Helena.

A Presidência convoca o próximo orador inscrito, o nobre Senador Aelton Freitas, do PL de Minas Gerais.

S. Ex^a dispõe de até 5 minutos para fazer uma comunicação inadiável, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho relatar, nesta tribuna, os esforços políticos de minha parte e também de outros companheiros uberabenses para propiciarmos justas homenagens ao maior líder espírita do nosso País, o saudoso Chico Xavier. Pela grande projeção internacional que o médium deu a Uberaba e ao Triângulo Mineiro, nada mais justo do que propormos iniciativas que venham imortalizar o legado de ensinamentos tão profundos e fraternos como aqueles deixados pelo médium Chico Xavier.

Foi com esse intuito que, no ano passado, apresentei nesta Casa o PLS nº 371/2003, que denomina “Chico Xavier” o trecho da rodovia BR-050, entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e a

divisa dos Municípios de Uberaba e Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Felizmente, a proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Educação e seguiu, então, para a Câmara dos Deputados, onde já foi igualmente aprovada na Comissão de Viação e Transportes; encontra-se em processo de relatoria na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Reforço, desde já, a esperança para com a aprovação definitiva desta proposta. Seria uma oportuna ação do Congresso Nacional referendar homenagem a uma das mais instigantes figuras da história recente do Brasil, considerado o médium do século e o maior psicógrafo de todos os tempos.

Trata-se de um reconhecimento independente de credos religiosos, pois Chico Xavier foi uma prova viva de aliança entre espiritualidade e trabalho social, deixando marcas louváveis em instituições de caridade, escolas, orfanatos, lares para deficientes, ambulatórios e bibliotecas. O apoio incondicional dos Parlamentares vai permitir que a valorosa figura de Chico Xavier fique perpetuada na região e no País por meio da denominação da BR-050, no Triângulo Mineiro, estando associada para sempre à sua notável personalidade.

Paralelamente ao nosso projeto, o Prefeito eleito de Uberaba, o companheiro Deputado Federal e ex-Ministro Anderson Adauto, já começou a trabalhar para viabilizar a construção na cidade de um memorial dedicado à obra de Chico Xavier. Trata-se de iniciativa de tamanha importância, que o inigualável Oscar Niemeyer doará o projeto arquitetônico do memorial, conforme acordo celebrado entre o Deputado Anderson Adauto e o empresário e Presidente do Partido Progressista em Uberaba, Ricardo Saud.

A idéia, Sr. Presidente, Sr.^as e Srs. Senadores, é que o memorial seja erguido justamente no entroncamento da BR-050 e da BR-262, que se encontra no Município de Uberaba, completando, de forma mais do que adequada, a nossa intenção de transformar o trecho da BR-050 em “Rodovia Chico Xavier”.

Para concretizar as homenagens a Chico Xavier, é indispensável que tenhamos o apoio da Associação Municipal Espírita de Uberaba, para que, juntos, possamos dar à obra do grande líder espírita tratamento justo e merecido. A vida de Chico Xavier será seguramente uma marca eterna para os brasileiros, especialmente para os triangulinhas e uberabenses que tiveram o privilégio de o acolher por tanto tempo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência convoca o terceiro orador inscrito para uma comunicação inadiável, o nobre Se-

nador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, que dispõe de até cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, quero registrar aqui o desfecho feliz de um fato muito importante para uma mãe brasileira, a Sr.^a Genilma Boehler, professora na Universidade Metodista de São Bernardo do Campo. Ela foi casada com um antropólogo paraguaio de origem indígena, guarani, com quem teve dois filhos, Arturo e Guillermo, de dez e sete anos atualmente. Em 4 de fevereiro deste ano, ela foi surpreendida por seu ex-marido, Eri Daniel Rojas Villalba, que, a pretexto de levar as crianças para a escola, levou-as para o Paraguai sem o seu consentimento.

Ela travou uma batalha extraordinária para reencontrar suas crianças, e o final feliz aconteceu somente após dez meses de luta, graças aos esforços do Presidente Lula, do Ministro Celso Amorim, do Assessor Especial Gilberto Carvalho, bem como dos embaixadores do Brasil no Paraguai, inclusive o atual Embaixador, Valter Peclly Moreira, do Senador Paulo Paim, do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Fabiano Pereira, e de tantas pessoas que se empenharam para ajudá-la.

Hoje de manhã, tive oportunidade de falar com a Sr.^a Genilma Boehler, que conseguiu ter de volta as suas crianças. Muito feliz, já está com elas em Porto Alegre. Depois de dez meses de busca incansável e de pedir a todas as pessoas e a Deus que pudesse rever suas crianças com saúde, ela as tem de volta em seus braços, em seu lar. Seu ex-marido, Eri Daniel Rojas Villalba, acabou concordando em chegar a um entendimento com sua ex-esposa e mãe de seus queridos filhos para que tudo possa ser agora melhor definido, levando em conta as decisões da Justiça brasileira, reconhecidas pela justiça paraguaia, segundo a qual a Sr.^a Genilma Boehler tem direito à guarda de seus dois filhos menores.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Vou lhe conceder o aparte, Senador Paulo Paim, mas eu gostaria, antes, de ler a carta que me foi encaminhada pela Sr.^a Genilma Boehler, em que ela me pede que registre seu agradecimento a todas as pessoas que colaboraram para esse feliz desfecho.

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2004.

Exmo. Sr.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy,
Sirvo-me uma vez mais da sua gentileza para expressar a minha gratidão através

do seu pronunciamento no Senado Brasileiro a todos/as que participaram da luta pela restituição dos meus filhos Guillermo Rojas Boehler e Arturo Rojas Boehler ao Brasil, após dez meses retidos ilicitamente no Paraguai pelo próprio pai.

Agradeço a todos/as do Governo Brasileiro: nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sua assessoria mais próxima, Sergio Ferreira e Gilberto de Carvalho; o Ministério de Relações Exteriores, especialmente ao Ministro Celso Amorim; ao Senador Paulo Paim, Deputada Maria do Rosário, Deputado Vicentinho, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, especialmente o Presidente da Comissão, Deputado Fabiano Pereira e sua Assessora Drª Sinara Porto Fajardo, ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, Dr. Afonso Armando Konzen, Drª Miriam Balestro, e à Sociedade Civil Organizada no Rio Grande do Sul, que trabalham na militância pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes; à Embaixada Brasileira no Paraguai: Embaixador Valter Pécly Moreira, Conselheiro Antonio Francisco Costa e Silva, Adido Policial, Anisio Soares Vieira; à Igreja Metodista no Brasil, que empenhou-se incondicionalmente no apoio e acompanhamento nesta causa.

Agradeço a todos/as do Governo Paraguaio e da Sociedade Civil Organizada: Presidente Nicanor Duarte Frutos, Ministra de Relações Exteriores, Leila Rachid; ao Embaixador do Paraguai no Brasil, Luiz Gonzalez Arias; ao Ministério do Interior no Paraguai, Ministério Público: Fiscal Carmem Cattonni; às Organizações Civis Organizadas no Paraguai: Global Infância; Coordenadoria de la Infancia e Adolescencia; OIT – Organização Internacional do Trabalho, programa de combate à exploração da Criança e Adolescente; CIPAE: Comitê de Iglesias; Igreja Metodista no Paraguai.

Ao Presidente Nicanor Duarte Frutos – quero expressar a minha esperança, como Presidente que assume a Coordenação do Mercosur a partir de agora –, porque com seu gesto testemunha que os pactos bilaterais, os acordos firmados por esta instância terão a condução de alguém que prioriza o Direito da Criança e do Adolescente e não apenas acordos comerciais, com fins econômicos e lucrativos. Não poderia esperar outra coisa de um Homem de Fé, por isso, a ele, meu

desejo de Bênçãos Divinas para que seu trabalho seja de um caminho pautado no Direito e na Justiça.

Naturalmente que ao expressar a minha gratidão nomeando nomes de pessoas e entidades corro o risco da omissão de tantas pessoas e organizações que nos dez meses de luta que enfrentei me apoiaram e estiveram ao meu lado – e acima de tudo acreditaram na Vitória Final com o regresso dos meus filhos ao Brasil.

Desejo que neste Natal, onde Deus nos diz que deseja o nosso colo e o nosso abraço; e que deseja um mundo de Paz, que todos/as possamos indistintamente renovar a esperança de um mundo melhor, mais fraterno, menos dividido e mais justo.

Obrigada Senador Suplicy.

Um fraterno abraço de uma mulher, mãe, cidadã:

Genilma Boehler.

Eu gostaria de registrar, Senador Paulo Paim, que fui testemunha de duas ações do Presidente Nicanor Duarte Frutos. A primeira ocorreu quando, há 45 dias aproximadamente, no Hotel Sofitel, no Rio de Janeiro, foi realizado o encontro de Presidentes de países da América do Sul: vendo a Srª Genilma Boehler e sabendo dos fatos, ele a recebeu e, de pronto, pegou o telefone e deu 48 horas ao comandante da Polícia Nacional do Paraguai para encontrar as duas crianças, Arturo e Guillermo. Passadas as 48 horas, no entanto, isso não foi possível. Em que pese o fato de dois dos irmãos do Sr. Eri Daniel serem policiais da polícia paraguaia, as coisas estavam sendo adiadas.

Mais de quarenta dias se passaram desde então, e S. Exª viria novamente ao Brasil. A Srª Genilma Boehler foi a Belo Horizonte para tentar encontrá-lo. Ao chegar ao hotel, a Sr. Genilma Boehler foi vista pela Ministra das Relações Exteriores do Paraguai, Leila Rachid, que de pronto foi conversar com ela para lhe dizer que, naquele dia, o Presidente Nicanor Duarte Frutos, às 4 horas da manhã, preocupado em voltar ao Brasil e não ter notícias, havia determinado ao Ministério do Interior e à sua polícia que encontrassem, antes de S. Exª chegar ao Brasil, Arturo e Guillermo, de dez e sete anos.

Senador Romeu Tuma, V. Exª já foi diretor da Polícia Federal e sabe o que pode ser uma decisão presidencial como essa. De pronto, as crianças foram encontradas e levadas ao Ministério do Interior com seu pai. Quinta-feira, às 18 horas – e eu estava ao lado dela –, a Srª Genilma Boehler falou com suas duas crianças e com seu marido. Depois, seguiu para São

Paulo e Porto Alegre, pegou documentos, foi a Assunção e voltou na sexta-feira com as crianças, ainda que estivessem sem qualquer outra roupa para vestir que não fosse aquela que usavam.

As crianças tinham ficado escondidas na fazenda de um amigo do pai, a 180 km de Assunção. Por todo esse tempo, não estavam freqüentando a escola e estavam preocupadas. Mas hoje, felizmente, estão no conforto de seu lar, junto a sua mãe..

Sr. Presidente, como o Senador Paulo Paim participou dessa batalha, quero ouvir a sua palavra muito rapidamente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, vou precisar de menos de um minuto. V. Ex^a trouxe essa situação aqui para o Senado da República. Fui ao Ministro Celso Amorim, porque V. Ex^a estava no exterior, e tive o orgulho de representá-lo, até porque acompanhei o seu esforço nesse sentido, inclusive quando V. Ex^a foi a Porto Alegre para discutir a Convenção-Quadro, em Santa Cruz, e fez questão de conversar novamente com a Sr^a Genilma. Cumprimento V. Ex^a, que foi peça fundamental para esse resultado positivo. O Brasil e o Rio Grande do Sul agradecem, porque o resultado foi além do esperado, pela rapidez com que V. Ex^a intercedeu para uma boa solução. Digo essas palavras mais para elogiar V. Ex^a. A César o que é de César. Meus cumprimentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria apenas de concluir com uma palavra, porque há muitos pais e mães neste Brasil em busca de suas crianças desaparecidas: que possam elas também ter um final feliz como o que ocorreu com Genilma Boehler e seus filhos Arturo e Guilhermo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O próximo orador inscrito é o Senador Jonas Pinheiro, por cessão do Senador Ney Suassuna.

Senador Jonas Pinheiro, a Presidência consulta V. Ex^a se poderia fazer a leitura de um requerimento do Senador Romeu Tuma e, em seguida, garantiria a V. Ex^a o tempo como o próximo orador inscrito.

Vou solicitar ao 1º Secretário que faça a leitura para que, depois, possa fazer o seu encaminhamento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.620, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas as seguintes homenagens pelo falecimento do Prefeito da cidade de São Caetano

do Sul, Luiz Olito Tortorello, ocorrido na última sexta-feira, dia 17 de dezembro:

- a)** Apresentação de condolências à família;
- b)** À Câmara Municipal de São Caetano do Sul;
- c)** aos Diretórios Nacional, Estadual e Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2004.
– Senador **Romeu Tuma**, Primeiro-Secretário do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me solidarizar com a manifestação do Senador Romeu Tuma em relação ao Prefeito Luiz Olinto Tortorello. Tratava-se de pessoa extremamente querida, autor de vitórias importantes em São Caetano do Sul, cidade que tem um dos melhores índices de desenvolvimento humano do Brasil graças ao seu trabalho. Quero também transmitir à sua família e aos seus correligionários do PTB os meus sentimentos de pesar, falando em nome do Partido dos Trabalhadores.

Por último, peço licença para também assinar o requerimento do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento está sobre a mesa, aguardando a assinatura de V. Ex^a.

Senador Romeu Tuma, a Presidência concede a palavra a V. Ex^a para encaminhar o requerimento de sua autoria. A Presidência gostaria apenas de lembrar que V. Ex^a tem o direito de permanecer sentado, se assim ficar mais cômodo.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Dá para respirar melhor em pé. Obrigado pelo carinho e pela atenção. Espero suportar.

O Prefeito Luiz Olinto Tortorello exerceu o mandato por três legislaturas, tinha 67 anos e é pai de um Deputado Estadual, que provavelmente será o Secretário de Esportes do Prefeito José Serra, Marquinho Tortorello. Ele morreu de insuficiência respiratória por infecção pulmonar no Hospital Albert Einstein. Tortorello sempre foi um prefeito firme nas suas decisões, chegou a pertencer aos quadros do PFL e por várias vezes tivemos contatos pessoais.

Eu teria um agradoamento especial a ele, Senador Mão Santa, porque certo dia, eu candidato a Senador na última legislatura, ele me convidou para tomar um café em seu gabinete. Fez presentes todos os secretários municipais, saudou-os e disse que po-

deria retirar-se quem não me quisesse apoiar. Todos ficaram em silêncio, concordaram com ele, que falou: "Foi muito bom porque senão eu teria que demitir". Veja V. Ex^a a simpatia e o carinho com que ele tratou este Senador durante o seu mandato.

Não vou ocupar muito o tempo porque são cinco minutos, mas não poderia deixar de enaltecer o reconhecimento principalmente dos Prefeitos da região do ABC.

O ABC é uma região economicamente forte. E São Caetano, por várias vezes, teve o melhor IDH do País, na administração de Tortorello. Ele sempre conseguiu eleger o seu substituto pela força que possuía junto à população. Em 2000, foi eleito com 78% dos votos, reconhecimento de toda a sociedade. Ele tinha também um bom apoio da Câmara Municipal. As empresas de primeira linha, de ponta, tinham por ele um grande respeito. Cito o Prefeito Gil, do PT, que se manifestou com pesar. Na realidade, todos se manifestaram. Citarei, também, a Prefeita de Ribeirão Pires, Maria Inês Soares, por ser uma mulher dos quadros do PT. S. S^a disse:

Tivemos, nesses dois mandatos como prefeito, uma relação muito respeitosa e cordial, trabalhando juntos pela integração regional. Deixo aos familiares, amigos e munícipes de São Caetano, nossos sentimentos”.

Era objetivo de Tortorello promover a integração da região, o que é uma dificuldade, visto que existem problemas para se congregarem valores para fazer obras que possam atender toda a região. E esse sempre foi um objetivo do Prefeito Tortorello.

Cito também a manifestação do Vice-Presidente da General Motors do Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, em São Caetano:

Foi um grande administrador: ditou regras, estabeleceu referências administrativas. Não é por acaso que a cidade está em primeiro lugar no IDH e em outros índices que avaliam a qualidade de vida”.

Citaria também André Beer, que foi presidente da GM e, hoje, é Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Caetano, e vários Deputados do PT e do PTB, Partido ao qual pertencia.

Portanto, com muitas saudades, deixamos aqui nossas condolências à família de Luiz Olinto Tortorello e ao povo de São Caetano, sem deixar de lembrar que o São Caetano Esporte Clube só se destacou no cenário esportivo brasileiro e internacional pela dedicação do Prefeito Tortorello.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O próximo orador inscrito é o nobre Senador Jonas Pinheiro, a quem concedo a palavra por 20 minutos. A Presidência, antecipadamente, procede à inscrição do nobre Líder Renan Calheiros, que vai fazer uma comunicação de interesse partidário, logo após as palavras do Senador Jonas Pinheiro.

Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos anos, a excelência do desempenho do agronegócio no Brasil vem sendo comemorada com entusiasmo e euforia. Esse ótimo comportamento possibilitou que a balança comercial do agronegócio apresentasse, ao longo deste ano, superávits crescentes, que atingiram, no período de janeiro a novembro, a casa dos US\$33 bilhões. Esse resultado já é 37% superior ao obtido em igual período de 2003.

Esse notável desempenho do agronegócio fez com que esse segmento produtivo fosse eleito o carro-chefe da nossa economia. O equilíbrio da balança comercial brasileira vem sendo mantido graças ao desempenho do nosso agronegócio. No âmbito interno, o agronegócio tem segurado a economia, não permitindo o crescimento da inflação nem o agravamento da crise econômica do País ou o crescimento do desemprego.

Entretanto, Sr. Presidente, temos observado que esse mesmo agronegócio começa agora a entrar em um período de turbulência. Essa situação é decorrente, basicamente, da conjunção de três fatores: o primeiro, as alterações no quadro de oferta e procura de *commodities* no mercado internacional, as quais provocaram uma drástica queda na cotação dos produtos; o segundo, a excessiva elevação dos custos de produção, como consequência do aumento desproporcional do preço dos insumos agropecuários, notadamente dos fertilizantes e defensivos, do petróleo e dos seus derivados, do aço, que, por sua vez, provocou o aumento do preço das máquinas e dos equipamentos; e o terceiro, a queda do dólar e a consequente valorização do real.

Vejamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o quadro que se nos apresenta no momento dos principais produtos agropecuários que são mais sensíveis às oscilações do mercado internacional:

1º) a soja, carro-chefe do agronegócio, teve um excelente desempenho nos últimos três anos, quando alcançou preços altamente compensadores no mercado internacional. Um dos fatores que concorreram para isso, entre outros, foi a queda significativa na produção desse grão nos Estados Unidos, que tiveram uma baixa acentuada na produção da soja em quatro das últimas cinco safras daquela leguminosa; uma perda de 34 milhões de toneladas na produção daqueles anos. Por outro lado, a China tornou-se uma grande importadora do produto, e a demanda pela soja aumentou, então, consideravelmente. A recente queda dos preços internacionais recolocou a cotação da soja num patamar histórico. A primeira consequência dessa queda abrupta foi a baixa cotação que a soja alcançou nas negociações antecipadas para a próxima safra, cujo valor ficou bem abaixo do que o negociado em 2003. Dessa maneira, não se espera um avanço na produção dessa cultura; no caso de ele ocorrer mesmo assim e for colhida, em 2004/2005, uma safra recorde no Brasil, próxima de 65 milhões de toneladas, e uma safra normal nos Estados Unidos, o preço poderá cair em quase 20%. Esse quadro é preocupante, tendo em vista o aumento nos custos de produção por causa da elevação do preço dos insumos e do custo adicional no controle da ferrugem da soja.

2º) o algodão teve um aumento significativo na produção nacional e o Brasil já se destaca como o terceiro maior exportador mundial. Contribuiu para esse fato a intensa redução na produção em alguns países produtores, como os Estados Unidos, a China e a Austrália. A normalização da produção nos países citados provocou uma forte redução nos preços desde janeiro de 2004, fazendo com que a cotação no mercado internacional caísse cerca de 40%. Apesar de a safra brasileira de 2003/2004 haver sido, em boa parte, comercializada antecipadamente, existem ainda com os produtores expressivos estoques que não foram comercializados. Com o preço atual muito baixo no mercado, têm surgido muitas dificuldades para diversos produtores. Assim, com esse cenário de preços, não há previsão de expressivo crescimento na produção em 2004/2005. No caso do algodão, acresce ainda o fato de o cultivo de sementes geneticamente modificadas ser proibido em nosso País, enquanto nos demais países produtores, concorrentes nossos, ser ele liberado. Desse modo, aqueles países, em decorrência do uso da transgenia, contam com expressivas vantagens econômicas sobre o Brasil. No momento atual, estamos vivendo uma situação ainda mais crítica, por causa da falta de sementes de algodão isentas de contaminação por variedades geneticamente modificadas. Tal fato poderá comprometer ainda mais as possibilidades de

expansão da área cultivada com algodão, ou mesmo comprometer a sua simples manutenção.

3º) o milho apresenta tendência em manter, na próxima safra de verão, a mesma área cultivada, enquanto a sua produtividade pode ser afetada pela redução no uso de insumos em virtude do aumento do seu custo. A previsão de preços no mercado internacional indica que ele deverá ficar próximo ao praticado no mesmo período do ano passado, com uma queda de 13% sobre a média dos preços do primeiro semestre de 2004. Assim, no quadro dos produtos exportáveis, essa cultura sinaliza estabilidade na produção, sem perspectivas de elevação do seu preço no mercado internacional. Isso, no entanto, significa perda na lucratividade, tendo em vista a elevação dos seus custos de produção. Além disso, o atraso do cultivo da soja poderá comprometer a safrinha do milho, o que reduzirá a oferta desse produto e a renda do produtor.

4º) o arroz, no período de janeiro a setembro deste ano, teve o seu preço reduzido em 23%. A expectativa do produtor é que o preço do arroz se mantenha estável neste segundo semestre, com ligeira pressão de queda, em virtude do grande volume do produto no mercado e das dificuldades em operar com exportações, dado que o produto brasileiro tornou-se gravoso nessa situação. Diante desse quadro, os produtores brasileiros estão desestimulados a aumentar a produção na próxima safra. No caso do arroz, vale ainda destacar que, com a isenção da incidência do PIS/Cofins nas importações de arroz beneficiado e com a manutenção dessa taxa sobre o produto em casca, acabou se criando um benefício para os industriais dos demais países produtores desse grão em relação aos industriais brasileiros, porque fica mais barato importar arroz beneficiado que arroz em casca, o que compromete o desempenho das indústrias beneficiadoras nacionais.

5º) o trigo apresenta uma clara tendência de queda de preços no mercado internacional, com perspectiva de que a sua cotação, neste segundo semestre, seja abaixo da média do mesmo período do ano passado. A produção brasileira poderá ter problemas para comercializar o trigo, em virtude da dificuldade aparente de viabilizar a sua exportação. O nível de preços do trigo poderá atingir um patamar abaixo do preço mínimo, o que evidencia para os produtores um cenário de completa desmotivação.

6º) com as carnes acontece o mesmo. Os produtores sentem a mesma insegurança para garantir a sua exportação, sobretudo por causa das barreiras sanitárias impostas por alguns países importadores, apesar de esse setor haver se expandido consideravelmente nos últimos anos, em decorrência da abertura dos nossos mercados. Esse clima de incerteza

certamente se refletirá nos produtores nacionais, que tenderão a aguardar o desenrolar dessas negociações para tomar sua decisão.

Ao lado desses fatores, ainda tivemos sérias dificuldades no mercado internacional, como, por exemplo, as que enfrentamos com a China, quando aquele país embargou a soja brasileira; e, depois, enfrentamos com a Rússia, devido às restrições que aquele país impôs à importação da nossa carne, sob a alegação de que essa mercadoria brasileira tinha risco de ordem sanitária, como contaminação por doenças. Além do mais, ainda tivemos, em algumas regiões, situações metereológicas desfavoráveis, ora com rigorosas geadas, ora com escassez de chuva; e ainda incidência da ferrugem na soja, que reduziu a produtividade física dessa leguminosa e comprometeu seriamente a lucratividade no cultivo desse grão.

Não bastasse todo esse cenário preocupante, estamos vendo que os produtores rurais brasileiros, tão competitivos da porteira para dentro, terão ainda de continuar enfrentando a crônica dificuldade para fazer chegar os insumos até a sua propriedade e, depois, têm de dar um jeito de escoar a sua produção, seja para o mercado interno, seja para o externo. Isso ocorre porque o Governo Federal pouco tem feito para melhorar a infra-estrutura brasileira de transporte, tanto a malha rodoviária quanto a portuária. As estradas estão cada vez mais sucateadas. No meu Estado, no Mato Grosso, que é um grande produtor agrícola, algumas estradas ainda são trafegáveis porque os próprios produtores têm-se encarregado de fazer a manutenção delas.

Assim, o momento vivido atualmente pelos produtores começou a se tornar alarmante, sobretudo porque agora tem início as chuvas da cultura da nova safra, e eles estão ainda mais inseguros sobre as atitudes a adotar, e porque eles sentem no bolso o aumento dos custos da produção, e não vislumbram para o futuro um cenário animador quanto aos preços internacionais das principais *commodities*, como a soja, o algodão, o milho, o arroz, o trigo e as carnes.

Sr. Presidente, a análise da situação no Brasil nos alerta para a necessidade para que se dê, com urgência, um tratamento especial e prioritário ao segmento do agronegócio, sob pena de jogarmos por terra um grande esforço feito por anos a fio.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, essas ponderações que aqui faço fazem coro com aquelas que vêm sendo manifestadas pelos produtores rurais brasileiros. As suas entidades representativas têm-nas debatido, com profundidade, e as expressado com frequência aos representantes do Governo.

Antes de finalizar, ressaltamos que um aumento da turbulência no agronegócio brasileiro afetará, de ma-

neira desastrosa, não somente a economia nacional e o nível de emprego, já que o agronegócio representa, atualmente, 34% do PIB; está sendo responsável por 37% dos empregos nos países e responde por 43% das exportações realizadas pelo Brasil. Afetará também as finanças públicas devido à conseqüente redução da arrecadação. Alguns Estados sofrerão ainda mais que outros os efeitos dessa crise, dada a dependência de sua arrecadação ao agronegócio, e isso, certamente, com um efeito dominó, afetará toda a sociedade.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Governo Federal precisa, na sua totalidade, estar atento ao desempenho do agronegócio brasileiro. Precisa analisar, com acuidade, o momento atual e, sobretudo, precisa adotar medidas que sejam, acima de tudo proativas, para evitar que o desempenho desse segmento fique comprometido por falta de medidas oficiais salutares para o setor. As autoridades governamentais devem agora, mais do que antes, voltar olhos e ouvidos para o campo brasileiro e não deixar que a nossa galinha dos ovos de ouro seja relegada ou perdida. É fundamental que haja um esforço para proteger o agronegócio brasileiro dos efeitos nefastos da conjuntura atual, para que ela seja passageira e suportável pelos produtores.

Para tanto, é imprescindível que seja assegurado que o Ministério da Agricultura disponha, desde já, de recursos para implementar as medidas de defesa sanitárias e os instrumentos da política agrícola necessários. Nesse particular, é necessário que seja assegurado, no Orçamento Geral da União, recursos para que o Ministério da Agricultura possa adotar as medidas necessárias, com conseqüente aprovação pelo Congresso Nacional de recursos suplementares, em acolhimento à emenda aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, uma vez que os valores que nele estão consignados são insuficientes para atender às necessidades, com adoção das medidas necessárias para amortecer a turbulência do agronegócio brasileiro.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Jonas Pinheiro, quando V. Ex^a permitir, eu gostaria de fazer-lhe um aparte.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Pois não, eminente Senador Osmar Dias, ouço-o com muita atenção neste instante.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Jonas Pinheiro, pedi um aparte para apoiar o pronunciamento que V. Ex^a faz com conhecimento de causa, inclusive por debates travados com as lideranças do seu Estado e do Brasil inteiro. Também tenho discutido com as lideranças do agronegócio no meu Estado a crise que está sendo anunciada para o próximo ano. Se o Governo não adotar medidas urgentes, poderemos reiniciar

um processo de endividamento do setor. E, para evitar que esse processo de endividamento seja iniciado na comercialização da próxima safra, o Governo precisa adotar algumas medidas desde já. Nas regiões Sul e Sudeste, há o problema do trigo, que não se está conseguindo comercializar. Embora o financiamento tenha sido prorrogado, com o pagamento das parcelas para o ano que vem, o produtor não sabe o que fazer para honrar os seus compromissos, uma vez que o trigo está armazenado e, além de não gerar receita para que o produtor honre os seus compromissos, ainda ocupa os armazéns que deveriam ser ocupados pela safra de verão. Portanto, o Governo não pode se esquecer de que uma crise também no armazenamento significará mais queda de preços ainda; pressionará os preços ainda mais para baixo. Então, é preciso resolver o problema imediato do trigo e cuidar para que o custo do transporte seja reduzido, melhorando as rodovias, dando mais eficiência aos portos. O Governo Federal, que é o poder concedente, não pode simplesmente fechar os olhos para o que acontece nos portos, em especial no porto de Paranaguá, que escoa a maior parte dos grãos do País e que vem sendo gerenciado de uma forma a trazer prejuízos aos produtores. Então, é preciso que ele tome algumas providências imediatamente, e V. Ex^a faz muito bem em alertar o Governo Federal para que mexa com alguns mecanismos de política agrícola, necessários e indispensáveis para, pelo menos, fazer com que o custo de produção da próxima safra, que será colhida agora em fevereiro ou março, seja reduzido, a fim de que os produtores possam equilibrar suas contas, sem abrirmos um novo processo de endividamento no País. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento, sempre oportuno, e pelo conhecimento que sempre demonstra sobre o assunto.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito obrigado, eminente Senador Osmar Dias. A propósito, há poucos dias, fizemos uma reunião com os Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Agricultura e da Fazenda para tratar de várias medidas que deverão ser tomadas imediatamente para que o setor do agro-negócio, principalmente essas seis atividades sobre as quais comentamos, não venha a perecer.

Senador Osmar Dias, o aparte de V. Ex^a foi oportunamente, haja vista o conhecimento e a representatividade de V. Ex^a junto ao agronegócio brasileiro, sobretudo nos Estados do Sul, particularmente no Paraná. Portanto, incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso com muito prazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Para a alegria das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores e para a honra deste Plenário, a Presidência

anuncia a presença de Vanderlei Cordeiro de Lima, símbolo da perseverança que encarnou o espírito de todos os brasileiros na última Olímpíada.

Para nós, Sr^{as}s e Srs. Senadores, e para o povo brasileiro é uma honra a presença de V. S^a em nosso meio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu também gostaria de homenagear Vanderlei Cordeiro de Lima, filho de paraibana e pernambucano, nascido em Cruzeiro do Oeste e hoje residente na cidade de Maringá, do Senador Osmar Dias e do Deputado Ricardo Barros.

No dia 29 de agosto, Vanderlei honrou muito o esporte brasileiro, o povo brasileiro. Ele foi auxiliado pelo grego Polyvios Kossivas, que esteve há poucos dias no Brasil e que agiu como se fosse um anjo da guarda do atleta, dando-lhe uma mão forte.

Vanderlei Cordeiro de Lima demonstrou grande espírito esportivo, ganhando, assim, o respeito e a admiração dos povos que acompanhavam as Olímpíadas de Atenas.

Os nossos cumprimentos ao Vanderlei.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concederei a palavra pela ordem a V. Ex^a.

Entretanto, como ainda não o havia feito, a Presidência destaca a presença do Deputado Ricardo Barros, que, para as Sr^{as}s e os Srs. Senadores, é uma alegria.

Peço, ainda, que Vanderlei Cordeiro de Lima venha até a Mesa para receber deste Presidente um abraço, em nome do povo brasileiro.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar também em nome do Deputado Ricardo Barros.

Hoje, saímos de Maringá, a nossa cidade, acompanhando Vanderlei Cordeiro de Lima, que é, para nós, um grande orgulho.

Ele não apenas representou bem o Brasil, com um extraordinário desempenho na maratona de Atenas, mas sobretudo deu demonstração de caráter e de grandeza durante aquele episódio de que o mundo inteiro tomou conhecimento. Vanderlei Cordeiro de Lima seria medalha de ouro. Ele não ganhou aquela medalha por ter sido atrapalhado. No entanto, rece-

beu medalha de ouro em demonstração de caráter, de hombridade e de decência.

O Deputado Ricardo Barros e eu, que somos de Maringá, sentimo-nos orgulhosos pela presença de Vanderlei Cordeiro de Lima aqui, mas sabemos que ele não pertence mais apenas a Maringá, mas ao Brasil inteiro. Ele é um orgulho nacional.

Para nós, o Vanderlei é o símbolo da humildade e da grandeza, não apenas como atleta, mas como ser humano.

A Senadora Heloísa Helena lembra-me que ele é descendente de nordestino. Portanto, Vanderlei Cordeiro de Lima é um brasileiro que orgulha o nosso País, e temos muita honra de ter a presença desse maringaense hoje aqui – mas do brasileiro acima de tudo.

Obrigado pelo que você representa na sua atividade profissional, mas, sobretudo, pela hombridade que demonstrou num episódio de que o mundo inteiro tomou conhecimento, Vanderlei.

Vanderlei Cordeiro de Lima elevou o nome do Brasil, porque ele demonstrou que o povo brasileiro é um povo educado e que sabe respeitar as pessoas, mesmo quando elas não o respeitam.

Obrigado, Vanderlei Cordeiro de Lima!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência vai pedir não só às galerias, mas aos profissionais da imprensa, àqueles que assistem à sessão da tribuna de honra e do plenário, uma calorosa salva de aplausos para Vanderlei Cordeiro de Lima. (Palmas.)

A Presidência vai conceder a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao nobre Líder Renan Calheiros.

O SR RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o exemplo vem de um dos países que mais têm problemas com armas no mundo.

O Estado de Maine, nos Estados Unidos, está lançando uma campanha para diminuir os crimes com armas de fogo, principalmente os relacionados à violência doméstica.

A lei federal norte-americana proíbe pessoas acusadas de cometer crimes dentro de casa de possuir armas. Violar essa proibição pode dar cadeia. O nível de violência armada no Maine – um dos Estados com a legislação anti-armas mais avançada daquele país – é um dos menores, ficando atrás somente de Vermont e Dacota do Norte.

Enquanto isso, Sr. Presidente, aqui no Brasil, registramos a grata notícia de que, com quase um ano de vigência, o Estatuto do Desarmamento reduziu o número de homicídios por armas de fogo, no Estado de São Paulo, em 18%, entre janeiro e setembro deste

ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. De acordo com levantamento do Ministério da Justiça, isso representa 2.630 mortes a menos. Entre janeiro e setembro, foram registrados 6.855 homicídios, contra 9.485 de 2003. Na região metropolitana de Curitiba – reflete a pesquisa – o número de homicídios caiu em 27%.

Depois que aprovamos no Senado, em 2003, o Estatuto do Desarmamento, já foram recolhidas mais de 200 mil armas. No Estado de São Paulo foi batido o recorde, 53.880 armas apreendidas. Depois, o cidadão fluminense fez sua parte, entregando 23.832 armas; os gaúchos, 14.518 armas, e assim por diante.

Os números são animadores, uma vez que a campanha pelo desarmamento está longe de terminar, porque no dia 2 de outubro do ano que vem, o povo responderá, num referendo, se a venda de armas deve ou não ser proibida em nosso País. Apesar de previsto desde a Constituição de 1988, o instituto do referendo nunca foi usado. Essa é, portanto, uma excelente oportunidade para aperfeiçoarmos os instrumentos de consulta popular.

No Brasil, ouvimos muito pouco a população. Temos de consultar as pessoas sobre tudo o que pode mudar a vida delas e sobre o que é polêmico para entidades representativas, como a Igreja, os sindicatos, as federações. Há na Câmara e no Senado um movimento para ouvir a sociedade sobre outros temas – todos válidos e atuais, como a pena de morte, a união de pessoas do mesmo sexo, o aborto e outros.

São assuntos, Sr. Presidente, que mexem com paixões, convicções pessoais, religiosas e até políticas. Por isso, não podem ser tratados no atacado. Devem ser avaliados pelas pessoas separadamente, em consultas exclusivas. Como estamos para realizar nossa primeira experiência com o referendo, temos de nos dedicar a uma consulta única, que envolva um só tema, para não confundir a população, principalmente as pessoas que têm menos acesso à informação e aos meios de formação da opinião pública.

O referendo sobre a proibição da venda de armas e munições no Brasil é uma experiência pioneira em todo o mundo. Não podemos desperdiçar essa chance de aprender com a consulta popular e de torná-la um modelo para as outras consultas.

Já pedi ao Relator-Geral do Orçamento de 2005, o Senador Romero Jucá, que inclua os recursos para a realização do referendo: algo em torno de R\$300 milhões – bem menos que os R\$400 milhões que o Governo gastou para socorrer vítimas da violência urbana no ano passado.

Sempre que sou chamado a falar sobre o assunto, procuro lembrar o quanto as armas de fogo são nocivas

à nossa sociedade, sobretudo aos mais jovens. Dados recentes do Ministério da Saúde mostram que os homicídios dobraram nos últimos 23 anos e responderam por 40,3% das mortes no ano passado. Isso significa que, para cada dez homicídios registrados pelo SUS, sete foram por arma de fogo. A consequência dessa tragédia é o aumento das despesas com internações, que levaram o Governo a gastar R\$397 milhões, somente no período entre janeiro e setembro deste ano.

A todo momento me chegam dados, oficiais ou não, sobre crimes provocados por armas de fogo. Asseguro que muitos casos são de cortar o coração. Por isso, neste momento em que os números apontam para a redução desses crimes, não se pode deixar de comemorar. Muito ainda haveremos de fazer, mas afirmo com toda a convicção que a aprovação do Estatuto do Desarmamento e a campanha pelo recolhimento de armas de fogo são um sucesso.

Tem sido fundamental a luta das organizações não-governamentais como a Viva Rio; o Instituto Sou da Paz, de São Paulo; e a Convive, de Brasília. Seus dirigentes, incansáveis batalhadores, são exemplos, para todos nós, da força da sociedade organizada e de que é possível mudar a realidade com pequenos e singelos gestos. Com eles, estamos no caminho da construção de um País mais humano e menos violento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para falar sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^ss e Srs. Senadores, falo apenas para registrar meu protesto, que sei que funciona como um medíocre **jus sperneandi**.

Muitas vezes, o Regimento da Casa é reivindicado corretamente para impedir que façam comunicações especiais, antes da Ordem do Dia, Senadores que, às vezes, chegam aqui por volta das 13 horas para se inscrever.

Sabe V. Ex^a, mais do que eu, em que horário deve iniciar-se a Ordem do Dia. Infelizmente, o mesmo Regimento que tantas vezes é reivindicado para impedir que Senadores falem – já são 17h21min, e, infelizmente, está-se à cata de Senadores para garantir o quórum – está sendo rasgado para viabilizar a apreciação da Ordem do Dia.

Falo apenas para deixar o meu protesto, porque estou aqui desde cedo, cumprindo a minha obrigação.

Como já há quórum, espero que se inicie a Ordem do Dia.

É evidente que se rasgou o Regimento, porque já são 17h21min.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O protesto de V. Ex^a está registrado, Senadora Heloísa Helena.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar este ensejo, quando V. Ex^a me concede a palavra, para registrar, perante o Senado Federal, um encontro que foi realizado no último sábado, na cidade de Aracaju, envolvendo Prefeitos recém-eleitos em 2004, que fazem parte de uma aliança de oposição ao Governo do Estado.

O seminário foi organizado sob os auspícios dos Partidos que compõem essa base de aliança – o PT, o PSB, o PTB, o PL e o PCdoB – e contou com a participação de Prefeitos e Parlamentares do PMDB, que ali compareceram e puderam constatar pessoalmente a validade de integrar um conjunto de forças para empreender mudanças que considero importantes, tanto no plano político, quanto no social e econômico, no Estado de Sergipe.

O encontro teve a coordenação, Sr. Presidente, do Prefeito Marcelo Déda, da Capital do Estado, do Partido dos Trabalhadores. Esse Prefeito teve mais de 70% da preferência popular e foi eleito com o apoio intransigente do nosso Partido e também de outros. O povo de Aracaju, naturalmente, ao dar vitória tão estrondosa ao Prefeito Marcelo Déda, concedeu-lhe esse privilégio, porque, na realidade, o administrador público vale, hoje, pela responsabilidade, pelo compromisso efetivado, pela honradez com que trabalha, pela obra bem feita e bem acabada, enfim, pelos atributos indispensáveis a um administrador público que, candidato à reeleição, só consegue a vitória depois de uma avaliação da população, da coletividade.

Isso foi feito na cidade de Aracaju, porque o Prefeito Marcelo Déda realizou uma obra ímpar, tanto na periferia quanto no centro da cidade, nos setores de Educação, de Saúde Pública, de embelezamento da cidade, de pavimentação e drenagem, enfim, uma obra que lhe deu respaldo para que se apresentasse, de novo, ao lado de Edvaldo Nogueira, como candidato a vice, perante seu eleitorado.

Ele, de fronte erguida, demonstrou que foi para a Prefeitura de Aracaju para cumprir um programa de Governo previamente estabelecido e aprovado pelo povo. Diante da televisão e dos comícios, humilde-

mente se apresentava como um simples cidadão, mas na certeza de que o seu dever havia sido cumprido integralmente.

De fato, Sr. Presidente, abertas as urnas, foi a maior vitória da história de Aracaju. Nunca um Prefeito recebeu tantos votos como Marcelo Déda, numa verdadeira consagração popular.

Pois foi justamente o Prefeito Marcelo Déda que tomou a iniciativa de congregar nesse encontro, nesse seminário, Prefeitos das mais variadas tendências para discutir não apenas o momento político estadual, após a realização do pleito municipal, mas também os mais diferentes temas da problemática municipal, que envolvem os interesses, exclusivamente, do Estado e do Município.

Por isso, Sr. Presidente, quero registrar com estas palavras que fiquei realmente impressionado com o comparecimento dos Prefeitos que fazem parte do grupo oposicionista no Estado. Quase 30 Prefeitos ali estiveram, discutindo com o Senador Antonio Carlos Valares, com os Deputados Federais Jackson Barreto, Pastor Heleno e Bosco Costa e, também, com a representação do Governo Federal, por meio da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, que representou o Ministro Olívio Dutra. Foi um encontro realmente produtivo, que vai render, sem dúvida alguma, benefícios para esses administradores públicos, alguns dos quais foram reeleitos e reconduzidos ao Governo Municipal por sua boa *performance* como administradores.

Com a responsabilidade que cabe a cada um deles, temos certeza absoluta de que teremos um novo período de Governo voltado para as obras que atendam os interesses maiores da comunidade, como saneamento básico, estradas, Educação e Saúde. É preciso, também, dar assistência social às pessoas, às populações menos favorecidas, notadamente no que diz respeito às obras de habitação.

Portanto, Sr. Presidente, trata-se de um momento ímpar na vida do Brasil e do Estado de Sergipe. O administrador que tira nota 10 por seu comportamento como governante é aprovado pelo povo. Antes, Sr. Presidente, a irresponsabilidade pública, a desfaçatez, a enganação, o engodo e a demagogia prevaleciam sobre a verdade; a mentira sepultava a lógica do conhecimento administrativo. Antes, o que acontecia era isso. Mas, de uns tempos para cá, graças à melhor formação política do nosso povo, estão aí os noticiários da televisão trazendo informações do Brasil inteiro; está aí a ação do Ministério Público, dos Tribunais de Contas dos Estados e da União; está aí a ação das Câmaras

de Vereadores e também do Congresso Nacional, que aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo com que o administrador público seja um gestor da coisa pública com eficiência, com honradez e, acima de tudo, com o pensamento na melhor realização em favor do seu povo.

Por essa razão, Sr. Presidente, congratulo-me com os Prefeitos municipais eleitos das mais diferentes correntes, mesmo aqueles que, por esse ou aquele motivo, não compareceram ao nosso encontro.

E aqui, como Senador da República, Sr. Presidente, estarei sempre vigilante e atento aos interesses municipais.

Agora mesmo venho da Comissão de Orçamento, da qual não sou membro, mas fui até lá acompanhar alguma emendas que estão sendo aprovadas pela Comissão Mista. O que é lamentável é que as emendas coletivas, de iniciativa de Deputados e Senadores em cada Estado, não estão sendo levadas na sua devida conta pelos sub-relatores. Emendas, por exemplo, no valor de R\$15 milhões estão sendo reduzidas a R\$500 mil. Isso representa, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, um desprestígio das bancadas estaduais. Mas eu notei também, Sr. Presidente, que, dependendo o Estado que o sub-relator representa, a emenda pode aumentar ou diminuir. Verifiquei que houve discriminação contra alguns Estados e privilégios para outros. Mas aguardo o pronunciamento do Relator, Senador Romero Jucá, que irá corrigir essa discriminação e essa injustiça cometida contra muitos Estados, inclusive contra o Estado de Sergipe, o Estado do Acre e o Estado de Alagoas. Senadora Heloísa Helena, o Estado de Alagoas foi melhor aquinhoados do que o Estado de Sergipe, por incrível que pareça; aliás, merece.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AI) – Apenas um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares. Então, existe um detalhe mais perverso: a seletividade deu-se em função do Parlamentar que apresentou a emenda. É pior ainda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não. Não foi assim. A seletividade deu-se em função do sub-relator escolhido. Se o sub-relator tem preferência... Não vou entrar em detalhes, porque senão iria para todos os Estados, mas observei três Estados e fiquei feliz: Alagoas está bem; a Bahia está muito bem, com o sub-relator da área de desenvolvimento urbano por exemplo. Mas os Estados do Acre e o de Sergipe precisam melhorar. Eles ainda têm chance com o Relator-Geral para fazer essa correção genérica necessária para equalizar o Orçamento.

Somos três Senadores por Estado, Senadora Heloísa Helena, portanto, temos o dever de defendê-los. V. Ex^a defende Alagoas com esse ardor que todos nós conhecemos. E eu defendo Sergipe, com a obrigação que tenho que defender.

Por essa razão, espero que o Senador Romero Jucá, esse grande Senador, que já foi Relator por mais de uma vez, que conhece mais do que ninguém o Orçamento da União, que conhece as possibilidades de uma distribuição mais equitativa dos recursos da União, haverá de “dar a César o que é de César”, e de conceder ao Estado de Sergipe e aos demais Estados que não foram tão bem aquinhoados o mesmo direito na distribuição do bolo do Orçamento federal.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a, pela ordem, nobre Líder Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já temos quórum para dar início à Ordem do Dia. Venho da reunião dos Líderes e, daqui a poucos minutos, S. Ex^as aqui estarão. Gostaria de solicitar a V. Ex^a que dessemos início ao acordo de continuidade das nossas votações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, a Presidência já havia recebido uma reclamação de igual teor da nobre Senadora Heloísa Helena e este Plenário se rende à solicitação de duas importantes mulheres integrantes desta Casa.

A Presidência vai anunciar, portanto, com a concordância da Senadora Patrícia Saboya Gomes, o início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 207, de 2004 (nº 909/2004, na origem), de 17 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a concessão de empréstimo-ponte à República do Haiti, com garantia da República Francesa, no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, para possibilitar regularização de dívidas daquele país com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 61, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 216, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 61, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 216, de 2004), que dispõe sobre a criação do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA; altera as Leis nºs 10.550, de 13 de novembro de 2002, e 10.484, de 3 de julho de 2002; reestrutura os cargos efetivos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e reajusta as parcelas remuneratórias que lhe são devidas; institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN; e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para a sua deliberação.

À Medida Provisória foram apresentadas 31 emendas perante a Comissão Mista.

Foi proferido parecer no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB – SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas de nºs 5 e 12, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 28 de setembro e não se instalou;
- a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 7 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 2 de dezembro;

– o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se no dia 7 de novembro, e o de sessenta dias de vigência, no dia 22 de novembro, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;

– informa, ainda, que se encerra no dia 23 de março vindouro o prazo de 120 dias de vigência da Medida Provisória. (Art. 14, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2002-CN);

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de dezembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, Relator-revisor da matéria.

PARECER Nº 1.984, DE 2004-PLEN

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei de Conversão nº 61, de 2004, decorrente da aprovação, com alterações, pela Câmara dos Deputados, em 2 de dezembro de 2004, da Medida Provisória nº 216, de 23 de setembro de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, altera a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, reestrutura os cargos efetivos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, reajusta as parcelas remuneratórias que lhes são devidas, institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GPEDIN, e dá outras providências.

A medida provisória trata de planos de carreira, alteração de gratificações e regras de remuneração de servidores do Incra, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Imprensa Nacional.

Passamos, então, a descrever, de forma resumida, as principais posições da medida provisória:

a) quanto aos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra):

– cria o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Téc-

nico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e Técnico Administrativo;

– permite o enquadramento, no novo Plano de Carreira dos titulares dos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do atual Quadro de Pessoal do Incra;

– cria 2.000 cargos de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, 700 cargos de Analista Administrativo, 900 cargos de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e 400 cargos de Técnico Administrativo, no Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, e 500 cargos de Engenheiro Agrônomo na Carreira de Perito Federal Agrário, no Quadro de Pessoal do Incra;

– estabelece os requisitos de ingresso e os critérios de desenvolvimento do servidor na carreira;

– estrutura a tabela de classes e padrões de vencimento do Plano, aos quais se agregam:

– a vantagem pecuniária individual, instituída pela Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

– a Gratificação de Desempenho de Reforma Agrária (GDARA), devida aos integrantes do Plano de Carreira, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Incra;

– determina que os integrantes do Plano não fazem jus à percepção das seguintes gratificações: Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA), de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, e Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária (GAF), de que trata a Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998;

– estipula os critérios e limites de atribuição do GDARA em função do desempenho individual do servidor e do desempenho institucional do Incra;

– estende a GDARA aos proventos da aposentadoria e às pensões, pela média se percebida pelo menos há cinco anos ou em valor correspondente a 30% do valor máximo para os atuais aposentados e pensionistas e para os que não completaram cinco anos de sua percepção;

– promove mudança nas atribuições (art. 25) do cargo de Engenheiro Agrônomo do Quadro de Pessoal do Incra e institui novos valores aos pontos da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário (GDAPA),

mediante alterações da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, que estruturou a carreira de Perito Federal Agrário e criou o GDAPA;

b) quanto aos servidores de nível intermediário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA):

– reestrutura os cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do MAPA e estabelece novas classes e padrões de vencimento;

– promove alterações na percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária (GDATAF), instituída pela Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002:

– passa a ser 15% o percentual extensivo aos proventos da aposentadoria e às pensões, quando percebida por período inferior a 60 meses;

– o pagamento da gratificação passa a ser feito no valor correspondente a 80 pontos aos servidores ativos, inclusive aos investidos em Funções Comissionadas Técnicas (FCT) e Funções Gratificadas (FG) e aos ocupantes de cargo em comissão, após a conclusão dos efeitos financeiros do último ciclo de avaliação e até que sejam revistos os critérios, procedimentos e metodologia de avaliação de desempenho (art. 31);

– eleva o valor unitário do ponto da GDATAF (Anexo X);

c) quanto aos servidores da Imprensa Nacional:

– cria a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional (GEPDIN), devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional;

– vedo aos que optarem pela GEPDIN a continuidade de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA), instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002;

– estipula que a GEPDIN integrará os proventos de aposentadorias e as pensões;

– determina a transformação da complementação paga aos servidores redistribuídos do quadro de pessoal da Imprensa Nacional;

– revoga, no art. 39, os dispositivos da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, que regulam a Gratificação de Desempenho Técnico-Administrativo (GDATA).

Perante a Comissão Mista, foram apresentadas 31 emendas, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros colegas Parlamentares.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi relatada pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que aca-tou apenas duas emendas: a de nº 5 e a de nº 12.

Análise.

Quanto à constitucionalidade, importa observar que a matéria, objeto da medida provisória, é de iniciativa privada do Presidente da República, conforme alíneas “a” e “c” do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição Federal.

De acordo com o § 5º do art. 62, esta Casa deve opinar, inicialmente, sobre a admissibilidade da medida provisória ou, vale dizer, expedir juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos de relevância e urgência, além da adequação financeira e orçamentária.

Lembra a Exposição de Motivos Interministerial nº 294 que a proposta tem por objetivo dar cumprimento ao acordo firmado pelo Governo Federal e as instituições representativas dos funcionários dos órgãos envolvidos.

Em decorrência, a medida alcança os seguintes parâmetros:

– 10.051 (dez mil e cinqüenta e um) servidores do Quadro de Pessoal do Incra, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2004;

– 6.612 (seis mil, seiscentos e doze) servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, titulares dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2004;

– 2.406 (dois mil, quatrocentos e seis) servidores da Imprensa Nacional, com efeitos financeiros a partir da data de opção do servidor pela Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional (GEPDIN), não havendo retroatividade.

Importa observar, ainda, que a norma cria 4.500 (quatro mil e quinhentos) cargos de nível superior e intermediário no Incra, sendo 4.000 (quatro mil) no Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário e 500 (quinhentos) na Carreira de Perito Federal Agrário, para provimento gradual.

Não há como negar, portanto, que a aprovação da medida provisória tem grande importância tanto para os servidores, quanto para a Administração Pública: para

aqueles, porque lhes confere melhor remuneração e estrutura de carreira; para esta, porque garantirá aos órgãos contemplados melhores condições de atender às suas relevantes missões institucionais.

Por todo o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela admissibilidade da medida provisória e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 61, de 2004.

Antes de mais nada, quero fazer um registro. Fui procurado pela Associação dos Servidores do Incra, quanto ao atendimento da extensão dos direitos da GDARA não apenas aos funcionários da ativa, mas também aos inativos. Mediante o que já foi acordado nos arts. 32 e 37, correspondentes também aos funcionários da Imprensa Nacional, esperam que todos os benefícios dados aos funcionários da ativa se estendam também aos funcionários inativos.

Nesse caso, fica o meu registro de fazer o que for necessário para negociar com o Governo Federal, a fim de que estenda também esse benefício aos servidores do Incra e do Ministério da Agricultura.

Vale ainda lembrar, Sr. Presidente, que, se houvesse qualquer modificação nesse projeto, ele voltaria à Câmara dos Deputados, o que implicaria em um bárbaro atraso para o fortalecimento dessas instituições de reforma agrária.

Sr. Presidente, citarei alguns números para encerrar este pronunciamento. O Brasil possui hoje 376 milhões de hectares de terras agricultáveis e apenas 10 milhões dessas áreas estão nas mãos de pequenos agricultores, ou seja, aproximadamente 44% dos proprietários de terra controlam 65 milhões de hectares, o que é uma injustiça no campo.

Para dar celeridade e maior dinamismo à reforma agrária, peço o voto favorável a esta medida provisória. O Governo Federal tem-se empenhado ao máximo para levar a paz ao campo, de forma tranquila e ordeira, mas é importante que a reforma agrária seja vista, daqui para frente, como um grande empreendimento de inclusão social e de produção. Conforme pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar é responsável por grande parte do PIB nacional, representando cerca de R\$165 bilhões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, quanto ao parecer deste relatório.

É o seguinte o parecer na íntegra

PARECER Nº 1984, DE 2004 – PLEN

Sobre Projeto de Lei de Conversão nº 61, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 216, de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano de carreira dos Cargos

de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, altera a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, reestrutura os cargos efetivos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e reajusta as parcelas remuneratórias que lhe são devidas, institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional GEPDIN e dá outras providências.

Relator-revisor: Senador **Sibá Machado**

I – Relatório

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 61, de 2004, decorre da aprovação, com alterações, pela Câmara dos Deputados, em 2 de dezembro de 2004, da Medida Provisória (MPV) nº 216, de 23 de setembro de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, altera a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002 reestrutura os cargos efetivos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária.

Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e reajusta as parcelas remuneratórias que lhe são devidas, institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN, e dá outras providências.

A Medida Provisória trata de planos de carreira, alteração de gratificações e regras de remuneração de servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Imprensa Nacional.

Passamos a descrever, de forma resumida, as principais disposições da MPV 216, de 2004:

- a) quanto aos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
 - cria o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (INCRA), composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo, e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e Técnico Administrativo (art. 1º, incisos e parágrafos);

– permite o enquadramento, no novo Plano de Carreira (art. 2º e parágrafos), dos titulares dos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do atual Quadro de Pessoal do Incra, criado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984;

– cria dois mil cargos de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, setecentos cargos de Analista Administrativo, novecentos cargos de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e quatrocentos cargos de Técnico Administrativo, no Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, e quinhentos cargos de Engenheiro Agrônomo na Carreira de Perito Federal Agrário, no Quadro de Pessoal do Incra, para provimento gradual (art. 3º);

– estabelece os requisitos de ingresso (art. 7º) e os critérios de desenvolvimento do servidor na carreira (arts. 8º a 14);

– estrutura a tabela de classes e padrões de vencimento do Plano (Anexos I e II), aos quais se agregam:

– a vantagem pecuniária individual instituída pela Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003 (art. 6º);

– a Gratificação de Desempenho de Reforma Agrária (GDARA), devida aos integrantes do Plano de Carreira quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Incra (instituída no art. 15);

– determina (art. 24) que os integrantes do Plano não fazem jus à percepção das seguintes gratificações: Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA), de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, e Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária (GAF), de que trata a Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998;

– estipula os critérios e limites de atribuição da GDARA em função do desempenho individual do servidor e do desempenho institucional do Incra (arts. 16 a 20 e 23);

– estende a Gdara aos proventos da aposentadoria e às pensões, pela média – se percebida há pelo menos cinco anos –, ou em

valor correspondente a 30% (trinta por cento) do valor máximo para os atuais aposentados e pensionistas e para os que não completaram cinco anos de sua percepção (arts. 21 e 22);

– promove mudança nas atribuições (r. 25) do cargo de Engenheiro Agrônomo do Quadro de Pessoal do Incra e institui novos valores (art. 26 e Anexo VI) aos pontos da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário (GDAPA), mediante alterações da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, que estruturou a Carreira de Perito Federal Agrário e criou a GDAPA;

b) quanto aos servidores de nível intermediário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

– reestrutura os cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do MAPA, e estabelece novas classes e padrões de vencimento (arts. 27 a 29 e Anexos VII a IX);

– promove alterações na percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária (GDATAF), instituída pela Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002:

– passa a ser quinze por cento o percentual extensivo aos proventos da aposentadoria e às pensões, quando percebida por período inferior a sessenta meses (art. 30);

– o pagamento da Gratificação passa a ser feito no valor correspondente a oitenta pontos aos servidores ativos, inclusive aos investidos em Funções Comissionadas Técnicas (FCT) e Funções Gratificadas (FG) e aos ocupantes de cargo em comissão, após a conclusão dos efeitos financeiros do último ciclo de avaliação e até que sejam revistos os critérios, procedimentos e metodologia de avaliação de desempenho (art. 31);

– eleva o valor unitário do ponto da GDATAF (Anexo X);

c) quanto aos servidores da Imprensa Nacional

– cria a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional (GEPDIN), devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada,

no âmbito da Imprensa Nacional (arts. 32 a 34, 36 e Anexo XII);

– vedo, aos que optarem pela GEPDIN, a continuidade de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA), instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, da complementação e da gratificação de produção suplementar de que tratam, respectivamente, o § 1º do art. 2º e o art. 3º da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, e da vantagem decorrente da Lei nº 5.462, de 2 de julho de 1968 (arts. 32, § 2º, e 35);

– estipula que a GEPDIN integrará os proventos de aposentadorias e as pensões;

– determina a transformação da complementação paga aos servidores redistribuídos do quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, enquadrados na hipótese do § 2º do art. 2º da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, transformada em vantagem pessoal nominalmente identificada;

– revoga, no art. 39, os dispositivos da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, que regulam a Gratificação de Desempenho Técnico-Administrativa (GDATA).

O art. 38 da MPV 216, de 2004, prevê que a aplicação do disposto na norma não poderá implicar redução da remuneração, de proventos e de pensões, caso em que a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeitas a absorção por alteração remuneratória futura, no caso dos ativos (§ 1º, e a atualização decorrente de revisão geral de remuneração, no caso dos proventos e pensões (§ 2º).

O art. 40 determina que os efeitos financeiros da MPV retroagem, no caso do pessoal do INCRA, a 10 de agosto de 2004, e, no caso dos servidores do MAPA, a 1º de julho de 2004.

Perante a Comissão Mista foram apresentadas trinta e uma emendas, de autoria do Senador Cristovam Buarque (quinze), da Deputada Luci Choinacki (seis), dos Deputados Max Rosenmann (duas), Osório Adriano (sete) e José Roberto Amida (uma).

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi relatada pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que proferiu Parecer de Plenário, pela Comissão Mista do Congresso Nacional, concluindo pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da MPV e das Emendas de nºs 5, 12, 21, 22 e 25; pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 4, 6 a 11, 13 a 20, 23, 24, 26 a 31; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação

da MPV e das Emendas de nºs 5 e 12, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e rejeição das Emendas de nºs 1 a 4, 6 a 11 e 13 a 31.

Em relação à MPV 216, de 2004, o PLV 61, de 2004, promove as seguintes modificações:

1. ajusta a redação da alínea **g** do inciso I do § 1º do art. 1º, quanto a uma das atribuições do Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário (decorrente da Emenda nº 5, do Senador Cristovam Buarque);

2. suprime os parágrafos únicos dos arts. 10 e 11, que proibia que se contasse como tempo de experiência, para efeito de promoção, o afastamento do servidor para capacitação (decorrente da Emenda nº 12, do Deputado Osório Adriano).

II – Análise

Quanto à constitucionalidade, importa observar que a matéria objeto da MPV 216, de 2004, é de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme alíneas **a** e **c** do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição Federal. Também, a matéria não se inclui entre os temas em que é vedada a edição de medida provisória, listados no § 1º do art. 62.

De acordo com o § 5º do art. 62, esta Casa deve opinar, inicialmente, sobre a admissibilidade da Medida Provisória, vale dizer, expedir juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos de relevância e urgência, além da adequação financeira e orçamentária.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos Interministerial nº 294, o encaminhamento da matéria é urgente e relevante por fazer parte de um conjunto de medidas que visam promover o ajuste das tabelas de retribuição dos servidores, atendendo à política de revitalização de remunerações e corrigindo distorções existentes no âmbito da política remuneratória em vigor.

No que diz respeito à adequação financeira e orçamentária, a mencionada Exposição de Motivos afirma:

18. Quanto ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, pode ser considerado plenamente atendido, uma vez que as despesas relativas a 2004 – da ordem de R\$69,88 milhões para o Incra R\$40,89 milhões para o Mapa e R\$7,39 milhões para a Imprensa Nacional foram incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2004, em funcional específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo absorvidas pela margem líquida de expansão para

despesas de caráter continuado, calculada e demonstrada no anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

19. Nos exercícios de 2005 e 2006, nos quais a despesa já estará anualizada, o impacto adicional será de R\$151,67 milhões, para o Incra, R\$ 76,05 milhões, para o Mapa, e R\$16.03 milhões, para a Imprensa Nacional, o que reduzirá a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios, mas se mostra compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

Informa também o Parecer proferido na Câmara dos Deputados que a proposta foi analisada pela Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que se pronunciou por meio da Nota Técnica nº 197, de 11 de novembro de 2004. Considerando tais manifestações, conclui pela adequação financeira e orçamentária da MPV 216, de 2004.

Entendemos, portanto, que estão plenamente atendidos os pressupostos constitucionais de admissibilidade da matéria, o que nos faz passar para a análise de seu mérito.

Lembra a referida Exposição de Motivos que a proposta tem por objetivo dar cumprimento ao acordo firmado pelo Governo Federal – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Casa Civil da Presidência da República – no contexto das negociações realizadas com as entidades representativas dos servidores – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF, Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA – CNASI, Associação Nacional dos Engenheiros do INCRA – ANENGI, Associação Nacional dos Fiscais de Cadastro e Tributação Rural – ANFICT, Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do INCRA – ASSINAGRO, Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária – ANTEFFA e Associação dos Servidores da Imprensa Nacional – ASDIN.

Em decorrência, a medida alcança:

– 10.051 (dez mil e cinqüenta e um) servidores do Quadro de Pessoal do Incra, com efeitos financeiros a partir de 10 de agosto de 2004;

– 6.612 (seis mil, seiscentos e doze) servidores do Mapa,

titulares dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2004;

– 2.406 (dois mil, quatrocentos e seis) servidores da Imprensa Nacional, com efeitos financeiros a partir da data de opção do servidor pela Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional (GEPDIN), não havendo retroatividade.

Importa observar, ainda, que a norma cria 4.500 (quatro mil e quinhentos) cargos de nível superior e intermediário no Incra, sendo 4.000 (quatro mil) no Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário e 500 (quinhentos) na Carreira de Perito Federal Agrário, para provimento gradual.

Não há como negar, portanto, que a aprovação da MPV tem grande importância tanto para os servidores quanto para a administração pública. Para aqueles porque lhes confere melhor remuneração e estrutura de carreira. Para esta, porque garantirá, aos órgãos contemplados, melhores condições de atender às suas relevantes missões institucionais.

As modificações promovidas pela Câmara dos Deputados vieram aprimorar o texto da Medida Provisória, razão pela qual somos favoráveis a que o Senado as confirme, mediante aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 61, de 2004.

III – Voto

Por todo o exposto, o voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 216, de 2004, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 61, de 2004.

Sala das Sessões, **Silvo Machado**, Relator-Revisor

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O parecer é favorável.

Antes de iniciar a discussão o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pareceres do Relator: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e do Relator revisor, Senador Sibá Machado, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Srs. e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das Emendas em turno único.

Para discutir, a primeira inscrita é a nobre Senadora Heloísa Helena, a quem concedo a palavra.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs^ss e Srs. Senadores, como é do conhecimento de todos os Senadores que cumprem a sua obrigação e estudam a matéria, essa medida provisória estrutura o quadro de pessoal do Incra, uma autarquia, sabemos todos, vinculada ao MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, em carreira do Estado. Também sabemos que as atividades que aqui são estruturadas no quadro de pessoal estão no bojo daquelas da carreira de Estado, que todos caracterizamos como prerrogativas exclusivas do Estado. Portanto, são funções que não podem ser delegadas a qualquer outro setor, tampouco ao setor privado. A estruturação do quadro de pessoal é algo extremamente importante.

Infelizmente, esta Medida Provisória traz distorções graves, aliás, preserva distorções graves que já existem hoje no quadro de carreira dos servidores do Incra. Passo a relacionar algumas delas.

Primeiro, Sr. Presidente, é evidente que todos nós esperamos que um dia os vencimentos dos servidores, tanto das carreiras exclusivas do aparelho de Estado, como daquelas carreiras que mesmo não sendo exclusivas do aparelho do Estado significam única referência para a grande maioria da população, sejam de fato aquilo que está no âmbito da lógica formal, que é a maioria da estrutura salarial desses servidores.

Temos aqui o desdobramento dessa chamada gratificação produtivista: GDARA, como GDAJ e tantas outras – mais parecendo a história daquele homem que usa uma espada no filme Guerra nas Estrelas –, em valores fixos e variáveis, na proporção de 50% do valor total.

Alguns poderão dizer que, por um lado, essa gratificação possibilita a melhoria do poder aquisitivo dos servidores. Outros poderão dizer que esse tipo de gratificação estimula o servidor a “progredir profissionalmente mediante esse processo continuado de revisão”. Sempre achei um nojo, um lixo, essa história de criar gratificações como se elas fossem, de fato, um mecanismo de avaliação da produtividade dos servidores, quando nada mais são do que uma migalha que acaba se tornando necessária para aumentar o poder aquisitivo dos servidores.

Para se ter uma idéia, 85% do total da remuneração dos servidores do Incra atualmente, editado nesta Medida Provisória, são constituídos por gratificações;

o vencimento básico, apenas 15%, o que deveria ser o componente principal.

Outra providência de fundamental importância é que criemos ou que o Governo crie mecanismos para o chamado patamar remunerativo dos servidores do Incra, inclusive de pessoal de nível superior. Isso porque se trata de um tipo de atividade que é prerrogativa exclusiva do Executivo. Os Deputados e Senadores não podem legislar sobre isso. Mesmo com esta Medida Provisória, tal patamar remunerativo ainda se encontra bem aquém dos praticados no âmbito de outras autarquias assemelhadas ao Incra.

Hoje existe um diferencial, Senador Tião Viana, superior a 100%, se comparado com os outros servidores, de nível superior, nas outras autarquias também em outros órgãos. Isso não é apenas injusto, isso é aviltante e intolerável, mesmo porque se supõe que o padrão de vida imposto aos servidores seja absolutamente igual.

Uma outra questão que deve ser corrigida é o aumento do chamado pessoal servidor de nível intermedio, que, pelo que sabemos, atua em complemento com as atividades de nível superior.

Mas, o mais grave, Senador Sibá – V. Ex^a inclusive fez referência a isso – é a distorção criada, mais uma vez, no tratamento dispensado aos servidores da ativa e os chamados inativos. É evidente que não existem inativos, mas aposentados, porque certamente alguns deles são mais lúcidos e guerreiros do que muitos que estão na chamada atividade. Infelizmente, isso não foi possível ser corrigido, o que, para mim, é algo grave. A mesma medida provisória que garante a isonomia entre os que estão na atividade e os que estão na chamada inatividade, para a imprensa oficial, – e é justo que se faça isso, de acordo com o art. 32 – não estabelece essa mesma isonomia para os servidores do Incra que estão na chamada inatividade. O que é extremamente grave! Inclusive fiz questão de destacar essa emenda. Será destacada e votada em separado.

Dessa forma, espero que, o mais cedo possível, possamos viabilizar mecanismos para corrigir as gravíssimas distorções infelizmente mantidas na medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com a palavra o Relator para os devidos esclarecimentos à nobre Senadora Heloísa Helena.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as preocupações da Senadora fundam-se no fato de os benefícios estendidos aos servidores da Imprensa Nacional não chegarem, da mesma maneira, aos servidores do Incra. Já conversei com agentes do Governo, especialmente o Presidente do Incra. Pelo que me foi

dito, em um primeiro momento, chegou-se ao possível. Como podemos observar, constam do próprio relatório as instituições que participaram do acordo. Foi uma conversa coletiva entre o Governo Federal e todas as instituições representativas dos servidores beneficiados pela medida provisória.

Outro aspecto diz respeito à pressa e à celeridade em melhorar e ampliar o quadro de servidores do Incra e também do Ministério da Agricultura, que está extremamente defasado em relação ao atendimento das necessidades da reforma agrária e principalmente da fiscalização animal.

Nesse sentido, digo à nobre Senadora que, infelizmente, não poderemos atender ao destaque apresentado por S. Ex^a, mas fica o registro de que insistiremos para estender o benefício aos servidores do Incra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com a palavra o Senador Tião Viana para discutir a matéria.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, inicialmente, cumprimento o nobre Relator, Senador Sibá Machado, pela clareza e por ter cumprido a função de Relator à altura, entendendo os preceitos de relevância e urgência da matéria, assim como seu mérito.

A matéria traz benefícios diretos ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, de modo distinto aos servidores do Incra, do Ministério da Agricultura e da Imprensa Nacional. É verdade que esta matéria impõe uma reflexão sobre o significado atual das carreiras de Estados, e são mais do que justas as ressalvas e preocupações levantadas pela Senadora Heloísa Helena em relação a essas carreiras.

Nas últimas décadas, no processo histórico das relações dos servidores brasileiros com as políticas econômicas, houve um nítido sacrifício dos servidores públicos do Brasil. É longo o caminho da recuperação salarial para que possamos valorizar e consolidar, de maneira correta, as carreiras de Estados como carreiras virtuosas e fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Existe, sim, uma visão do Estado que ainda tem preconceitos e trata a questão como um problema. Quando vemos o envolvimento dos servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário no processo de reforma agrária no Brasil, podemos entender e valorizar, à altura, a grandeza dessa atividade profissional, dessa atividade de Estado. Infelizmente, estabelece-se uma discussão no sentido de que, por um lado, se está perdendo há muitos anos tanto, e o Governo, por outro, diz que pode pagar tanto dessa grande dí-

vida. Não se avalia, portanto, tratar-se de um grande investimento.

Se há um marco efetivo do processo histórico brasileiro de mudança na estrutura nacional, é o processo de reforma agrária, que nos desafia todos os dias e a toda hora. Há a luta das Ligas Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dando o grito por um espaço na estrutura nacional que permita uma visão correta de desenvolvimento.

Creio que estamos no caminho de sensibilizar o Governo. O Governo do Presidente Lula tem tido preocupações; tem procurado mostrar-se solidário, sentando-se diuturnamente às mesas de negociação, buscando entender a grande dívida herdada e acumulada ao longo dos anos. E temos tido a oportunidade de mediar isso agora, no Senado Federal, com uma medida provisória transformada num projeto de lei de conversão.

Penso que passos estão sendo dados. Manifesto-me de maneira otimista. Estava ouvindo os servidores que participam da organização da atividade de Estado, lá no interior do Acre, em Cruzeiro do Sul, e eles clamavam pela aprovação dessa medida.

Por essa razão, por ouvir as bases, o Senador Sibá Machado fala de maneira tão confiante e tão segura das virtudes dessa matéria. Reconhece que ainda é imperfeita, necessitando de ajustes futuros, mas o possível foi feito neste momento.

Creio que é uma homenagem às carreiras de Estado. É longo ainda o caminho a ser percorrido para que transformemos em virtuosas essas atividades, e não como um problema nacional. Historicamente, os servidores do Incra têm sido fundamentais na consolidação de um projeto de revisão da distribuição geográfica e do processo migratório brasileiro. Então, está chegando a hora de avançarmos de maneira mais acelerada.

Cumprimento o nosso Governo, os Ministérios envolvidos na discussão e os servidores, por intermédio das suas associações e sindicatos. Quero dizer que os gritos de alerta para a dimensão desse problema, desde as Ligas Camponesas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, devem servir para trazer humildade aos gestores públicos e responsabilidade política ao Parlamento brasileiro, para que possamos avançar mais ainda, com muito mais pressa e celeridade.

Cumprimentos ao Relator!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan para discutir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Projeto de Lei de Conversão nº 61,

de 2004, dispõe sobre a criação do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA; altera as Leis nºs 10.550/02 e 10.484/02; reestrutura os cargos efetivos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e reajusta as parcelas remuneratórias que lhe são devidas; institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN; e dá outras providências.

Cria 2 mil cargos de analista em reforma e desenvolvimento agrário, 700 de analista administrativo, 900 de técnico em reforma e desenvolvimento agrário e 400 de técnico administrativo, no âmbito do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento agrário. A Medida Provisória também cria 500 cargos de engenheiro agrônomo, na carreira de perito federal agrário, no quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inкра).

De acordo com a medida, o ingresso nos cargos será gradual e necessitará de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. A jornada de trabalho dos integrantes do plano de carreira é de 40 horas semanais. Isso foi muito bem explicado pelo Senador Sibá Machado.

O PSDB, depois de fazer uma profunda análise, entende que é um importante instrumento para a reestruturação da carreira funcional do Incra. Por isso, o PSDB se posiciona a favor, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Continua a discussão.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aqui concluindo as negociações para que possamos votar.

Temos nove medidas provisórias: o projeto de parceria público-privada, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, as autoridades. Portanto, teremos de começar a sessão amanhã pela manhã. Imagino que devamos iniciar a partir das dez horas, para cumprir toda essa exaustiva agenda, e o procedimento será bastante complexo.

Eu proporia que encaminhássemos imediatamente a votação dessa primeira medida provisória, que trata do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário do Incra e beneficia a estrutura do funcionalismo desse Ministério, que tem prestado relevantes serviços ao País. Assim, poderemos dar prosseguimento a essa agenda tão sobrecarregada que teremos hoje. Espero que possamos concluir amanhã, iniciando as atividades às dez horas.

Solicito aos Srs. Senadores que não marquem viagens para amanhã, porque dificilmente terminaremos em tempo hábil, dado o volume de matérias que teremos de votar ao longo do dia.

Sendo assim, proponho que aceleremos a votação das matérias e que iniciemos o processo de votação dessa medida provisória.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra, para discutir, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero manifestar, em nome do meu Partido, concordância com os termos dessa medida provisória e das próximas duas.

Quero, também, expor nossa inquietação com a MP nº 219, que, em nosso entendimento, trata de majoração de carga tributária pela imposição de uma sobretaxa de PIS, Cofins e CSLL sobre segmentos importantes da economia, como é o caso dos fármacos e das empresas que fabricam produtos de maquiagem.

Estamos cumprindo um acordo de líderes. Falamos Líderes do PSDB, do PFL, do PMDB, do PT, do PDT, enfim, dos Líderes de todos os Partidos, que fizeram um acordo para que, cumprida a etapa de três sessões como interstício para a discussão das medidas provisórias – ou seja, a medida provisória lida tem que ser objeto de discussão, de apreciação, de busca de consenso durante as três sessões deliberativas seguintes –. O meu Partido concorda que sejam apreciadas e votadas as matérias – “sim” ou “não”, mas que sejam votadas. Cumpriremos o acordo.

Se superarmos a dificuldade da MP nº 219 – o que espero venhamos a fazer amanhã –, chegaremos à votação do projeto das parcerias público-privadas, sobre o qual já existe, devo declarar, um entendimento positivo por parte do meu Partido, e, tenho a impressão, de que por parte de quase todos os partidos políticos nesta Casa. É uma matéria que chega perto da unanimidade – não digo que é unanimidade, mas chega perto dela.

A atitude do PFL é de colaboração, inclusive com a gestão de V. Ex^a. Fizemos um acordo e o estamos cumprindo. Evidentemente não podemos responder por fatores de última hora que possam perturbar o entendimento de lideranças. Repito: não posso responder por fatores que, na última hora, possam vir a perturbar o entendimento de lideranças, o que não é nosso desejo.

O nosso desejo é que o acordo feito seja cumprido. Mas queremos reciprocidade. Assim como cumplimos os acordos que tomamos ou firmamos, queremos que os acordos que o Governo toma conosco sejam cumpridos.

E é sobre esse assunto, Senadora Heloísa Helena, que quero dar uma palavrinha muito clara e curta. V. Ex^a, como eu e a Senadora Lúcia Vânia, que vai ser relatora da MP nº 219, votamos contra a malfadada PEC da Reforma da Previdência e votamos a favor da PEC Paralela, com o compromisso do Governo de vê-la aprovada rapidamente na Câmara, para recuperar pontos fundamentais para os trabalhadores, para o cidadão e a cidadã brasileira, como o não-redutor de pensão para portadores de doenças incapacitantes, como uma regra de transição mais justa e mais humana – a que está vigendo não é justa nem humana – e um subteto e um teto. São três pontos, dentre outros pontos fundamentais.

A reforma tributária até hoje não foi votada em sua inteireza, e ela contempla pontos polêmicos, como a unificação de alíquotas de ICMS – o que é polêmico, mas foi acordado –, e contempla pontos fundamentais e de grande interesse para nós, nordestinos, como é o caso do Fundo de Desenvolvimento Regional, sobre o qual se colocou uma pedra, e o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, que é a tábua de salvação dos municípios que estão falidos.

Quando se fala em governabilidade, sabemos que a base do Governo sustenta a governabilidade. Governabilidade de quem? Da União. E a dos Estados e dos Municípios, quem sustenta? Ou falamos nós ou ninguém fala. Contudo, os acordo que fizemos não estão sendo cumpridos, e a informação que eu tenho, precisa, Senador Tião Viana, é a de que na semana passada, quando a reforma tributária passou a ser apreciada – eu estava rezando para que ela fosse apreciada, porque o Fundo de Desenvolvimento Regional seria aprovado e o crescimento do Fundo de Participação dos Municípios iria acontecer no percentual de 1% –, a base do Governo foi orientada a se retirar para esvaziar o plenário, e a reunião foi encerrada por falta de **quorum**.

Senador Mão Santa, Senador Romeu Tuma, eu quero dizer a V. Ex^{as} que sou um Líder que procura

levar a efeito a sua ação com parcimônia, com equilíbrio, com bom senso, com lucidez, pautando-a pelo diálogo, mas muito cioso de que compromisso foi feito para ser cumprido.

Estamos declarando que a nossa intenção é, até amanhã, cumprir o compromisso que fizemos de votar as medidas provisórias e chegar à votação das parcerias público-privadas, salvo algo que venha de fora para dentro. Agora, vamos exigir que os compromissos que tomaram conosco sejam cumpridos. E quero dizer, desde já – hoje é dia 20 de dezembro, segunda-feira, 2004, o Congresso reabre em fevereiro –, que vou levar, com todo equilíbrio, com todo bom senso, mas com o sentido de responsabilidade de quem tem de defender interesses legítimos, à bancada do PFL no Senado, uma sugestão: a de passarmos a fazer obstrução sistemática de toda e qualquer matéria, qualquer que seja, até que os compromissos que foram tomados conosco começem a ser cumpridos.

Que se comece a votar a PEC Paralela, que se comece a votar a reforma tributária, que se comece a ver a recomposição da tabela de Imposto de Renda e todos os pontos que, naquela tribuna, colocamos há pouco tempo, há poucos dias, demandas das quais não vamos abrir mão.

Estamos anunciando a disposição de cumprir o acordo até amanhã, mas, a partir da reabertura dos trabalhos, em fevereiro, obstruiremos a pauta até que os compromissos feitos começem a ser cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.621, DE 2004

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da emenda nº 22 apresentada à Medida Provisória nº 216.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2004.
– Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria destacada será votada oportunamente.

Em votação o projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, ressalvada a emenda.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 22, destacada.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, para sustentar o seu destaque.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tive oportunidade de, na discussão, tratar desse problema extremamente grave, até porque o projeto, que se predispõe a estruturar as carreiras de Estado do Incra, infelizmente não traz algo essencial, a isonomia entre os servidores que estão na chamada atividade e na chamada inatividade.

O mais grave é que a própria medida provisória trata de forma diferenciada os servidores que, de maneira correta, recebem a isonomia, que são os servidores da Imprensa Nacional, e cria obstáculos para que os servidores do Incra tenham a isonomia necessária entre a atividade e a inatividade.

Então, como é, além de tudo, uma causa absolutamente justa, é de fundamental importância que sejam incorporadas essas emendas que foram apresentadas na Câmara para corrigir uma distorção extremamente grave como essa que impede a isonomia entre os servidores aposentados e os que estão na chamada atividade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Relator, para emitir parecer.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a matéria realmente é justa, a preocupação é válida. Pude estudar a matéria e tive a oportunidade de conversar com os representantes da categoria que trouxeram essa preocupação. Conversei com o Presidente do Incra sobre a possibilidade de fazer a alteração, mas ele me trouxe a preocupação de que qualquer medida neste momento faria com que só se votasse essa medida provisória em março do próximo ano, o que prejudicaria substancialmente o reordenamento que a instituição precisa fazer.

Por esse motivo, eu me entendi com os líderes da categoria – e queria fazer este registro – no sentido de que nos vamos empenhar para, em tempo hábil, fazer a isonomia, que é um direito deles.

Nesse caso, sou obrigado a ser contrário ao destaque apresentado pela nobre Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço verificação de votação, com o apoio dos Srs. Senadores Osmar Dias, Almeida Lima e Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A nobre Senadora Heloísa Helena pede verificação de votação. Sendo regimental a solicitação, S. Ex^a será atendida.

Vamos proceder à verificação de votação.

(Procede-se à verificação de votação.)

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um pequeno reparo: é importante que seja dito que medida provisória, como sabemos todos nós, tem eficácia imediata. Portanto, com a alteração, não haveria de fato prejuízo aos servidores.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a orientação de voto ao Bloco de apoio ao Governo, do PT, é favorável à matéria relatada pelo Senador Sibá Machado, tendo em vista a importância da reestruturação da carreira e da gratificação aos profissionais que tratam da reforma agrária no nosso País. Como se trata de uma medida das mais importantes, queremos acelerar efetivamente esse processo, pois se trata de uma dívida social imensa para com milhões de brasileiras e brasileiros.

Quero solicitar a presença de todas as Senadoras e Senadores do Bloco de apoio no plenário para proceder à votação. A indicação do voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Quero...

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, corrija não, Sr. Presidente. V. Ex^a não vai corrigir não.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Até o fim da votação, S. Ex^a pode modificar o voto, não é?

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pode! Desculpe, Sr. Presidente, é porque...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Quero avisar ao Plenário que quem ficar de acordo...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se cometi algum equívoco, não tenho nenhum problema em retificá-lo. Estamos votando a matéria...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Quero explicar aqui que, votando a matéria....

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me explica, e eu retifico, até porque isso não vai virar um problema. O nosso problema é não permitir a votação. Esse é que é o problema.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Os que concordarem com a emenda, para que ela figure no texto da medida da Lei de Conversão, votarão “sim”; os que rejeitarem a emenda votarão “não”. É sempre a matéria que...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estamos votando apenas a emenda?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A matéria.

Peço às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que venham ao plenário, pois estamos em processo de verificação de quórum. A votação é nominal. Precisamos de número, de quórum regimental.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela equiparação entre ativos e inativos, o PFL, de forma coerente, recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O PFL recomenda o voto “sim”.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, para que não pare qualquidúvida, tendo em vista que eu tinha o entendimento de que estávamos votando a matéria, e não o destaque à emenda, a orientação de voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Não se preocupe, Senadora Ideli Salvatti. Está perfeitamente esclarecido. V. Ex^a só cometeu um pequeno deslize quando disse “brasileiros e brasileiras”. Sempre gosto de dizer “brasileiras e brasileiros”.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha a favor dos inativos. Por isso, o PSDB pede aos seus Parlamentares que votem “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O PSDB vota “sim”.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu gostaria de fazer um apelo aos companheiros do PMDB, para que compareçam ao plenário. A recomendação que fazemos à Bancada é o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O PMDB vota “não”.

Os Senadores Marco Maciel e Fernando Bezerra estão chegando ao plenário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas quero esclarecer que o voto com o Relator, o Senador Sibá Machado, é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O voto é “não” pelo PT.

Peço às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa, em seus gabinetes ou em Comissões, que compareçam ao plenário. Estamos num processo de votação nominal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto as Senadoras e os Senadores estão votando, gostaria de registrar que, às 18 horas, na Vila Belmiro, o Santos Futebol Clube recebe a taça de campeão. É um troféu mais que merecido, porque, no campeonato de pontos corridos, ganha o melhor futebol. Como é um processo muito longo de disputa, analisando a evolução do campeonato, verificamos que o Atlético Paranaense ficou em primeiro lugar durante nove rodadas, e o Santos, durante 21 rodadas.

O Santos teve o melhor ataque, bateu o recorde de gols – fez nada menos do que 103 gols nesse campeonato. Por sinal, nessa nova modalidade de campeonato, é o time que melhor resultado teve: foi campeão em 2002, vice-campeão no ano passado e campeão agora. Teve o melhor ataque, o maior saldo de gols, o maior número de pontos e, mais do que isso, quatro jogadores fizeram em torno de 20 gols, o que mostra ser um time homogêneo, uma equipe que promoveu novos talentos. Mesmo tendo perdido Diego, Paulo Almeida, Renato, Alex, o Santos conseguiu manter esse futebol.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que solicite silêncio ao Plenário para que se possa ouvir o importante pronunciamento do Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – RS)

– Indispensável. Sei que o Rio Grande do Sul passa por um momento difícil com este grande time que foi campeão nacional, que é o Grêmio. Quero me solidarizar com o futebol gaúcho por este momento trágico por que passa. São Paulo também perdeu um time na

série A, o Guarani, que foi rebaixado, um time de tantas glórias, mais um campeão nacional.

Também temos que render homenagens ao Fortaleza, que foi promovido à divisão especial. Parabenizo o Ceará, pois terá mais um time disputando a liga principal do futebol brasileiro.

Sr. Presidente, o que vimos no gramado ontem e ao longo desse campeonato é o que tem de melhor na história do futebol brasileiro, na alma do povo brasileiro: a criatividade, a ousadia, o drible, a ofensiva, o talento do Robinho e daqueles rapazes que, mesmo perdendo o Diego, que é campeão mundial, e tantos outros jogadores de primeira qualidade, conseguiram manter um excelente desempenho e um padrão de excelência do melhor futebol do mundo. E o melhor futebol do mundo tem hoje no Santos o melhor futebol do Brasil. Essa molecada trouxe de volta o que há de melhor na história do futebol, com os grandes momentos não só do Santos, mas de tantos times que enriquecem essa cultura popular tão enraizada, tão importante.

Diria que ontem vivi uma emoção única. Fui ao jogo, com o Governador Alckmin, que também é santista, com o Deputado Arnaldo Madeira, com o Senador Eduardo Suplicy e com outros Parlamentares da nossa Bancada, como a Deputada Telma de Souza e os Deputados Devanir Ribeiro e Professor Luizinho. Há uma legião de santistas, alguns inclusive descobri depois, como o Senador Romero Jucá. Assisti ao jogo e depois fui ao campo comemorar o título com meu time. Também com Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, santista de camiseta, militante do time, que ficou empolgado com o resultado do futebol. O Senador Romero Jucá também é um santista que está muito satisfeito com a beleza, com o esplendor, com a criatividade do futebol do Santos Futebol Clube.

Queria estar na Vila Belmiro. A primeira vez que entrei lá tinha cinco anos de idade e, na minha vida inteira, vivi grandes emoções naquele estádio, mas não posso estar hoje com o meu time, porque estou trabalhando pelo País neste plenário. Tenho certeza de que continuaremos produzindo as políticas do Brasil.

Quero homenagear meu time, o talento do futebol, esta imensa torcida que é a nação santista, e o futebol brasileiro, que pôde ver nesse time o que há de mais criativo, inovador, que diria ser a alma, a raiz e a essência do nosso futebol, talvez a dimensão mais importante da cultura popular brasileira.

A seleção brasileira é a pátria de chuteira. Eu diria que o Santos, hoje, homenageou essa tradição. Setenta e dois países assistiram ao jogo e não vão se esquecer daquela vitória.

Quero registrar meu último protesto. Disse, antes do jogo, que o placar seria de 3 x 1 e que o Robinho faria um grande gol, um gol de placa, que eu dedicaria ao meu Presidente Lula, meu companheiro e meu parceiro, que, infelizmente, é corintiano e vascaíno. E o gol do Vasco eu dedicaria a ele. Infelizmente, o juiz anulou o gol, mas o Robinho não estava impedido. Foi um gol de bicicleta, que gostaria que também ficasse registrado como gol oficial. Entretanto, será mais um gol que não deram ao Santos no "tapetão".

De todo modo, Santos é campeão do Brasil merecidamente. Está de parabéns o futebol brasileiro.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Ainda faltam dois Senadores, e sabemos que essas conversas de última hora prestam-se a garantir o quórum enquanto se chamam Parlamentares que estão fora do plenário.

Então, sugiro aos Parlamentares torcedores do Flamengo, o meu queridinho, e do Botafogo, que não foram para a segunda divisão, que também se pronunciem. Há também o CSA, o CRB, o ASA e o CSE. Vamos falar até que cheguem dois Parlamentares e componham o quórum.

Desculpe-me, Sr. Presidente, mas a situação é difícil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy me cede a vez, porque sei que S. Ex^a falaria do Santos.

A respeito do que disse o Senador Aloizio Mercadante, ele errou o placar, mas a Casa não se surpreende, pois não foi a primeira vez nem será a última.

Com relação ao campeonato de pontos corridos, Sr. Presidente, também o acompanhei.

Senador Aloizio Mercante, V. Ex^a afirmou que o resultado foi de 3 x 1.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Desculpe-me, mas o resultado foi 3 x 1. O gol do Robinho não foi reconhecido, mas foi um gol legítimo. Ele não só não estava impedido como driblou o goleiro de forma espetacular. Foi um gol memorável.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Decisão da Justiça não se discute, Senador Aloizio Mercadante. Cumpre-se. O placar oficial foi 2 x 1, Senador Aloizio Mercadante e V. Ex^a enganou-se.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Vamos pedir a instauração de uma CPI para investigar o juiz.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Peço-lhe apenas um aparte, Senador Eduardo Siqueira Campos. Quanto ao Santos, naquela final de 1973 contra o Portuguesa, o resultado foi 3 x 0, e o Sr. Armando Marques deu a vitória antecipada ao Santos, antes que a cobrança fosse concluída. Depois, disseram que havia dois campeões. Contra o Botafogo, em 1993, o Túlio fez um gol de mão, e o jogador que fez gol do Santos não estava impedido. Depois, o juiz reconheceu que errou duas vezes e não deu a vitória ao Santos. Ontem, com tudo isso, sem reconhecer o gol do Robinho, o placar foi de 2 X 1. Foram quatro pontos na frente do segundo lugar, 103 gols, o maior saldo de gols, o maior número de pontos, o maior número de vitórias. O time esteve em primeiro lugar o maior número de vezes, vinte e uma vezes nas rodadas.

Por isso foi o melhor time, o melhor futebol e foi mais do que merecido aquele glorioso momento do futebol brasileiro, a vitória do Santos Futebol Clube.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Olhem o gol de mão aqui também! Falta um só.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Vou concluir, Sr. Presidente, destacando que, nesse campeonato de pontos corridos, vivi ontem um dia único. Também não pude estar junto do meu time, que teve a defesa mais vazada, o pior ataque e o maior número de empates, mas que deixou de ser rebaixado, o glorioso Flamengo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Como já foi atingido o nosso quórum, peço que o futebol fique para depois.

Todos já votaram. Vou apurar a votação.

(Procede-se à apuração.)

EMENDA N° 22 À MEDIDA PROVISÓRIA N° 216, DE 2004

Num. Sessão: Data Sessão:	1 20/12/2004	Num. Votação: Hora Sessão:	1 14:30:00	Abertura: Encerramento:	20/12/2004 18:22:01 20/12/2004 18:37:00		
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO				
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO				
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	SIM				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	NÃO				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	SIM				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	MA	ILDON MARQUES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	SIM				
PSDB	GO	LUCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PI	MÁO SANTA	NÃO				
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	NÃO				
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
PDT	PR	OSMARI DIAS	NÃO				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO				
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	SIM				
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO				
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	NÃO				

Presidente: JOSE SARNEY

Votos SIM : 16
 Votos NÃO : 24
 Votos ABST.: 00

Total : 40



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 16 Senadores; e NÃO, 24.

Não houve abstenção.

Total: 40 votos.

Somando o voto do Presidente: 41.

A emenda foi rejeitada.

Aprovado o projeto de lei de conversão e rejeitada a Emenda nº 22, ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 61, DE 2004**

(Proveniente da Medida Provisória nº 216, de 2004)

Dispõe sobre a criação do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA; altera as Leis nºs 10.550, de 13 de novembro de 2002, e 10.484, da 3 de julho de 2002; reestrutura os cargos efetivos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e reajusta as parcelas remuneratórias que lhe são devidas; institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta lei.

§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:

I – Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao ordenamento territorial e reforma agrária e, mais especificamente:

a) o gerenciamento das ações de ordenamento territorial e reforma agrária;

b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de ordenamento territorial e da reforma agrária às demais políticas públicas;

c) a administração e a fiscalização do cadastro de imóveis rurais;

d) a sistematização de informações relativas à ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural;

e) a implementação de projetos relativos à discriminação, arrecadação, regularização destinação de terras públicas;

f) o georreferenciamento, a sedição e a demarcação de imóveis rurais; e

g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;

II – Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:

a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;

b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das ações de ordenamento territorial e da reforma agrária;

c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;

d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;

e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;

f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e

g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;

III – Analista Administrativo: execução de atividades administrativas e logísticas de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Incra;

IV – Técnico Administrativo: exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Incra.

§ 2º Os cargos do Plano de Carreira estão organizados em classes e padrões, na forma do Anexo I desta lei, e seus padrões de vencimento básico são os constantes do Anexo XI desta lei.

§ 3º A jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Carreira é de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

Art. 2º Os titulares dos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Quadro de Pessoal do Incra, a que se refere a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, e alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, poderão optar pela efetivação do enquadramento do respectivo cargo no Plano de Carteira a que se refere o art. V desta lei, mantidas as denominações e atribuições.

§ 1º Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o caput deste artigo serão enquadradas no Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação do Anexo III desta lei.

§ 2º O enquadramento de que trata o caput deste artigo dar-se-á mediante opção irretratável do servidor ativo a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, na forma do termo de opção, constante do Anexo IV desta lei, cujos efeitos financeiros vigorarão a partir da data de implantação da Tabela de Vencimentos Básicos referida no Anexo IX desta lei.

§ 3º Os ocupantes dos cargos referidos no caput deste artigo que não formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão na situação a que se encontrara na data da entrada – vigor desta lei, não fazendo jus aos vencimentos e vantagens por ela estabelecidos.

§ 4º O prazo para exercer a opção referida no § 2º deste artigo será contado a partir do término do afastamento nos casos previstos nos arts. 81 e 102 da Lei nº 3.112, de 11 de dezembro de 1990, ou a partir do ingresso no cargo que tenha sido provido a decorrência de concurso em andamento na data de publicação desta lei.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se aos aposentados e pensionistas, respeitada a respectiva situação na tabela rauaratária no assento da aposentadoria ou da instituição da pensão.

Art. 3º Fica criados 2.000 (dois mil) cargos de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, 700 (setecentos) cargos de Analista Administrativo, 900 (novecentos) cargos de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e 400 (quatrocentos) cargos de Técnico Administrativo, no Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, e 500 (quinquinhentos) cargos de Engenheiro Agrônomo na Car-

reira de Perito Federal Agrário, no Quadro de Pessoal do Incra, para provimento gradual.

Art. 4º É vedada a redistribuição de servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Dáseenvioviaento Agrário, bem como a redistribuição de outros servidores para o INCRA, a partir da data de publicação desta lei.

Art. 5º Sobre os valores da Tabela de Vencimentos Básicos, constante do Anexo XX desta lei, incidirá o índice que vier a ser concedido a título de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, a partir de 2004.

Art. 6º É devida aos servidores que integraram o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário a vantagem pecuniária individual instituída pela Lei nº 10.699, da 2 de ju1ho de 2003.

Art. 7º O ingresso nos cargos do Plano de Carreira de que trata o art. 1º desta lei far-se-á mediante prévia aprovação a concurso público de provas ou de provas e títulos, no primeiro padrão de vencimento da classe inicial do respectivo cargo.

§ 1º São requisitos de ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreira:

I – para os cargos de nível superior, curso superior em nível de graduação e habilitação legal específica, se for o caso, onfozm definido no edital do concurso; e

II – para os cargos de nível intermediário, certificado da conclusão de ensino médio e habilitação legal específica, se for o caso, contorne definido no edital do concurso.

§ 2º O concurso público referido no caput deste artigo poderá ser organizado a 2 (duas) etapas incluindo, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital do concurso, observada a legislação pertinente.

Art. 8º O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Carreira ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

Parágrafo único. Para fins desta lei, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o 1º (primeiro) padrão da classe imediatamente superior.

Art. 9º O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes requisitos:

I – intersticio mínimo de 1. (um) ano entre cada progressão;

II – avaliação de desempenho;

III – capacitação; e

XV – qualificação e experiência profissional.

Parágrafo único. A promoção e a progressão funcional obedecerão a sistemática da avaliação de desempenho, da capacitação e da qualificação e experiência profissional, conforme disposto em regulamento.

Art. 10. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior do Plano da Carreira:

I – para a Classe B:

a) possuir certificação eventos de capacitação, totalizando no mínimo 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 4 (quatro) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; ou

b) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 180 (cento e oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 6 (seis) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II – para a Classe C:

a) possuir certificação em eventos da capacitação, totalizando no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; ou

b) possuir certificação – eventos da capacitação, totalizando no mínimo 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 10 (dez) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

III – para a Classe Especial:

a) ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização de no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 14 (quatorze) anos, ambos no campo específico de atuação de cada cargo;

b) ser detentor de título de mestre e qualificação profissional com experiência mínima de 12 (doze) anos, ambos no campo específico de atuação de cada cargo; ou

c) ser detentor de título de doutor e qualificação profissional com experiência mínima da 10 (dez) anos, ambos no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 11. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível intermediário do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário:

I – para a Classe B:

a) possuir certificação a eventos da capacitação, totalizando no mínimo 180 (cento e oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 4 (quatro) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; ou

b) possuir certificação – eventos de capacitação, totalizando no mínimo 120 (cento e vinte) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 6 (seis) anos, ambas no campo específico da atuação de cada cargo;

II – para a Classe C:

a) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima da 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; ou

b) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 180 (cento e oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 10 (dez) anos, ambas no campo específico da atuação de cada cargo;

III – para a Classe Especial:

a) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 12 (doze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; ou

b) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 14 (quatorze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 12. Regulamento definirá o quantitativo máximo de vagas por classe e as atribuições específicas pertinentes a cada cargo.

Art. 13. Compete ao Incra implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento destinado a assegurar a profissionalização dos ocupantes dos cargos de seu Quadro de Pessoal ou daqueles que nele tenha exercício.

Parágrafo único. O programa permanente de capacitação será implementado no prazo de até 1 (um) ano, a contar da data da conclusão do 1º (primeiro) concurso de ingresso, regido pelo disposto nesta Lei.

Art. 14. Até a data da edição do regulamento a que se refere o parágrafo único do art. 9º desta Lei, as progressões funcionais e promoções serão concedidas observando-se as normas aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Parágrafo único. Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão, será aproveitado o tempo computado da data da última promoção ou progressão até a data em que houver sido feito o enquadramento decorrente da aplicação do disposto no § 2º do art. 2º desta Lei.

Art. 15. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Reforma Agrária – GDARA, de-

vida aos ocupantes dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, quanto a exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Incra.

Art. 16. A GDARA será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do desempenho institucional do Incra.

§ 1º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, até de outras características específicas.

§ 3º Regulamento disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDARA, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data de publicação desta Lei.

§ 4º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDARA serão estabelecidos em ato do Presidente do Incra, observa a legislação vigente.

§ 5º A GDARA será paga com observância dos seguintes limites:

I – máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e

II – mínimo, 10 (dez) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V desta Lei.

§ 6º O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõe o Incra para ser atribuído aos servidores Correspondará a 80 (oitenta) rezes o número de servidores ativos por nível que fazem jus à GDARA em exercício no Incra.

§ 7º Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, a pontuação referente à GDARA está assim distribuída:

I – até 20 (vinte) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos à função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional;

II – até 80 (oitenta) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

Art. 17. O titular de cargo efetivo integrante do Plano de Carreira em exercício no Incra, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDARA, nas seguintes condições:

I – ocupantes de cargos comissionados de Natureza Especial, DAS 6, DAS 5, ou equivalentes, perceberão a GDARA calculada no seu valor máximo; e

XI – ocupantes de cargos comissionados DAS, níveis 1 a 4, de função de confiança, ou equivalentes, terão como avaliação individual e institucional a pontuação atribuída a título de avaliação institucional do Incra.

Art. 18. O titular de cargo efetivo integrante do Plano da Carreira que não se encontre em exercício no Incra fará jus à GDARA nas seguintes situações:

I – quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República, calculada como se estivesse em exercício no Incra; e

II – quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, da seguinte forma:

a) o servidor investido em cargo em ocasião de Natureza Especial, DAS 6, DAS 5, ou equivalentes, perceberá a GDARA em valor calculado com base no seu valor máximo; e

b) o servidor investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a GDARA no valor de 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor máximo.

Art. 19. Enquanto não forem editados os atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 16 desta lei e até que sejam processados os resultados do 1º (primeiro) período de avaliação de desempenho, a GDARA será paga nos valores correspondentes a 60 (sessenta) pontos por servidor.

§ 1º O resultado da 1ª (primeira) avaliação gerará efeitos financeiros a partir do início do 1º (primeiro) período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2º A data de publicação no **Diário Oficial** da União do ato a que se refere o § 4º do art. 16 desta lei constitui o marco temporal para o início do período de avaliação.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDARA.

Art. 20. O servidor ativo beneficiário da GDARA que obtiver na avaliação pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) do limite máximo de pontos destinado à avaliação individual em 2 (duas) avaliações individuais consecutivas será imediatamente submetido a processo de capacitação, sob responsabilidade do Incra.

Art. 21. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativos a servidores do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, a GDARA:

I – somente será devida se percebida há pelo menos 60 (sessenta) meses; e

II – será calculada pela média aritmética dos valores percebidos nos últimos 60 (sessenta) meses

anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão, consecutiva ou não.

Art. 22. A GDARA integrará os proventos da aposentadoria e das pensões, de acordo com:

I – a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; ou

II – o valor correspondente a 30 (trinta) pontos, quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões instituídas até o dia anterior ao da vigência desta lei aplica-se o disposto no inciso II do **caput** deste artigo.

Art. 23. Os ocupantes dos cargos do Plano de Carreira serão submetidos, periodicamente, às avaliações de desempenho, conforme disposto na legislação em vigor aplicável aos servidores públicos federais e em normas específicas a serem estabelecidas em ato do Presidente do Incra, que permitam avaliar a atuação do servidor no exercício do cargo e no âmbito da sua área de responsabilidade ou especialidade.

Art. 24. Os integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário não fazem jus à percepção das seguintes gratificações:

I – Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária – GAF, de que trata a Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998;

II – Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002.

Art. 25. O art. 2º da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os ocupantes do cargo de engenheiro Agrônomo do Quadro de Pessoal do Incra que integram a Carreira de Perito Federal Agrário têm por atribuições o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades compatíveis com sua habilitação profissional inerentes às políticas agrárias e, mais especificamente:

I – a vistoria, avaliação e perícia de imóveis rurais, com vistas à verificação do cumprimento da função social da propriedade, indenização de imóveis rurais e defesa técnica em processos administrativos e judiciais referentes à obtenção de imóveis rurais;

.....”(NR)

Art. 26. A Tabela de Valor dos Pontos da Gratificação de Desempenho da Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA, constante do Anexo III da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, passa a vigorar

da acordo com os valores estabelecidos no Anexo VI desta lei.

Art. 27. Os cargos efetivos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento são reestruturados em classes A, B, C e Especial, compreendendo, as 3 (três) primeiras, 3 (três) padrões, e, a última, 4 (quatro) padrões, na forma do Anexo VII desta lei.

Art. 28. O posicionamento dos atuais ocupantes dos cargos referidos no art. 27 desta lei dar-se-á conforme a correlação estabelecida no Anexo VIII desta lei.

Art. 29. A Tabela de Vencimento Básico dos cargos de que trata o art. 27 desta lei é a constante do Anexo IX desta lei.

§ 1º Sobre os valores da tabela constante do Anexo IX desta lei incidirá, a partir de janeiro de 2004, o índice que vier a ser concedido a título de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

§ 2º É mantida para os servidores ocupantes dos cargos de que trata o art. 27 desta Lei a vantagem pecuniária individual instituída pela Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 30. O inciso II do art. 5º da Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

II – o valor correspondente a 15 (quinze) pontos, quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses.

.....”(NR)

Art. 31. Concluídos os efeitos financeiros do último ciclo de avaliação e até que o regulamento redefina os critérios, procedimentos e metodologia de avaliação de desempenho das atividades de fiscalização agropecuária dos titulares dos cargos de agente de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, de agente de atividades agropecuárias do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA será paga no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos aos servidores ativos de que trata o art. 27 deixa lei, inclusive aos investidos em Funções Comissionadas Técnicas – FCT e Punções Gratificadas – FG e aos ocupantes de cargo em comissão.

§ 1º O valor unitário do ponto da GDATFA, fixado no anexo da Lei nº 10.434, de 3 de julho de 2002, passa a ser o constante do Anexo X desta lei.

§ 2º O ato de que trata o caput deste artigo será editado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 32. Fica instituída a Gratificação Específica da Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GE, devida aos servidores titulares de cargos efetivos do quadro de pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante do cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional.

§ 1º A percepção da GEPDIN dar-se-á mediante opção irretratável do servidor ativo, do aposentado ou dos respectivos pensionistas, a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta dias) após a publicação desta lei, na forma do termo de opção constante do Anexo XI desta lei.

§ 2º A opção referida no § 1º deste artigo implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, referentes à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico–Administrativa – GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, à complementação e à gratificação de produção suplementar de que trata, respectivamente, o § 1º do art. 2º e o art. 3º da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, e à vantagem decorrente da Lei nº 5.462, de 2 de julho de 1969, que vencerá após a assinatura do termo de opção referido no § 1º deste artigo.

§ 3º Os titulares dos cargos referidos no caput deste artigo, os aposentados e os pensionistas que não formalizarem a opção de que trata o § 1º deste artigo permanecerão na situação a que se encontrarem na data de publicação desta lei, não fazendo jus à GEPDIN.

§ 4º O prazo para exercer a opção referida no § 1º deste artigo, nos casos de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de servidores cujo processo de redistribuição para o quadro de pessoal da Imprensa Nacional tenha iniciado até a data de publicação desta lei será contado, respectivamente, a partir do término do afastamento e da data de publicação do ato da redistribuição.

§ 5º O disposto no caput deste artigo produzirá efeitos a partir da data 6 assinatura da texto de opção a quase refere o § 1º desta artigo.

Art. 33. A GPDIN será paga, observado o nível do cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo XII desta lei.

Art. 34. Os titulares de cargos efetivos do quadro de pessoal da Imprensa Nacional que não se encontra a exercício naquele órgão somente farão jus a GEPDIN quando:

I – requisitados pela Presidência ou Vice–Presidência da República; ou

II – ocupantes de cargos comissionados da Natureza Especial, DAS 6, DAS 5 E e DAS 4, ou equivalentes.

Art. 35. Em decorrência do disposto no caput e nos §§ 1º e 2º do art. 3º desta lei, os servidores que optarem pela percepção da GEPDIN deixam de fazer jus, a partir da data da opção, respectivamente, à GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, à complementação e à gratificação de produção suplementar de que tratam, respectivamente, o § 1º do art. 2º e o art. 30 da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, e à vantagem decorrente da Lei nº 5.462, de 2 de julho de 1963.

Art. 36. Os servidores redistribuídos do quadro de pessoal da Imprensa Nacional, enquadrados na hipótese do § 2º do art. 2º da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, terão a diferença entre o valor da gratificação de produção suplementar e o valor médio da GDATA, observado o nível de cada servidor, transformada a vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

Art. 37. A GEPDIN integrará os proventos de aposentadorias e as pensões.

Art. 38. A aplicação do disposto nesta lei aos servidores ativos e inativos e pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1º Na hipótese de redução de remuneração de servidor ativo decorrente da aplicação do disposto nesta lei, a diferença será paga a título da vantagem pessoal normalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação de sua tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza.

§ 2º Constatada a redução de remuneração, de provento ou de pensão decorrente da aplicação do disposto nesta lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 39. Revoga–se o caput do art. 2º e o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002.

Art. 40. Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta lei retroagem a:

I – 1º de agosto de 2004 a relação aos arts. 1º a 24 e 26; e

II – 1º de julho de 2004 a relação aos arts. 27, 23 e 29 e aos Anexos VII, VIII, IX e X.

Art. 41. Esta lei entra a vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DO PLANO DE
CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Cargos	Classe	Padrão
		III
	ESPECIAL	II
		I
		IV
		III
- Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário - Analista Administrativo - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário - Técnico Administrativo - Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar não organizados em carreira do Quadro de Pessoal do INCRA	C	II
		I
		IV
	B	III
		II
		I
		V
		IV
	A	III
		II
		I

ANEXO II**TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS DOS CARGOS DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO R\$		
		NÍVEL SUPE- RIOR	NÍVEL INTER- MEDIÁRIO	NÍVEL AU- XILIAR
ESPECIAL	III	565,45	387,13	221,89
	II	541,61	376,67	211,32
	I	525,84	368,92	201,27
C	IV	510,52	361,34	191,75
	III	495,65	353,90	182,66
	II	481,22	346,62	174,04
	I	467,20	339,50	165,81
B	IV	453,59	332,51	158,00
	III	440,38	325,67	150,81
	II	427,55	318,97	143,57
	I	415,10	312,41	136,86
A	V	403,01	305,99	130,49
	IV	391,27	299,69	124,46
	III	379,88	293,53	118,70
	II	368,81	287,49	113,22
	I	358,07	281,58	108,00

ANEXO III
TABELA DE CORRELAÇÃO

Situação Atual			Situação Proposta		
Cargos	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargos
		III	III		
	A	II	II	ESPECIAL	
		I	I		
		VI	IV		
		V	III		
	B	IV	II		
		III	I		
		II	IV		
		I	III		
		VI	II		
		V	I		
	C	IV	V		
		III	IV		
		II	III		
		I	II		
- Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar não organizados em carreira do quadro de Pessoal do INCRA	D	V			
		IV			
		III	I		
		II			
		I			

**ANEXO IV
TERMO DE OPÇÃO**

Nome:		Cargo:	
Matrícula SIAPE:		Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
		Cidade:	Estado:
Servidor ativo () Aposentado () Pensionista ()			
Venho, nos termos da Lei nº , de de de 2004, e observando o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do seu art. 2º, optar pelo enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Quadro de Pessoal do INCRA, e recebimento dos vencimentos e vantagens fixados pela mesma Lei.			
_____, ____ / ____ / ____ Local e data			
Assinatura			
Recebido em: _____ / _____ / _____.			
Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC			

ANEXO V
TABELA DE VALOR DO PONTO DA
GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REFORMA AGRÁRIA
- GDARA

Em R\$

CLASSE	NÍVEL DO CARGO		
	SUPERIOR	INTERMEDIÁRIO	AUXILIAR
ESPECIAL	35,00	15,92	9,15
C	31,03	13,78	9,15
B	27,06	11,64	9,15
A	23,09	9,51	9,15

ANEXO VI
(Anexo III da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002)
TABELA DE VALOR DOS PONTOS
GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PERITO FEDERAL
AGRÁRIO - GDAPA

Em R\$

CARGO	CLASSE	VALOR DO PONTO
Engenheiro Agrônomo da Carreira de Perito Federal Agrário	ESPECIAL	33,63
	C	27,57
	B	21,52
	A	15,47

ANEXO VII
ESTRUTURA DOS CARGOS DE AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DE AGENTE DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS VIGENTE A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2004.

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
- Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	ESPECIAL	IV
	C	III
	B	II
	A	I
- Agente de Atividades Agropecuárias	ESPECIAL	III
	C	II
	B	I
	A	III

ANEXO VIII
TABELA DE CORRELAÇÃO
VIGENTE A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2004.

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA			
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGOS
	A	III II I VI V IV III II I VI V IV III II I V IV III II I	IV III II I III II I II I III II I II I I I	ESPECIAL	
- Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	B			C	- Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal
- Agente de Atividades Agropecuárias	C			B	- Agente de Atividades Agropecuárias
	D			I	

ANEXO IX
TARELA DE VENCIMENTO BÁSICO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALORES EM R\$ VIGENTES A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2004
- Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	Especial	IV	433,59
		III	401,04
		II	384,33
		I	368,30
	C	III	365,67
		II	350,48
		I	335,91
	B	III	321,93
		II	308,62
		I	295,79
	A	III	283,58
		II	271,86
		I	260,65

ANEXO X
(Anexo da Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002)
TABELA DE VALOR DOS PONTOS

CARGO	VALOR DO PONTO EM R\$
- Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	20,65
- Agente de Atividades Agropecuárias	

ANEXO XI
TERMO DE OPÇÃO

Nome:	Cargo:	
Matrícula SIAPE:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
	Cidade:	Estado:
<input checked="" type="checkbox"/> Servidor ativo <input type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Pensionista		
<p>Venho, nos termos da Lei nº , de de de , e observando o disposto nos §§ 1º e 2º do seu art. 32, optar pela percepção da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional - GEPDIN, renunciando às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, referentes à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, à complementação e a gratificação de produção suplementar de que tratam, respetivamente, o § 1º do art. 2º e o art. 3º da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, e à vantagem decorrente da Lei nº 5.462, de 2 de julho de 1968, que vencerem após a assinatura deste Termo de Opção.</p> <p>Declaro estar ciente de que a Imprensa Nacional levará a presente renúncia ao Poder Judiciário, concordando com os efeitos dela decorrentes.</p>		
Local e data _____ / _____ / _____		
Assinatura		
Recebido em: _____ / _____ / _____.		
Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC		

ANEXO XII
TABELA DE VALOR DA
GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL - GEPDIN

NÍVEL DO CARGO	VALOR DA GEPDIN
SUPERIOR	2.470,00
INTERMEDIÁRIO	2.263,00
AUXILIAR	2.151,00

É a seguinte a emenda rejeitada.

EMENDA Nº 22

O § 3º do art. 16 da MP nº 216/2004, passa a vigorar com seguinte redação:

§ 3º Regulamento disporá sobre os critérios gerais a serem observados para realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDARA, no prazo de até sessenta dias, contado a partir da data de publicação desta Medida Provisória.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o próximo item da pauta é a Medida Provisória nº 217, publicada no **Diário Oficial** no dia 28 de setembro. Em seguida, vem a Medida Provisória nº 218, também publicada no **Diário Oficial** do dia 28 de setembro. Como elas foram publicadas no mesmo dia, é possível fazer a inversão de pauta. Portanto, estou fazendo um requerimento para que possamos inverter a pauta e votar primeiro a Medida Provisória nº 218 e, em seguida, a Medida Provisória nº 217.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Gostaria de fazer um pequeno registro. Acabei de receber telefonemas de Alagoas dizendo que não registrei os outros times, como Jaciobá, da minha querida Palmeiras dos Índios, Muriciense, de Murici, e outros mais.

Por favor, não liguem mais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Agradeço a V. Ex^a, porque já falaram no meu time, que era o Flamengo.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, tenho uma questão sobre os trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Sim.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a nobre Líder Ideli Salvatti pediu uma inversão de pauta, que, parece-me, está de acordo com o Regimento, pois a data de publicação de ambas as medidas provisórias é a mesma. Se não me engano, a próxima

medida provisória trata de assuntos relativo à Norte-Sul, para o qual ainda não tivemos acordo.

Indago da Mesa se houve a inversão solicitada pela nobre Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Não só houve a inversão, como também o acordo foi concluído. De maneira que V. Ex^a está de parabéns.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – V. Ex^a também, Sr. Presidente. Principalmente V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Vou proceder à inversão, de acordo com o requerimento da Relatora.

É lido e aprovado o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO N° 1.622, DE 2004

Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2004.
– Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– **Item 3:**

MEDIDA PROVISÓRIA N° 218, DE 2004

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 218, de 2004, que autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para a deliberação do item 1 da pauta.

À Medida Provisória foram oferecidas duas emendas perante a Comissão Mista.

Foi proferido parecer no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Isaías Silvestre (PSB – MG), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira

e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e pela rejeição das emendas.

Foi proferido parecer no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Isaías Silvestre (PSB – MG), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 4 de outubro e não se instalou;

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 18 de outubro, tendo sido aprovada naquela Casa no dia 7 de dezembro;

– o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se no dia 11 de novembro, e o de sessenta dias de vigência, no dia 26 de novembro, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;

– informa, ainda, que se encerra no dia 27 de março vindouro o prazo de 120 dias de vigência da Medida Provisória. (Art. 14, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2002-CN);

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de dezembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Marcelo Crivella não chega à tribuna...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o meu voto, porque fiquei preso em um engarrafamento na porta do Congresso. O meu voto acompanharia a indicação da liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A intenção de V. Ex^a será registrada em ata.

PARECER N° 1.985, DE 2004-PLEN

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se da Medida Provisória nº 218, de 27

de setembro de 2004, que autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos no combate à praga de gafanhotos. Não são os gafanhotos daqui do Brasil, são gafanhotos que não atacam o salário das pessoas, atacam mesmo a plantação.

Sr. Presidente, eu deveria ler este parecer, que foi muito bem elaborado pela nossa assessoria, mas permito-me ser muito breve e falar de improviso. Tenho certeza de que nenhum Senador presente será contra uma ajuda humanitária que o Presidente Lula dá ao Continente Africano como um gesto até de pagamento de dívida.

O Continente Africano sofreu as duas mais perver-sas políticas no mundo contemporâneo: o colonialismo e a escravidão. Recentemente, a Namíbia foi liberta. Aliás, penso até que o colonialismo na África não deveria ser medido até a libertação da Namíbia, deveria ser considerado até a eleição do Presidente Mandela em 1992. Aí a África deixaria de ser uma África colonizada. A África sofreu os dois piores crimes contra a humanidade: o colonialismo e a escravidão.

O Presidente Lula, quando em viagem à África, na qual tive a oportunidade de acompanhá-lo, dizia que o Brasil tem uma dívida com o Continente Africano e que começava a pagar naquela visita a Moçambique, que, segundo a ONU, é o país mais pobre do mundo e que sofreu uma guerra civil de 27 anos. O Brasil está ajudando a construir naquele país uma fábrica de remédios para a Aids, Senador Ney Suassuna. Conforme V. Ex^a sabe, mais de 40% dos adultos em Moçambique carregam o vírus da Aids. O coquetel é composto de 25 medicamentos. Mas, infelizmente, não possuímos a patente de todos, apenas de 15, as quais cedemos, e ainda ajudamos com R\$20 milhões para construir a fábrica.

De tal maneira, Sr. Presidente, é muito curto o relatório. Peço ao Plenário que vote a favor dessa ajuda humanitária que o Presidente da República concede ao continente africano. E tenho certeza que nenhum companheiro meu haverá de votar contra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É a seguinte o parecer na íntegra:

PARECER N° 1.985, DE 2004

Sobre a Medida Provisória nº 218, de 27 de setembro de 2004, que autoriza à União a fornecer equipamentos e auxílio técnico

aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos.

Relator – Revisor: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº 218, de 2004, que autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos que, neste ano, os vem assolando.

A Medida Provisória nº 218, de 2004, vem de ser aprovada na íntegra pela Câmara dos Deputados, relatada em 7-12-2004 pelo Deputado Isaías Silvestre, em Parecer de Plenário, em substituição à Comissão Mista do Congresso Nacional, não instalada, tendo rejeitado as duas únicas emendas oferecidas a seu texto.

A proposição, constante de apenas dois artigos, limita-se a autorizar auxílio material e técnico aos países africanos para combate da praga de gafanhotos que os tem infestado neste ano de 2004.

Prevê, ainda, que entre tais equipamentos se inclua a doação de uma aeronave à República do Senegal, destinada à fumigação aérea de inseticidas.

A exposição de motivos interministerial, que acompanha a medida provisória, enfatiza o caráter humanitário da ajuda técnica e material a ser prestada e esclarece as tarefas que caberão a cada um dos três ministérios coordenadores das ações envolvidas.

Assim, ao Ministério das Relações Exteriores competirá promover os entendimentos necessários e o pertinente enlace diplomático com os países africanos;

Ao Ministério da Defesa competirá promover, por meio da Força Aérea Brasileira, o transporte, até Dakar, Senegal, de avião pulverizador e produtos necessários à aplicação de inseticida, ao custo estimado de R\$350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil reais);

Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento competirá promover a aquisição e a posterior doação de um avião pulverizador a um custo estimado de R\$910.000,00 (novecentos e dez mil reais), correspondente ao valor da aeronave e outras despesas decorrentes.

Na forma dos arts. 7º e 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN, chega, então, a matéria ao Senado Federal para exame quanto ao atendimento dos pressupostos

constitucionais de relevância e urgência, de sua adequação financeira ou orçamentária e para deliberar sobre seu mérito, vencidas tais preliminares.

II – Análise

Em primeiro lugar, quanto aos requisitos constitucionais de relevância e urgência exigidos pelo art. 62 da Carta da República, não pode haver dúvidas sobre sua plena satisfação.

A relevância da ajuda prestada reside na natureza humanitária e de saúde pública das providências propostas em benefício de países amigos e respaldadas, no plano jurídico, pelo princípio constitucional regedor das relações internacionais do Brasil, inscrito no art. 4º, IX da Lei Fundamental, verbis:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

.....
IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

Quanto à urgência da medida, também não é de questionar-se a presente MPV: a referida Exposição de Motivos aduz, a tal propósito, que a nuvem de gafanhotos a ser combatida avança até cem quilômetros por dia, tempo insuficiente para ultimar-se a tramitação de projeto de lei, ainda que em regime de urgência constitucional.

Além disso, a medida provisória em exame não conflita com os requisitos constitucionais formais de competência e iniciativa, nem com os princípios fundamentais (República Federativa, divisão e harmonia dos poderes, estado democrático de direito – arts. 1º a 4º da CF) e com os direitos e garantias fundamentais (art. 5º a 17). O ato legislativo em exame foi editado de acordo com o procedimento previsto no art. 62 da Constituição Federal e seu conteúdo material se contém nos limites fixados no § 1º do mesmo artigo. Tampouco afronta a limitação imposta pelo art. 246.

Tratando-se de alienação, por doação de bem público da União, a Lei nº 8.666, de 1993, em seu art. 17, II, requer apenas autorização legal e a avaliação prévia, como a já referida na Exposição de Motivos Interministerial, dispensada a licitação, evidentemente, por cuidar-se de doação, incidindo, pois, a hipótese na alínea a do mencionado dispositivo.

No que tange à adequação financeira e orçamentária da MPV, a Nota Técnica de 4 de outubro de 2004 da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado, esclarece que as despesas com a aquisição da aeronave e outras despesas decorrentes, à conta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estão cobertas por crédito extraordinário em favor daquele Ministério em idêntico montante e para o mesmo fim, como consta da MPV nº 217, de 27 de setembro de 2004, já aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Não existe, portanto, qualquer óbice em relação à adequação orçamentária e financeira da operação de ajuda humanitária aos países africanos que sofrem com o ataque da praga de gafanhotos.

No que diz respeito às duas emendas apresentadas, ambas do ilustre Deputado Osório Adriano, cabe dizer o seguinte. A Emenda nº 1 pretende substituir a doação da aeronave prevista no § 1º por comodato, sob o argumento de que não se justifica a doação em questão porque a aeronave foi adquirida com recursos da população brasileira. Ora, a prevalecer tal argumento, o Brasil jamais faria qualquer doação para ajudar um país amigo, pois os bens da União são adquiridos com recursos da nossa população. A questão é saber se devemos, na medida das nossas limitações, praticar a solidariedade com os nossos irmãos africanos, ou não.

Já a Emenda nº 2, pretende cancelar dotações referentes ao custeio de viagens do Senhor Presidente da República, sob o argumento de que elas se destinam a promoção pessoal. Com todo o respeito ao seu autor, dizer que na promoção pessoal as visitas que o Presidente Lula tem feito a países amigos, buscando estreitar os laços que nos unem e mesmo criar oportunidades de negócios para o nosso País é cair num oposicionismo estéril e rancoroso, que não podemos coonestar.

Assim, tal qual já decidido pela Câmara dos Deputados, somos pela rejeição das duas emendas apresentadas à medida provisória em discussão.

Enfim, o mérito da proposição é inegável ao disponibilizar ajuda material e tecnológica, adequadas e tempestivas, a países amigos assolados por praga de gafanhotos de grandes proporções e potencial lesivo à sua agricultura, tendo-se em conta ainda sua carência

de aviões em número suficiente para a aplicação do inseticida, dada a dimensão da infestação em curso.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 218, de 2004, e pela sua aprovação nos exatos termos em que foi editada e aprovada na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, **Marcelo Crivella**, Relator-Revisor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Antes de iniciar a discussão o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pareceres do Relator: Deputado Isaías Silvestre (PSB – MG), e do Relator revisor, Senador Marcelo Crivella, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passamos à apreciação do mérito.

Em discussão a medida provisória e as emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça palavra, encerro a discussão.

Em votação a medida provisória, sem prejuízo das emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação as Emendas nºs 1 e 2, de parecer contrário.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 218, DE 2004

Autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos no combate à praga de gafanhotos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos na combate à praga de gafanhotos que vem ocorrendo no ano da 2004.

§ 1º O disposto no caput deste artigo inclui a doação à República do Senegal de aeronave destinada à aplicação aérea de inseticidas.

§ 2º A doação prevista no § 1º deste artigo será efetivada mediante termo lavrado perante a autoridade competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

EMENDA Nº 1

Dê-se nova redação ao § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 218, de 2004:

“Art. 1º

§ 1º O disposto no caput inclui o comodato de aeronave à República do Senegal destinado a aplicação aérea de inseticidas, pelo prazo necessário à consecução dos fins previstos no caput.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao art. 1º da medida provisória o seguinte parágrafo:

§ 3º Os recursos necessários ao fornecimento de que trata o caput deste artigo deverão advir de cancelamentos de dotações referentes aos seguintes programas de trabalho constantes da Unidade Orçamentária 35101 – Ministério das Relações Exteriores:

a) 7211068325430001 – Manutenção do Cerimonial Nacional

b) 7211008362180001 – Missões Oficiais do Presidente – Nacional

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 2:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 62, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 217, de 2004)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 62, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 217, de 2004), que abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, para os fins que especifica.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para a deliberação do item 1 da pauta.

À Medida Provisória foram apresentadas 29 emendas perante a Comissão Mista.

Foi proferido parecer no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 2 e 20, e, parcialmente, à Emenda nº 11, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 18 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 7 de dezembro;

– o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se no dia 11 de novembro, e o de sessenta dias de vigência, no dia 26 de novembro, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;

– informa, ainda, que se encerra no dia 27 de março vindouro o prazo de 120 dias de vigência da Medida Provisória. (Art. 14, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2002-CN);

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de dezembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, Relatora revisora da matéria.

PARECER Nº 1.986, DE 2004-PLEN

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 217 abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União para os seguintes Ministérios: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, R\$910 mil; Ministério da Fazenda, R\$14.211.710,00; Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, R\$8,5 milhões; Fundo de Estabilidade de Seguro Rural, R\$ 40.830.000,00; Departamento de Polícia Federal, R\$20 milhões; Ministérios de Transportes, R\$34,5 milhões; Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, R\$135.242.000,00 para manutenção da malha rodoviária nacional e vários itens para o Corredor Leste, Corredor Mercosul, Corredor Nordeste e Corredor Araguaia Tocantins; Ministério do Planejamento e Gestão, R\$7,7 milhões para compras governamentais e R\$1,4 milhão para gestão de recursos humanos e democratização das relações de trabalho; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para assentamentos sustentáveis, R\$200 milhões; Ministério dos Esportes, Programa Rumo ao Panamericano de 2007, R\$25 milhões; Ministério da Defesa, R\$166.800,00; para recursos, sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, R\$716.494.073,00.

A esta Medida Provisória foram apresentadas inúmeras emendas durante a sua tramitação na Câmara dos Deputados. Dentre as emendas aprovadas pela Câmara, a maior parte delas, as de nºs 1, 3, 8, 12, 19, 22 e 29, que ensejavam desequilíbrio entre receita e despesa, a Câmara rejeitou, e eu mantive a rejeição.

As emendas de nºs 9 e 10, que propõem aumento do cancelamento previsto no crédito, a Câmara rejeitou, e eu também mantive a rejeição.

Com relação às outras emendas apresentadas na Câmara, fomos favoráveis, como a Câmara também o foi, à Emenda de nº 11 de forma parcial, porque ela fazia uma pequena adequação em um trecho de rodovia na Bahia. Inicialmente a emenda pedia uma alteração de mais de R\$3 milhões, mas surgiu a possibilidade, em negociação com o Ministério dos Transportes por não ter havido empenho, de acatar parcialmente, na ordem de R\$1,5 milhão, esta emenda para BR-116, no trecho Bahia/Vitória da Conquista. Esta emenda, acatada parcialmente pela Câmara, eu também mantive no meu relatório.

Com relação às Emendas nºs 02 e 20, que tratavam de retirar do item do Ministério dos Transportes a questão das obras emergenciais para recuperação de rodovias federais, a Emenda nº 2, do Deputado Eduardo Sciarra, e a Emenda nº 20, de autoria do Deputado José Borba, no valor de R\$50 milhões cada, tiravam das manutenções de obras emergenciais recuperação de rodovias para a Ferrovia Norte/Sul.

Então, tomamos a seguinte medida: em vez de acatar as duas emendas, acatamos, no nosso parecer, a Emenda do Deputado José Borba e, ao em vez de retirar do plano emergencial das rodovias, estamos tirando do Item “recurso sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda”, que tem R\$716.494.073,00.

Assim, a Emenda do Deputado José Borba, acatada pela Câmara, está sendo mantida, mas não retirando da manutenção da malha rodoviária federal, e, sim, sendo retirados os R\$50 milhões dos recursos sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional.

Dessa forma, como já foi feito na Câmara, o nosso relatório acata parcialmente a Emenda para resolver o problema da BR-116, no Estado da Bahia, em Vitória da Conquista, e acata também parcialmente recursos para a Ferrovia Norte/Sul, não da ordem de R\$100 milhões, como foi aprovado na Câmara, mas de R\$50 milhões, tirando de um outro item da proposta original, porque os R\$135 milhões para obras emergenciais em rodovias já estariam totalmente empenhados e não haveria como serem retirados para contemplar a importante obra que é a da Ferrovia Norte-Sul.

Com relação à constitucionalidade, o nosso parecer também está de acordo com as normas constitucionais que o estabelecem, até porque todas as obras, todos os recursos são emergenciais: reforma agrária; estradas; todos os itens dos diversos Ministérios, como os do Ministério da Agricultura, para a cooperação científica e tecnológica; gestão de política de administração financeira; minimização do risco do agronegócio; combate à criminalidade, como é o caso de recursos para a Polícia Federal; gestão da política de transportes, ou seja, todos os itens são extremamente importantes e emergenciais. Eles estavam em PLs, mas infelizmente não tivemos a capacidade de votá-los antes do segundo turno das eleições. Por isso, foram transformados em medida provisória.

Portanto, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, este é o meu parecer.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER N.º 1986 , DE 2004

De PLENÁRIO, sobre a Medida Provisória n.º 217, de 27 de setembro de 2004, que abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, para os fins que especifica.

Relatora: Senadora IDELI SALVATTI

I. RELATÓRIO

I.1 - Da Medida Provisória

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 191/2004 – CN (nº 634/2004 na origem), a Medida Provisória nº 217, de 27 de setembro de 2004, que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 1.362.040.894,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e dois milhões, quarenta mil, oitocentos e noventa e quatro reais) para atender à programação dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, do Esporte e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 00303/2004-MP, a destinação dos recursos e as fontes de financiamento são mostradas, sumariamente, nas tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 – Suplementação (Orçamento Fiscal)

Unidade orçamentária	Programa	Valor (R\$)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Cooperação Científica, Técnica e Tecnologia Internacional	910.000
Ministério da Fazenda	Gestão de Política de Administração Financeira e Contábil da União	14.211.710
Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	Administração Tributária e Aduaneira	134.584.770
	Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional	8.500.000
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	Minimização de Riscos no Agronegócio	40.830.843
Departamento de Polícia Federal	Combate à Criminalidade	20.000.000
	Gestão da Política dos Transportes	5.000.000
Ministério dos Transportes	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais ¹	29.500.000

¹ Participações da União no capital de Companhias das Docas de diversos estados.

	Manutenção da Malha Rodoviária Federal	135.242.698
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Corredor Leste	7.000.000
	Corredor Mercosul	9.900.000
	Corredor Nordeste	5.000.000
	Corredor Araguaia-Tocantins	600.000
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	Compras Governamentais	7.700.000
	Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	1.400.000
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ~ INCRA	Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais	200.000.000
Ministério do Esporte	Rumo ao PAN 2007	25.000.000
Ministério da Defesa	Cooperação Científica, Técnica e Tecnologia Internacional	166.800
Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda	Agricultura Familiar – PRONAF	716.494.073
	Total	1.362.040.894

Tabela 2 – Financiamento (cancelamentos, superávit financeiro, excesso de arrecadação e operações de crédito externas)

Unidade orçamentária	Programa	Valor (R\$)
Companhia Nacional de Abastecimento	Abastecimento Agroalimentar	716.494.073
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	Reserva de Contingência	13.723.435
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	143.440.558
	Subtotal (cancelamentos)	873.658.066
	Superávit financeiro de 2003	195.742.698
	Excesso da arrecadação	142.640.130
	Operação de crédito (Títulos da Dívida Agrária)	150.000.000
	Total	1.362.040.894

Tabela 3 – Destinações para o Orçamento de Investimentos

Unidade orçamentária	Programa	Valor (R\$)
Companhia Docas do Espírito Santo	Corredor Leste	6.500.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia	Corredor São Francisco	14.600.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo	Corredor Transmetropolitano	100.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro	Corredor Leste	8.300.000
	Total	29.500.000

I.2 - Da Constitucionalidade

Não parece haver óbices constitucionais que se possam opor às providências dadas pela MP 217/2004. Isso porque suas medidas se afiguram de acordo com as normas constitucionais vigentes, particularmente com as previstas nos arts. 165 a 169, que tratam dos orçamentos públicos. De outra parte, a citada

EM nº 00303/2004-MP explicita os pressupostos de relevância e urgência que embasaram a decisão de adotar o instrumento em análise.

I.3 - Da Adequação Financeira e Orçamentária

O exame da compatibilidade e adequação orçamentária das medidas provisórias, consoante o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN, “abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

A MP 217/2004 demonstra-se adequada tanto do ponto de vista financeiro quanto orçamentário, pois há suficiência de recursos que lhe possam acorrer às providências dadas, conforme demonstrado na Tabela 3 – Financiamento (cancelamentos, superávit financeiro, excesso de arrecadação e operações de crédito externas).

Deve-se atentar, porém, para possível impacto sobre o resultado primário, posto que as despesas primárias suplementadas no crédito totalizam R\$ 645.546.821 e o cancelamento de despesas primárias e a utilização de fontes primárias relativas ao excesso de arrecadação totalizam R\$ 142.640.130.

I.4 - Do Encaminhamento da MP 217/2004

Quanto à forma de encaminhamento da MP 217/2004 ao Congresso Nacional, cumpre assinalar que a Exposição de Motivos nº 303/2004-MP supre a exigência prevista no § 1.º do art. 2.º da Resolução n.º 1, de 2002-CN, segundo o qual o texto de medida provisória há de ser encaminhado ao Poder Legislativo fazendo-se acompanhar da respectiva mensagem e do documento em que se exponha a motivação do ato.

I.5 – Do Mérito

O mérito na medida provisória sob análise encontra-se amplamente manifesto nas ações por ela albergadas.

I.6 – Das Emendas

À MP 217/2004 foram apresentadas, no prazo regimental, 29 (vinte e nove) emendas.

1.7 - Da Apreciação pela Câmara dos Deputados

O assunto de que trata a Medida Provisória nº 217/2004 é de competência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Considerando

I que não houve manifestação dessa Comissão, dentro do prazo regimental, a matéria foi encaminhada ao Plenário da Câmara dos Deputados, em 7/12/2004.

Coube ao Deputado Devanir Ribeiro atuar como Relator e proferir parecer em Plenário, pela Comissão Mista do Congresso Nacional, concluindo pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da Medida Provisória e das Emendas de números 1 a 8 e 11 a 29, pela inconstitucionalidade das Emendas de números 9 e 10, pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória e das Emendas de números 2, 9, 10, 11, 20 e 21; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de números 1, 3 a 8, 12 a 19 e 22 a 29; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, das Emendas de números 2 e 20, e, parcialmente, da Emenda de número 11, na forma do projeto de Lei de Conversão apresentado, e aprovado com o numero PLV 62/2004, e pela rejeição das demais Emendas.

II. VOTO

Do exame verificamos que a Medida Provisória nº 217, de 2004, atende aos pressupostos de relevância e urgência, encontra-se formulada em termos que não ilidem disposições constitucionais, manifesta evidentes méritos e o crédito extraordinário está adequado sob os aspectos orçamentário e financeiro.

Quanto às emendas apresentadas, observamos que as de números 1, 3 a 8, 12 a 19, 22 a 29 ensejam desequilíbrio entre receita e despesa constantes da lei orçamentária anual, razão pela qual votamos pela rejeição. Da mesma forma, somos pela rejeição das Emendas de número 9 e 10 que propõem aumento do cancelamento previsto no crédito, com correspondente aumento da suplementação global da proposta original, o que é vedado pelo art. 63 da Constituição Federal.

Considerando o mérito da ação proposta, somos pela aprovação parcial da Emenda de número 11, como a Câmara também o foi, porque ela faz pequena adequação em um trecho da rodovia da Bahia, BR 116, no valor de R\$ 1.500.000,00, já negociado com o Ministério dos Transportes.

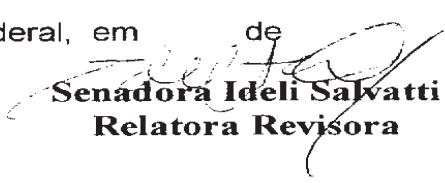
Com relação às Emendas de nº 02 e nº 20, de autoria do Dep. Eduardo Sciarra e do Dep. José Borba, respectivamente, no valor de R\$ 50,0 milhões cada, que pretendem atender à Ferrovia Norte Sul, tomamos a seguinte medida: em vez de acatar as duas emendas, acatamos a Emenda do Dep. José Borba, no valor de R\$ 50,0 milhões, e não no valor de R\$ 100,0 milhões como foi aprovado na Câmara, e retiramos recursos do item "Recurso sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda". Com o objetivo primordial de evitar a descaracterização da iniciativa original da Medida Provisória, embora reconhecendo o mérito das ações pleiteadas, somos pela rejeição das demais Emendas.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 62/2004 e das Emendas de números 11 e 20, parcialmente, conforme Quadro em anexo, que integra este Parecer.

Senado Federal, em

de

de 2004.


Senadora Ideli Salvatti
Relatora Revisora

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 217, DE 2004
 ALTERAÇÃO DO ANEXO I
 CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
 Órgão: 390000 - Ministério dos Transportes
 Unidade: 39252 - DNIT

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO			VALOR
		229 CORREDOR SÃO FRANCISCO	220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	0351- AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	
Recursos de todas as Fontes- R\$ 1,00					
26	782 0229 10IR.	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS			1.500.000
26	782 0229 10IR.XXX	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-116 NO ESTADO DA BAHIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA			1.500.000
					133.742.698
26	782 0220 12HW	OBRAS EMERGÉNCIAIS PARA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS-CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NACIONAL			133.742.698
26	782 0220 12HN 001	OBRAS EMERGÉNCIAIS PARA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS-CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NACIONAL			50.000.000
26	783 6035 10EI	IMPLEMENTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL			50.000.000
					666.494.073
20	846 0351 09LE	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF (LEI Nº8.427, DE 1992) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO-NACIONAL			666.494.073

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O parecer é favorável.

Antes de iniciar a discussão o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pareceres do Relator: Deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) e da Relatora revisora, Senadora Ideli Salvatti, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão, a Medida Provisória e as emendas, em turno único.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Com a palavra o Senador Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)

Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não pretendo levar mais do que o tempo necessário para registrar a importância da presença das Bancadas do Maranhão. Tenho que incluir V. Exª quando me refiro a elas, pois embora o Estado do Amapá tenha tido a honra de trazer V. Exª para esta Casa, V. Exª nunca deixa de estar atento ao que interessa ao País, ao que interessa às Regiões Norte e Nordeste e, particularmente, a uma obra que V. Exª deu início como Presidente da República.

Portanto, quero registrar a importância da presença da Bancada do Maranhão nesta Casa hoje, bem como a presença do futuro Prefeito de Imperatriz, Ildon Marques, que, atualmente, está no exercício do seu mandato.

Ressalto a presença dos Senadores Edison Lobão, João Alberto e de V. Exª.

Quero destacar o trabalho do Senador João Ribeiro e a nossa permanente preocupação com a Ferrovia Norte-Sul.

Gostaríamos de agradecer à Relatora a sua sensibilidade. Para nós não deixou de ser uma perda o fato de, em vez de R\$100 milhões, obtermos somente R\$50 milhões. Porém, Sr. Presidente, sabemos que esta é a

Casa do possível, embora busquemos sempre o máximo para defender uma obra que não é regional, mas de caráter nacional e de fundamental importância.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado nos termos do parecer da Relatora.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final ao Projeto de Lei de Conversão nº 62, de 2004, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER N° 1.987, DE 2004

(Da Comissão Diretora)

**Redação final da Emenda do Senado
ao Projeto de Lei de Conversão nº 62, de
2004 (Medida Provisória nº 217, de 2004).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 62, de 2004 (Medida Provisória nº 217, de 2004), que abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, para os fins que especifica.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de dezembro de 2004. – **Eduardo Siqueira Campos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Geraldo Mesquita Júnior**.

1987

ANEXO AO PARECER N° , DE 2004.

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 62, de 2004 (Medida Provisória nº 217, de 2004).

Abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, para os fins que especifica.

Emenda única**(Corresponde à Emenda nº 30 – Relator-revisor)**

Dê-se ao Anexo I do projeto a seguinte redação:

“Lei nº , de de 20 .

Alteração do Anexo I

Crédito Extraordinário

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – DNIT

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				Recursos de todas as Fontes – R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	VALOR	
229	CORREDOR SÃO FRANCISCO		1.500.000	
26	782 0229	10IR	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS	
26	782 0229	10IR.XXX	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-116 NO ESTADO DA BAHIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA	1.500.000
0220	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL		133.742.698	
26	782 0220	12HW	OBRAS EMERGENCIAS PARA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS-CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	
26	782 0220	12HW 001	OBRAS EMERGENCIAS PARA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS-CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NACIONAL	133.742.698
26	783 6035	10EI	IMPLEMENTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA	50.000.000
26	783 6035	10EI0002	IMPLEMENTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL	50.000.000
0351	AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF			
20	846 0351	09LE	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR- PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO-NACIONAL	666.494.073
20	804 0351	09LE	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO-NACIONAL	666.494.073"

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Fica prejudicada, em parte, a Emenda nº 11 e ficam rejeitadas as emendas de parecer contrário.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 4:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 63, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 219, de 2004)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 63, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 219, de 2004), que dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS não-cumulativas e dá outras providências.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, Relatora revisora da matéria.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO). Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em função das conversações, peço a V. Ex^a 24 horas para encerrarmos o acordo que estamos formando em torno dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a V. Ex^a as 24 horas.

A matéria entrará na pauta amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 5:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 64, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 220, de 2004)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 64, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 220, de 2004), que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.848, de 15 de março de 2004.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, não há acordo sobre essa matéria. O com-

promisso era votar até o Item 3. De forma que, para o restante, não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Mesa não tinha conhecimento de que o acordo restringia a votação ao Item 3. Por isso, submeteu-o à votação.

Perdoe-me V. Ex^a e agradeço a sua lembrança.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Amanhã, então, a sessão será às 10 horas da manhã. Temos uma pauta extensa: seis medidas provisórias mais as PPPs.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solidarizando-me com o Senador Aloizio Mercadante, também quero expressar votos de congratulações ao Santos Futebol Clube por ter vencido o campeonato brasileiro; também ao Atlético Paranaense, por ter sido vice-campeão.

Quero aqui também prestar uma homenagem ao Robinho, em virtude dos 41 dias em que sua mãe, Marina Lima de Souza, esteve ausente de casa por ter sido seqüestrada.

O jogador mostrou grande coragem e um grande espírito de compreensão e solidariedade; o mesmo ocorreu com os seus companheiros, com todas as brasileiras e brasileiros que acompanharam o caso, seus familiares e o Santos Futebol Clube, que torceram para que pudesse a sua mãe voltar ao seu lar e ao convívio do Robinho.

Meus cumprimentos ao extraordinário espírito esportivo do Robinho, a todos os seus companheiros e ao Wanderley Luxemburgo.

Meus parabéns ao Santos Futebol Clube e ao Brasil por este extraordinário fenômeno que é o futebol brasileiro, que empolga a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Quero dizer à Senadora Lúcia Vânia, Relatora do Projeto de Lei de Conversão nº 63, de 2004, que a sessão será amanhã às dez horas e que o referido projeto será o primeiro item da pauta.

Sem sua aprovação, não poderemos continuar a votar as outras matérias.

O SR PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– São os seguintes os itens sobrestados.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 63, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 219, de 2004)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 63, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 219, de 2004), que dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS não-cumulativas e dá outras providências.

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 64, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 220, de 2004)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 64, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 220, de 2004), que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.848, de 15 de março de 2004.

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 65, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 221 de 2004)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 65, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 221, de 2004), que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997,

que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 66, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 222 de 2004)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 66, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 222, de 2004), que atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 67, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 223 de 2004)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 67, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 223, de 2004), que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, altera a Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 224, DE 2004

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 224, de 2004, que altera dispositivos da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar e os cargos que menciona, da Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA, e da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que reestrutura a remuneração dos cargos das Carreiras

de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o pró-labore, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das Carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais, de Procuradores do Banco Central do Brasil, de Defensores Públicos da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.

O SR PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os Srs Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, você entregaria um filho portador de uma apendicite aguda para ser operado por uma enfermeira?

Por que não?

Porque o tratamento desta doença é um Ato Médico.

Você aceitaria um laudo de uma Ressonância Magnética assinado por um técnico de Raio X?

Por que não?

Porque o exame de diagnóstico implica em formação médica especializada e é, essencialmente, um Ato Médico.

A partir do desdobramento da medicina geral em muitas áreas específicas e mesmo do surgimento de novas áreas pelo avanço da ciência médica e de saúde, novas áreas de atuação profissional foram surgindo e cada uma delas foi obtendo a sua lei de reconhecimento profissional e definindo atribuições. Assim, todas estas novas áreas profissionais foram se constituindo e foi se definindo, por exemplo, o ato fisioterapêutico, o ato fonoaudiológico, o ato psicológico, o ato de enfermagem superior.

Como a Lei do Médico é a mais antiga, ela ficou com definições gerais e defasa no tempo. Quando as novas áreas profissionais estavam quase todas contidas na ação do médico, quase que naturalmente se definiam as competências e as fronteiras da ação do mesmo e toda a sociedade estava de acordo, não havendo qualquer questionamento.

Como em todas as novas áreas profissionais é legítimo que também os médicos busquem uma atualização da sua lei normativa e é senso comum a legitimidade deste pleito.

Onde está, então, o impasse e a causa das controvérsias?

Acredito que ela se encontra na definição da abrangência do Ato Médico e na possibilidade da superposição de competências, algumas vezes criando um sentido de subordinação ou de perda da autonomia das outras áreas de atuação profissional em relação ao médico.

Aceitar que, como princípio, compete ao médico que recebeu formação específica em longos anos de formação e que se obriga a permanente atualização e reciclagem, a tarefa do diagnóstico e tratamento, não deveria causar qualquer dificuldade.

O projeto de lei 15/2002 que tramita no Senado Federal estabelece que:

Iº O médico desenvolverá suas ações no campo da atenção à saúde humana para:

I. A promoção da saúde; II. A prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças; III. A reabilitação de enfermos.

A dificuldade surge nos casos em que o diagnóstico e mesmo alguns tratamentos fazem parte da formação e da habilitação profissional de algumas destas novas áreas de atuação no campo da Medicina.

Por exemplo, o diagnóstico de algumas alterações psicológicas e mesmo o seu tratamento que não medicamentoso; a indicação e execução do melhor tratamento fisioterápico, a realização de exames fonoaudiológicos que conduzem a um diagnóstico.

Talvez nestas situações em especial, como hoje em geral, a saída esteja na compreensão e na aplicação do que venha a ser uma equipe multidisciplinar na área de saúde/medicina. Diante da complexidade da abordagem do paciente a contribuição de diversos profissionais tendo, como objetivo comum o que de melhor possa ser feito, valorizaria cada um, respeitando a sua competência e os limites da sua atuação.

Por exemplo, no atendimento de um paciente com problemas auditivos contribuiriam o médico, o fonoaudiólogo, eventualmente profissional da área de enfermagem e a síntese da atuação de todos seria o melhor diagnóstico e o melhor encaminhamento terapêutico. Quando se tratasse de tratamento cirúrgico, atuaría o médico cirurgião otorrinolaringológico na sua especificidade executando um ato médico. Quando se tratasse de tratamento ou recuperação ou recuperação na esfera do fonoaudiólogo este executaria a sua missão como Ato fonoaudiológico.

O que nunca poderia acontecer é uma atuação profissional que ultrapassasse o campo da competência e que viesse a redundar em prejuízo ao paciente.

Outro ponto não compreendido e por isso causa de controvérsias não diz propriamente respeito à atuação do médico na relação médico-paciente mas à sua participação em coordenação, supervisão ou chefia, direção técnica e ensino. Como os serviços se tornaram multidisciplinares, necessariamente a chefia deles não será cargo privativo de médico. Porém é de bom senso que dentro de uma tal estrutura, a chefia específica do serviço médico seja exercida por médico.

Assim, por exemplo, a chefia de um posto de saúde pode ser exercida por profissional da área de saúde ou administrativa com especialização em saúde, porém a coordenação do serviço médico deveria ser exercida por médico, assim como da enfermagem por enfermeira e assim por diante.

Se no debate da questão estiver envolvida somente a questão de reserva de mercado profissional, supervalorização da área de atuação em detrimento das demais, com certeza não haverá consenso e como resultado nenhum benefício para a cidadania.

Se por outro lado o foco principal da questão estiver no melhor atendimento ao paciente e na contribuição para as melhores políticas de saúde para toda a população deverá ser encontrado um denominador comum e se chegará a uma formulação da melhor lei.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, mais uma vez, para tratar da relevantíssima questão da demarcação da Raposa/Serra do Sol. Preocupa-me muito o modo como o Governo vem conduzindo a questão e estou temeroso de que o Presidente da República, desprezando a vontade da maioria de índios e não-índios de meu Estado, homologue de forma contínua a área, atendendo à recente e desastrosa decisão do STF.

No último dia 15, em julgamento ocorrido no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Carlos Ayres Britto suspendeu as liminares que impediam a homologação da demarcação contínua das terras indígenas da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, conforme decreto presidencial (Portaria nº 820/98). O pedido de suspensão das liminares foi articulado pela Advocacia-Geral da União (AGU).

O advogado-geral da União, Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, afirmou que se os juízes da Justiça Federal em Roraima e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região “foram considerados incompetentes para continuarem processando, as decisões liminares que os mesmos proferiram e que continuam a produzirem

efeitos também precisam ser suspensas, sob pena de a competência dessa Suprema Corte não restar preservada”. No mérito, a AGU pede a cassação dessas decisões.

Um outro argumento da AGU foi a de que a Organização dos Estados Americanos (OEA) já impôs medidas cautelares ao governo brasileiro para dar segurança à demarcação da área. Reconheceu a AGU que a OEA está pressionando o Governo brasileiro para que a reserva seja homologada. Segundo a Petição da AGU, “outro aspecto que merece ser abordado é o referente à denúncia que corre junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA formulada pelo Conselho Indígena de Roraima (...), por supostas violações a direitos e garantias dos povos Ingaricó, Wapixana, Macuxi, Patamona e Tauperang”. Dentre as medidas cautelares determinadas pela OEA ao Brasil estão a de proteger a vida e a integridade pessoal dos povos indígenas localizados na área, respeitando sua identidade cultural e sua especial relação com o território ancestral.

Sr. Presidente, a demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol havia sido suspensa pelo juiz federal Helder Girão, da 1ª Vara da Seção Judiciária de Roraima. Ele deu ganho de causa a uma ação popular que contestava a Portaria nº 820/98 do Ministério da Justiça. Esta portaria declara os limites da terra indígena e determina a sua demarcação. Na Ação Popular, alega-se lesão ao patrimônio do Estado de Roraima caso a demarcação da terra indígena seja feita conforme a Portaria do Ministério, ou seja, de forma contínua.

A homologação contínua da área também foi suspensa, em segunda instância, pela desembargadora Selene de Almeida, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (DF) que, além de confirmar a liminar de primeiro grau de Helder Girão, ampliou seus efeitos, excluindo outras áreas previstas na Portaria do Ministério da Justiça, como vilas, cidades e zonas de expansão existentes na região. Ambas as liminares determinavam a demarcação descontínua da terra indígena Raposa Serra do Sol. Ou seja, ambas as decisões – vale repasar – atendiam, plenamente, ao interesse da maioria de índios e não-índios de meu Estado.

O Ministério Pùblico Federal já havia entrado este ano com uma Reclamação no STF, na qual pedia a suspensão dos recursos que tramitavam na segunda instância contra a demarcação contínua da área. Porém, quando o ministro Carlos Britto acatou o pedido do Ministério Pùblico Federal, a liminar já havia sido concedida pela Desembargadora Selene de Almeida e, portanto, continuava em vigor.

Na Reclamação, o procurador-geral da República argumentou que na Ação Popular contra a demarcação da terra indígena Raposa/ Serra do Sol, há conflito de interesses entre a União e o Estado de Roraima e, por isso, deve ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Vale dizer que uma Reclamação é uma medida judicial que trata da preservação da competência do STF.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como já é de conhecimento de todos, a Raposa/Serra do Sol, com 1,7 milhão de hectares, é composta por cinco etnias, composta por cerca de 15 mil índios: Macuxi, Wapichana, Ingárikó, Taurepang e Patamona. Em sua grande maioria, os componentes dessas etnias são contrários à demarcação contínua.

Também em sua grande maioria, estes indígenas já se encontram em grau avançado de integração com a sociedade circundante não-indígena e participam, naturalmente, dos processos políticos, visto que ocupam cargos públicos eletivos, como o de Vereador e de Vice-prefeito. Participando, assim, ativamente da formação da vontade política das municipalidades em que laboram; participam, também, dos processos econômicos, ocupando-se do comércio, da agricultura e da pecuária. Ademais, participam do próprio processo de aculturação a que todo cidadão comum do País participa, pois os indígenas ingressam no processo educacional franqueado pelos Entes Federados da mesma forma que um jovem de Brasília ou São Paulo ingressam. Os índios, a que faço referência, ou seja, os aculturados, e que habitam a Raposa/Serra do Sol, assim como nós que moramos nas capitais, querem escola de qualidade e perspectivas de futuro no que diz respeito ao engajamento profissional.

Sobram, portanto, razões para que os índios que habitam a Raposa/Serra do Sol não queram que a demarcação seja contínua. O grau de acultramento que atingiram já os habilita a dizer o que querem com relação aos seus destinos. Sabem eles, perfeitamente, que a demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol criará um clima indesejável de animosidade entre as próprias etnias instaladas na área que, como se sabe, estão em estágios diferentes de acultramento, constituindo grupos culturais particularizados. Juntar índios de etnias diferenciadas, com padrões culturais particularizados, numa mesma área, significará a criação de um verdadeiro barril de pólvora.

Ademais, índios aculturados não querem, isto é evidente, ser forçosamente isolados do contexto em que vivem. Não querem ser animais enjaulados, vivendo como muitos índios isolados vivem em outras reservas: em situação de completa miserabilidade e sem acesso aos bens que modernidade lhes pode proporcionar.

Sr. Presidente, em face dessa realidade, por que não realizar – como já pedi antes – um plebiscito entre os índios da região para, democraticamente, se averiguar a vontade deles? Será por receio de que a vontade dos índios da Raposa/Serra do Sol poderá, num eventual plebiscito, ser contrário a interesses escusos e inconfessáveis de entidades e ONGs internacionais, que só querem do Brasil as suas riquezas, sem qualquer compromisso com seus habitantes? Lembrando que Roraima detém um território riquíssimo em metais preciosos.

Ademais, sabem os índios dos males sociais que poderão advir pela retirada de não-índios da área. O plantio de arroz, além de outros grãos, na Raposa/Serra do Sol, há muito ocupa lugar de destaque na economia do Estado de Roraima, gerando empregos e renda para centenas de famílias. A expulsão desses agricultores de suas terras, para fins de demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol, representará um desastroso evento para a já combalida economia de Roraima. Desprovidos de indenização pela perda da terra – o que pode ser historicamente comprovado – os agricultores da Raposa/Serra do Sol serão abandonados à própria sorte, assim como já aconteceu com milhares de outros cidadãos que tiveram que abandonar suas terras em virtude de demarcações; cidadão estes que não obtiveram qualquer justa compensação estatal em virtude disso. Certamente, a estabilidade social do Estado sofrerá um duro abalo.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, mesmo diante da evidência dos fatos, a homologação contínua da Raposa/Serra do Sol parece, para alguns setores do Governo, inevitável. Órgãos como o Ministério da Justiça e a Funai têm defendido, publica e reiteradamente, a demarcação contínua da área em apreço. O Presidente da República, a quem cabe homologar a reserva, titubeia em face das pressões exercidas por ONG's internacionais.

A posição do Ministério da Justiça e da Funai nos causa indignação. O titubeio do Presidente Lula nos causa receio e apreensão.

Muitos índios e não-índios do meu Estado, contrários à homologação da Raposa/Serra do Sol têm reclamado, de maneira justa, de que o Governo só tem dado ouvidos a uma minoria interessada na demarcação contínua. Esta situação reproduz a falta de diálogo com diversos setores e atores sociais do Estado de Roraima, alijando-os do contraditório que deve, necessariamente, permear a decisão política consistente na homologação da reserva Raposa/Serra do Sol.

Isto demonstra o modo antidemocrático com que a questão Raposa/Serra do Sol tem sido equacionada pelos agentes do Governo. Por isso mesmo, volto

a afirmar: um eventual decreto homologatório da Raposa/Serra do Sol, nos moldes de uma demarcação contínua, que desconsidere a voz dos que são contrários a esse paradigma homologatório, será um decreto maculado pela eiva do autoritarismo.

Nós vivemos num Estado Democrático de Direito, reza a nossa Constituição. Isto significa dizer que as decisões políticas devem atender à vontade das pessoas que serão diretamente afetadas pela mesma decisão. Contrariar este postulado da democracia é investir contra a coluna dorsal de nossa Constituição e, consequentemente, investir contra a própria sobrevivência do Estado Brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os relatórios das Comissões Externas da Câmara e do Senado, bem demonstram como a decisão acima aludida contraria a vontade do Parlamento. Por meio do Ministério da Justiça e da FUNAI, tem-se laborado no sentido oposto do Legislativo.

Desconsiderar uma opinião solidamente construída no seio do Parlamento, será um sinal claro de que o Governo governa autoritariamente ou de modo antidemocrático, pois toma suas decisões sem atentar para as discussões das Casas do Congresso Nacional, composta por membros eleitos pelo povo e que, em seu nome, exerce o Poder Legislativo e outras atribuições ligadas à fiscalização do Executivo.

Quanto ao judiciário, ainda que não haja decisão definitiva de mérito, não pode o Governo desconsiderar a tendência de os Juízes de acolherem, nas suas decisões, a razoabilidade de que a demarcação da Raposa/Serra do Sol exclua determinadas áreas consideradas de fundamental interesse para o Estado de Roraima, tudo a bem da democracia e de outros princípios caros à nossa Constituição.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante de tudo isso, entendemos infeliz a decisão do Ministro Carlos Ayres Brito em cassar a liminar que impedia a demarcação da Raposa/Serra do Sol, assim como infeliz foi o argumento da Advocacia Geral da União de que a área Raposa/Serra do Sol deve ser demarcada de forma contínua pois a OEA assim o deseja.

Definitivamente, não podemos no curvar diante dos interesses de ONGs e entidades internacionais que querem, vilipendiando o interesse público nacional e a vontade de índios e não-índios envolvidos na questão, demarcar continuamente a Reserva Raposa/Serra do Sol. Esta demarcação representará um abalo à nossa soberania, já combalida, como é de comum sabença, pelo processo de globalização.

Gostaria de fazer um apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não homologue, de forma contínua, a Raposa/Serra do Sol. Espero que ele escute

as vozes dos que vêm a demarcação – de maneira cristalinamente justa –, como uma afronta à democracia e à soberania do País, princípios esses de matriz constitucional.

Por fim – repito – considero lamentável a decisão acima referida que cassou a liminar que impedia a demarcação descontínua: ou seja, demarcação que exclui as seguintes áreas:

1. as franjas correspondentes a área de plantio;

2. as áreas do Município de Normandia e as sedes dos Municípios de Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, e respectivas zonas de expansão;

3. as estradas estaduais e federal presentes na área (RR-171, RR-202, RR-318 e BR-401), permitindo o livre trânsito em referidas vias;

4. a área da unidade de conservação ambiental Parque Nacional do Monte Roraima;

Lamento, também, o fato de o Governo brasileiro, curvando-se diante de escusos interesses internacionais, não estar conduzindo a questão de forma democrática e com a devida cautela que merece.

Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em várias ocasiões me pronunciei sobre a política de saúde do atual governo, em especial sobre o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e AIDS, além de outros programas correlacionados. Em linhas gerais, tenho sido um apoiador de tais políticas, pois os indicadores de que dispomos permitiram, inclusive, o reconhecimento internacional da excelência de nossos programas e ações de prevenção e assistência.

É, portanto, com alguma inquietação que hoje venho à tribuna para comentar os dados do último **Boletim Epidemiológico DST e AIDS**, publicado pelo Ministério da Saúde. Recordo-me que, em abril deste ano, eu então reconhecia que o Brasil havia realizado “grandes melhorias em programas de prevenção entre grupos mais vulneráveis e programas de redução dos efeitos negativos em relação às pessoas que já contraíram a enfermidade”. Alertava, porém, Srs. Senadores, com todo o cuidado, que “não podemos dormir sobre os sucessos anteriores, pois ainda somos muito vulneráveis em relação à epidemia”.

Não se tratava de uma profecia, mas antes de uma postura cautelosa, como convém ao parlamentar conscientioso. Naquela ocasião, eu congratulava os representantes do Ministério da Saúde pela publicação intitulada “Critérios de definição de casos de AIDS em adultos e crianças”, uma ferramenta mais fina e eficiente para o diagnóstico precoce e o controle efetivo

da epidemia de AIDS. Alertava, todavia, para o fato de que tal tarefa, no atual estágio da ciência e de desenvolvimento da medicina, não termina nunca.

No último Boletim, evidencia-se um grave problema havido na base de dados referentes à doença, cuja reavaliação gerou um incremento de 11,4% no total de casos. É preciso frisar que não se trata de um mero problema técnico, mas de uma falha aguda, capaz de induzir a erros no planejamento das ações do programa, além de contribuir para uma visão distorcida da evolução epidemiológica. Com efeito, os novos dados acabaram invertendo a tendência de queda que se verificava com os casos apenas notificados no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN). Menos mal que o Governo não tardou em tomar as providências necessárias para a correção dos dados e a melhoria dos sistemas de informação.

A análise da publicação mostra que o surto da doença parece ter-se estabilizado entre a população masculina, em níveis de 22,6 casos por 100 mil habitantes. Todavia, há uma tendência de crescimento entre as mulheres, sobretudo entre as mulheres classificadas pelo tom da pele como “pardas”, com um aumento significativo de 25% na taxa de incidência. Também se percebe que não há limite geográfico para a expansão da doença, e ela cresce em todas as Regiões do País, exceto no Sudeste. É importante assinalar que a via de transmissão heterossexual continua a preponderar, afetando indivíduos com menor escolaridade, sobretudo mulheres. Estas ainda vêem progredir os índices de contaminação vertical, ou seja, de mãe para filho, o que deu ensejo, inclusive, a uma campanha em nível nacional focalizando esse problema.

Preocupa-me, Senhor Presidente, perceber que a doença vai-se alastrando por segmentos sociais desprivilegiados e mais vulneráveis, quer se considere o nível de informação, quer se analise o poder aquisitivo, elementos que continuam a influir no diagnóstico precoce e na qualidade do tratamento, tornando-se decisivos, assim, para o tempo e a qualidade da sobrevida.

A taxa de mortalidade tem apresentado oscilação similar à taxa de incidência. Ela foi 2% maior em 2003 do que em 2002, com 11.276 óbitos. Mantém-se estável em 8,8 óbitos por 100 mil homens, mas continua uma escalada entre a população feminina, seguindo uma tendência mundial. O relatório anual do Programa das Organizações das Nações Unidas para HIV/AIDS, divulgado no mês passado, revela que o número de casos entre o grupo feminino corresponde à quase metade do total de adultos infectados pela doença: são 17,6 milhões de mulheres, o que corresponde a 47,3% dos adultos com o vírus.

Alguns cruzamentos dos dados aqui apresentados com aqueles trazidos à luz pela “Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira de 15 a 54 anos” são sintomáticos. A pesquisa, desenvolvida por técnicos da Fundação Oswaldo Cruz e do Ministério da Saúde, abrangeu 6.000 domicílios e foi estratificada por macro-regiões. Alguns achados são favoráveis, como os níveis de informação e conhecimento da doença, considerados internacionalmente satisfatórios. Contudo, pode-se concluir que uma nova leitura da cadeia de transmissão da doença se tornou necessária, com implicações para as medidas preventivas e para assegurar a efetividade das intervenções de saúde coletiva.

Segundo especialistas, o aumento da exposição e do contágio das mulheres se deve não tanto à desinformação, mas a um desnível na dinâmica dos relacionamentos. Nem sempre a mulher está em condições de negociar a prática de sexo seguro, com parceiros fixos ou eventuais. Ao contrário, uma pesada determinação cultural age sobre ela, levando-a muitas vezes a crer no parceiro ou aceitar suas imposições. Cresce, como se sabe, o número de mulheres casadas contaminadas pelos próprios maridos. É preciso que o Governo Federal atente, pois, para esta grave situação social, e reoriente os esforços de controle da epidemia de AIDS para este público-alvo.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, torno a repetir, respaldado em farta comprovação estatística, que a epidemia não está, de forma alguma, controlada em nível mundial. Tampouco está serenada a situação no Brasil. O Ministério da Saúde, a Secretaria de Vigilância em Saúde, as Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios e os profissionais médicos de todo o País devem continuar sob alerta.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 63, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 219, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do

§ 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 63, de 2004 (prove-

niente da Medida Provisória nº 219, de 2004), que dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSL e da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS não-cumulativas e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia

2 PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 64, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 220, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 64, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 220, de 2004), que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.848, de 15 de março de 2004.

Relator revisor:

3 PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 65, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 221 de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 65, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 221, de 2004), que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização

de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Jonas Pinheiro

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 66, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 222 de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 66, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 222, de 2004), que atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 67, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 223 de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 67, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 223, de 2004), que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, altera a Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 224, DE 2004

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 224, de 2004, que altera dispositivos da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar e os cargos que menciona, da Lei nº 10.551,

de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA, e da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que reestrutura a remuneração dos cargos das Carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o pró-labore, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos ocupantes dos cargos efe-

tivos das Carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais, de Procuradores do Banco Central do Brasil, de Defensores Públicos da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Mozarildo Cavalcanti
O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA	PFL	- Rodolpho Tourinho	PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	PMDB	- Mão Santa	
PFL	- César Borges		RIO GRANDE DO NORTE	
		PTB	- Fernando Bezerra	
		PMDB	- Garibaldi Alves Filho	
		PFL	- José Agripino	
RIO DE JANEIRO				
PT	- Roberto Saturnino	PFL	SANTA CATARINA	
PL	- Marcelo Crivella	PT	- Jorge Bornhausen	
PMDB	- Sérgio Cabral	PSDB	- Ideli Salvatti	
	MARANHÃO		- Leonel Pavan	
PMDB	- João Alberto Souza	S/Partido	ALAGOAS	
PFL	- Edison Lobão	PMDB	- Heloísa Helena	
PMDB	- Ildon Marques	PSDB	- Renan Calheiros	
	PARÁ		- Teotônio Vilela Filho	
PMDB	- Luiz Otávio	PFL	SERGIPE	
PT	- Ana Júlia Carepa	PDT	- Renildo Santana	
PTB	- Duciomar Costa	PSB	- Almeida Lima	
	PERNAMBUCO		- Antonio Carlos Valadares	
PFL	- José Jorge	PFL	AMAZONAS	
PFL	- Marco Maciel	PSDB	- Gilberto Miranda	
PSDB	- Sérgio Guerra	PDT	- Arthur Virgílio	
	SÃO PAULO		- Jefferson Peres	
PT	- Eduardo Suplicy	PSDB	PARANÁ	
PT	- Aloizio Mercadante	PT	- Alvaro Dias	
PFL	- Romeu Tuma	PDT	- Flávio Arns	
	MINAS GERAIS		- Osmar Dias	
PL	- Aelton Freitas	PT	ACRE	
PSDB	- Eduardo Azeredo	PSB	- Tião Viana	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Geraldo Mesquita Júnior	
	GOIÁS		- Sibá Machado	
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	MATO GROSSO DO SUL	
PFL	- Demóstenes Torres	PT	- Juvêncio da Fonseca	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Delcídio Amaral	
	MATO GROSSO		- Ramez Tebet	
PSDB	- Antero Paes de Barros	PT	DISTRITO FEDERAL	
PFL	- Jonas Pinheiro	PMDB	- Valmir Amaral	
PT	- Serys Slhessarenko	PFL	- Cristovam Buarque	
	RIO GRANDE DO SUL		- Paulo Octávio	
PMDB	- Pedro Simon	PSDB	TOCANTINS	
PT	- Paulo Paim	PFL	- Eduardo Siqueira Campos	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PMDB	- João Ribeiro	
	CEARÁ		- Leomar Quintanilha	
PSDB	- Luiz Pontes	PMDB	AMAPÁ	
PPS	- Patricia Saboya Gomes	PSB	- José Sarney	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- João Capiberibe	
	PARAÍBA		- Papaléo Paes	
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	RONDÔNIA	
PFL	- Efraim Morais	PT	- Mário Calixto	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Fátima Cleide	
	ESPÍRITO SANTO		- Valdir Raupp	
PPS	- João Batista Motta	PPS	RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PDT	- Mozarildo Cavalcanti	
PL	- Magno Malta	PMDB	- Augusto Botelho	
	PIAuí		- Romero Jucá	
PMDB	- Alberto Silva			

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	--

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calhão Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	--	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	--

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	---	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE	- Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS	- José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ	- Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE	- Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC	- José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI	- Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE	- Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP	- Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDE利 SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELcíDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2-PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1º Eleição Geral: 19.04.1995

3º Eleição Geral: 27.06.2001

2º Eleição Geral: 30.06.1999

4º Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁵			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) ¹²		
PT ¹					
Heloisa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ⁷	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato -- art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 15.12.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) Telefones: 311 4561 e 311 5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhy'ino (PDT-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-T0)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	1º SECRETÁRIO Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	2º SECRETÁRIO Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	3º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	4º SECRETÁRIO Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA Deputado Maurício Rands (PT-PE)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Carlos Melles (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 15.12.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador EDUARDO SUPlicy (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 116 PÁGINAS